



O Encontro *Europeu* da Juventude

Relatório EYE2018

Europa, faz ouvir a tua voz!

100 ideias para um futuro melhor

#EYE2018



Parlamento Europeu

O Encontro Europeu da Juventude

AGRADECIMENTOS

Os organizadores do presente relatório gostariam de dirigir agradecimentos especiais a todos os que tornaram possível a respetiva elaboração. Em primeiro lugar, é devido um agradecimento a todos os repórteres, que foram incansáveis, e sem os quais não teria sido possível a conclusão deste relatório. Obrigado também aos voluntários e estagiários que contribuíram para o sucesso do evento. Obrigado ainda a Iris Walter, Christina Altides, Niamh McGovern e à restante equipa EYE que colaborou na sua elaboração, bem como à European Youth Press.

Por último, obrigado a todos os participantes e pessoas que contribuíram com ideias para este relatório e que ajudaram a tornar o EYE um evento particularmente inspirador.

Manuscrito terminado em julho de 2018

Primeira edição

O Parlamento Europeu, ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizado pela utilização que possa ser dada às informações abaixo apresentadas.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2018

© União Europeia, 2018

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessário obter autorização junto dos detentores dos direitos de autor para a utilização ou reprodução de fotografias ou outro material que não esteja protegido pelos direitos de autor da UE.

PRINT	ISBN 978-92-846-3727-0	doi:10.2861/25567	QA-04-18-629-PT-C
PDF	ISBN 978-92-846-3750-8	doi:10.2861/617022	QA-04-18-629-PT-N

Índice

Introdução	4
Prefácio de Antonio Tajani	5
Prefácio de Klaus Welle	6
Lista de 100 ideias por tema (títulos e números)	8
Síntese dos dados do questionário	13
1. JOVENS E IDOSOS: Acompanhar a revolução digital	15
Trabalho e desemprego	16
Tecnologia	20
Educação	23
Comentário do fórum da juventude	27
2. RICOS E POBRES: Exigir uma quota justa	29
Desigualdade: partilhar é cuidar	30
Revolução	33
Capacitação	37
Comentário do fórum da juventude	41
3. SEPARADOS E JUNTOS: Trabalhar por uma Europa mais forte	43
O futuro da Europa	44
Eleições europeias de 2019: participação e votação da juventude	47
Participação e cidadania	50
Comentário do fórum da juventude	53
4. SEGURANÇA E PERIGO: Sobreviver em tempos conturbados	55
Direitos humanos e estado de direito	56
Criar espaço para a sociedade civil	59
Enfrentar os avanços tecnológicos	62
Comentário do fórum da juventude	65
5. LOCAL E GLOBAL: Proteger o nosso planeta	67
As alterações climáticas e os agricultores	68
Energias renováveis, cidades inteligentes e empreendedorismo sustentável	71
Desperdício alimentar, eliminação dos plásticos, água limpa e saneamento: mudar os hábitos de consumo	75
Comentário do fórum da juventude	79
Conheça os autores	82



Introdução

“ Os jovens
não são o futuro,
são o presente. ”

Este princípio foi evocado alto e bom som durante o Encontro Europeu da Juventude (European Youth Event, EYE) deste ano. Porém, e para além das declarações de intenções, que contributo dão os jovens Europa contemporânea e qual a nossa visão do futuro?

Não se pode negar que o mundo mudou drasticamente nos últimos anos. O legado do projeto europeu é um legado de paz e segurança para os cidadãos dentro das suas fronteiras; contudo, começa a ficar claro que, sem uma concertação de esforços, os jovens poderão estar prestes a herdar uma Europa muito mais instável do que aquela em que puderam crescer felizes.

Existem, no entanto, motivos para estarmos otimistas. As mudanças de fundo na maneira como vivemos as nossas vidas e interagimos uns com os outros terão certamente impacto na forma como nos iremos governar no futuro. Os jovens são muitas vezes acusados de ser apáticos e desinteressados. No entanto, este relatório mostra que os jovens são informados, sensatos na sua abordagem política e que se mobilizam em torno de ideias sobre o modo como o futuro pode ser estruturado em moldes mais justos e sustentáveis.

Embora muitos possam estar inquietos relativamente às possíveis ramificações de um futuro tecnologicamente mais avançado — quer se trate de ameaças ao emprego, quer, inclusive, à liberdade pessoal — os jovens, atualmente, já lideram essa mudança e propõem formas de fazer face à esperada quinta revolução industrial.

Uma das ideias centrais deste relatório prende-se com as eleições europeias do próximo ano e é bastante simples: envolver os jovens no processo político. Ser corajoso o suficiente para propor candidatos jovens e ouvir as suas preocupações, ideias e soluções.

Assim, enquanto os políticos devem procurar abraçar uma perspetiva mais jovem ao tratar das questões relativas ao futuro, os jovens também precisam de ter fé nas suas convicções de tolerância e otimismo em relação às oportunidades que essas mudanças nos oferecem.

As gerações anteriores passaram por maiores convulsões para edificar um contrato social que funcionou para proteger os interesses da maioria. Agora é a nossa vez.

Este relatório é ambicioso quanto ao seu conteúdo. Embora alguns desígnios possam revestir-se de caráter mais idealista, outros proporcionarão certamente aos legisladores uma base concreta de reflexão. O presente relatório apresenta um leque alargado de propostas, tanto imaginativas como concretas, desde assombrosas potencialidades tecnológicas até uma segurança forte e não discriminatória, desde sugestões sobre o modo de se melhorar a participação política até formas de garantir que as pessoas não trabalhem mais por menos.

Pedimos aos políticos e aos jovens o mesmo empenho determinado. Trata-se de gerar uma conversa que defina um conjunto de valores e metas comuns que desejamos manter ou alcançar nas próximas décadas.

Porque é, de facto, verdade: o «futuro» imaginado está rapidamente a tornar-se o presente, e os jovens começam agora a fazer ouvir a sua voz.

Greg Bianchi e Julie Mahlerová
Editores principais

Prefácios



Pela terceira vez, o Parlamento Europeu abriu as portas a milhares de jovens de todo o continente para o Evento Europeu da Juventude de 2018. Neste encontro único, mais de 8 000 jovens cidadãos participaram num debate aberto sobre o futuro da Europa, alimentando com as suas ideias o trabalho da nossa instituição.

Foi uma verdadeira inspiração para todos nós. Na medida em que os papéis se inverteram, foram os jovens que conduziram a conversa e os deputados escutaram — um lembrete de que os jovens são o nosso presente e o nosso futuro.

O evento de dois dias contou com um leque alargado de animadas discussões e debates. Na base destas discussões e debates, esteve um desejo irreprimível de os jovens serem agentes de mudança e participarem ativamente na definição do seu futuro.

Este intercâmbio é fundamental num momento em que a Europa enfrenta numerosos desafios: a crise dos refugiados e das migrações, a consolidação da recuperação da crise económica e a constante ameaça do terrorismo. A resposta a estes desafios não é voltar às fronteiras nacionais. Pelo contrário, a solução é reforçar a cooperação e a confiança, reforçar a solidariedade e os nossos valores europeus e afirmar os interesses europeus na cena mundial, com base no multilateralismo.

Ficou claro no EYE que os jovens estão ansiosos por enfrentar esses desafios e trabalhar em prol de um futuro melhor.

Os jovens podem fazer a diferença e tenho para mim como certo que o seu contributo conduzirá a uma democracia europeia cada vez mais dinâmica. As eleições europeias de 23-26 de maio de 2019 constituirão, para todos os cidadãos, uma grande oportunidade para definirem o rumo político da nossa União e assegurarem que a prosperidade, a estabilidade e a paz que fomos capazes de garantir durante mais de 60 anos continuarão a ser uma realidade. A verdade é que foi neste quadro que os cidadãos europeus puderam exercer as suas liberdades.

Na nossa qualidade de deputados ao Parlamento Europeu, prosseguiremos este importante diálogo convosco, os jovens da Europa, e trabalharemos para garantir que o vosso futuro assente numa UE melhor e mais forte.

Antonio Tajani
Presidente do Parlamento Europeu



Os jovens, os jovens europeus, são o futuro da União Europeia. Embora me encontre hoje um pouco acima da faixa etária do Evento Europeu da Juventude, fui um jovem ativista convicto no início da minha carreira e sou, ainda hoje, um forte defensor da juventude. Essa é a razão por que sugeri à liderança política do Parlamento a criação de um Evento Europeu da Juventude como uma plataforma central destinada a desenvolver um diálogo aberto, estruturado e contínuo entre os deputados do Parlamento Europeu e os jovens.

O primeiro EYE, em 2014, e as edições subsequentes foram extremamente bem-sucedidas, sobretudo porque os jovens tiveram uma forte influência na definição do programa. O EYE é hoje um evento bienal para os jovens europeus expressarem e trocarem ideias em prol de uma Europa melhor. Reunir mais de 8 000 jovens num lugar tão único como é o Parlamento Europeu permite-lhes forjar uma identidade europeia.

O Evento Europeu da Juventude constitui uma oportunidade de os jovens cidadãos ativos deixarem a sua marca na política europeia e de se pronunciarem sobre políticas que afetarão as suas vidas.

Esse processo continua bem para além do evento. Neste relatório, são reunidas as ideias mais inovadoras apresentadas durante o EYE2018, as quais serão apresentadas aos deputados ao Parlamento Europeu.

Os autores, selecionados com a ajuda da European Youth Press (Jovens Jornalistas Europeus), captaram a impressionante variedade de ideias que os jovens participantes do EYE apresentaram em Estrasburgo, em 1-2 de junho de 2018.

O sucesso do EYE assenta em vários elementos: a liderança política do Parlamento, os serviços do Parlamento responsáveis pelos preparativos, os parceiros do evento e os grupos de jovens que contribuíram para o programa, o grande número de voluntários e, naturalmente, a maioria dos participantes, que se envolveu com entusiasmo antes, durante e depois do evento.

O diálogo entre os deputados e os jovens não termina após o evento; continua com este relatório e as próximas audições dos jovens no final deste ano, no âmbito da preparação para as eleições europeias em 2019.

Klaus Welle
Secretário-Geral do Parlamento Europeu



Europa, faz ouvir a tua voz!

Lista de 100 ideias por tema

1. JOVENS E IDOSOS:

Acompanhar a revolução digital

- 1** Aderir aos portefólios eletrónicos para revolucionar o recrutamento
- 2** Apoiar o efp e implementar um sistema de formação dual
- 3** Criar departamentos dedicados aos jovens nas instituições
- 4** Sistemas transferíveis para as prestações dos trabalhadores
- 5** Reformar a garantia para a juventude
- 6** Criar uma carta intergeracional para a força de trabalho
- 7** Sistema europeu para desfazamentos de competências
- 8** Criar uma agência europeia de robótica e o selo de conformidade robótica
- 9** Regular o uso militar de IA
- 10** Criar uma plataforma europeia de crowdfunding (financiamento colaborativo)
- 11** Investir em tecnologia em prol da cultura e do património
- 12** Criar uma avaliação de robótica a nível europeu
- 13** Criar meios de comunicação social pan-europeus
- 14** Programas de formação empresarial e competências sociais
- 15** Utilizar o Erasmus para combater o despovoamento
- 16** Aulas para desenvolver competências quotidianas
- 17** Promover a curiosidade, o autodesenvolvimento e a responsabilidade
- 18** Introduzir aulas relacionadas com «desafios» para estimular estudantes mais criativos
- 19** Colaboração interescolar no âmbito de projetos
- 20** Ferramentas de luta contra a exclusão digital e em prol da saúde mental

2. RICOS E POBRES:

Exigir uma quota justa

- 21** Adotar o rendimento de base universal para fazer face à desigualdade
- 22** Promover a aprendizagem ao longo da vida
- 23** Rendimento de base, sim, mas não universal
- 24** Direitos tributários e laborais unificados na UE
- 25** Acesso a cuidados de saúde para as pessoas transgénero
- 26** Acabar com o «imposto cor de rosa»
- 27** Promover os direitos humanos no comércio de têxteis
- 28** Providenciar cursos acessíveis na Europa
- 29** Apoiar um «EYE» mais inclusivo
- 30** Tributar os robôs!
- 31** Prevenir a evasão fiscal
- 32** Representação igual no Parlamento Europeu
- 33** Apostar na felicidade, deixar de considerar o PIB a única medida de progresso
- 34** Tornar as zonas rurais mais atrativas para os jovens
- 35** Capacitar e integrar os refugiados, incluindo-os nos sistemas nacionais de ensino
- 36** Educação sexual abrangente
- 37** Apoio ao empreendedorismo social e à economia da partilha
- 38** Mecanismos de proteção nacional para os jornalistas na Europa
- 39** Promover a língua gestual
- 40** Criar habitação de transição

3. SEPARADOS E JUNTOS:

Trabalhar por uma Europa mais forte

- 41** Assegurar as oportunidades educativas no Reino Unido após o Brexit
- 42** Criar um dia europeu do refugiado
- 43** Investir na ajuda externa e utilizar a diplomacia para conter os fluxos migratórios
- 44** Incentivar um maior intercâmbio entre a Europa e a Turquia
- 45** Estabelecer um sistema voluntário para aproximar os migrantes dos Europeus
- 46** Fortalecer as fronteiras externas e a partilha de dados
- 47** Incentivar os jovens a apresentar-se a eleições
- 48** Utilizar as redes sociais para informar os jovens sobre as eleições
- 49** Criar uma sessão anual de perguntas e respostas entre líderes e jovens da UE
- 50** Definir uma idade uniforme para a candidatura dos jovens às eleições
- 51** Promover a votação eletrónica para incentivar a participação eleitoral
- 52** Introduzir a possibilidade de votar nas eleições europeias a partir dos 16 anos
- 53** Utilizar empresas e aplicações para divulgar a importância da participação eleitoral
- 54** Ligar a Europa às plataformas nacionais para incentivar a participação
- 55** Desenvolver uma iniciativa de cidadania europeia
- 56** Promover as línguas clássicas e a história europeia
- 57** Criar uma plataforma para refugiados qualificados com vista ao desempenho de funções educativas
- 58** Introduzir os assuntos políticos nas aulas de educação cívica
- 59** Financiar um cartão-jovem para permitir descontos em sítios culturais
- 60** Criar uma iniciativa de mobilidade para os diretores escolares

4. SEGURANÇA E PERIGO:

Sobreviver em tempos conturbados

- 61** Liderar pela implementação da resolução 2250 do CSNU em prol da juventude
- 62** Dar prioridade aos direitos humanos nos acordos comerciais
- 63** Dar à justiça uma dimensão europeia
- 64** Combater a exclusão para pôr fim ao extremismo
- 65** Tornar as redes sociais um serviço de utilidade pública
- 66** Promover maior cooperação militar
- 67** Criar corredores humanitários para os refugiados
- 68** Criar uma base de dados pan-europeia para a transparência
- 69** Proteger os autores de denúncias
- 70** Formar a polícia para combater os crimes de ódio em linha
- 71** Criar um fundo para jovens candidatos
- 72** Declaração dos direitos em linha
- 73** Formação obrigatória em primeiros socorros
- 74** Assegurar a transparência no desporto
- 75** Generalizar e alinhar a cibersegurança
- 76** Fazer do ensino em matéria de cibersegurança uma prática corrente
- 77** Promover a cooperação no domínio das informações secretas na UE
- 78** Promover o ensino de biologia celular e molecular
- 79** Investir na tecnologia de edição genética
- 80** Criar um software antivírus gratuito para os cidadãos da UE

5. LOCAL E GLOBAL:

Proteger o nosso planeta

- 81 Criar um programa europeu de coberturas em terraço ecológicas
- 82 Utilizar a diplomacia verde para negociar tendo o clima em mente
- 83 O feminismo na batalha contra as alterações climáticas
- 84 Apoiar os jovens agricultores e as novas tecnologias
- 85 Menos subsídios à produção de carne
- 86 Promover a biodiversidade e padrões mais elevados de bem-estar dos animais de criação
- 87 Apoiar as casas sustentáveis para que possam vender energia de volta à rede
- 88 Definir um calendário para pôr termo ao uso de combustíveis fósseis e diminuir a perda de empregos
- 89 Promover uma comunidade e um mercado europeus da energia
- 90 Capacitar as infraestruturas à escala europeia e criar uma política comum para os transportes
- 91 Cidades e transportes públicos inteligentes
- 92 Apoiar de forma sustentada o empreendedorismo e projetos ecológicos
- 93 Promover a reciclagem de dispositivos eletrónicos
- 94 Promover uma abordagem livre de plásticos
- 95 Financiar a remoção de plásticos do oceano
- 96 Uma nova cultura para as lojas de produtos alimentares e sua tributação
- 97 Legalizar e tornar obrigatória a redução do desperdício alimentar
- 98 Simplificar o processo de doação de géneros alimentícios
- 99 Educação para a sustentabilidade nas escolas
- 100 Desenvolver um sistema de aproveitamento e canalização da água da chuva

Síntese dos dados do questionário¹

DOS 943 INQUIRIDOS
NO NOSSO QUESTIONÁRIO

553
pertencem a uma
organização de
jovens,

os demais

390
não.

IDADE

A maioria dos inquiridos pertencentes a organizações de jovens (80%) tem menos de 24 anos de idade.



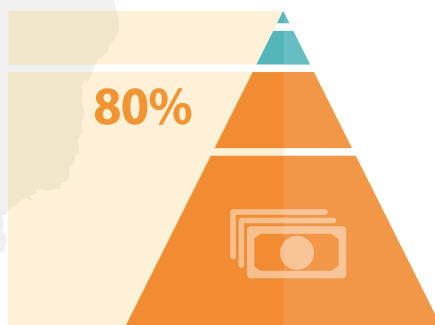
NO EXTERIOR



Dos entrevistados, 67% dizem que a ideia de trabalhar, morar e estudar num país que não o seu os atrai «verdadeiramente».



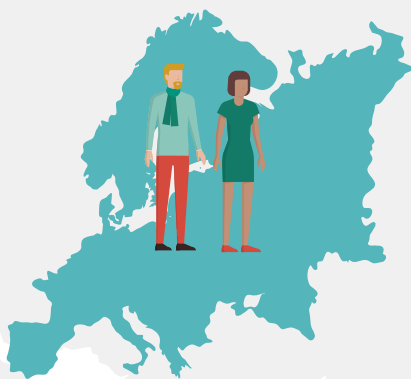
PARECER



O correspondente a 80% dos inquiridos considera que os jovens beneficiam completamente, ou em grande medida, da UE. Os restantes estão indecisos ou discordam.

¹ 943 inquiridos de 28 Estados-Membros da UE. O questionário teve lugar entre 12 de março e 19 de abril de 2018. O questionário foi partilhado com os participantes do EYE e com o Fórum Europeu da Juventude

PREOCUPAÇÕES



Para os inquiridos em toda a UE,

representam a maior preocupação



a imigração

29%²

e as questões sociais,

embora também se sintam preocupados com o



ambiente

20%

e com as



desigualdades

18%

² A pergunta era aberta, o que significa que o resultado pode remeter para qualquer aspeto da imigração (por exemplo, se fazemos o suficiente para ajudar os refugiados, se precisamos de reforçar os controlos fronteiriços, etc.) e não comprova necessariamente uma oposição à imigração

1. JOVENS E IDOSOS:

Acompanhar a revolução digital

Vivemos hoje num mundo em que ser jovem é cada vez mais difícil. Naturalmente que muitos aspetos do passado melhoraram: os tempos de conflito pan-europeu esbatem-se na memória, o acesso à educação é generalizado e os jovens na Europa têm, regra geral, boas condições de vida. Contudo, as desigualdades entre as gerações jovens e as gerações mais velhas estão a acentuar-se. Segundo o Eurostat, as taxas de desemprego juvenil são geralmente muito mais elevadas do que as taxas de desemprego para outros grupos etários, e também há muitos que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação (NEET).³ A digitalização está a mudar o mundo do trabalho, exigindo novas competências e perspetivas. As práticas de trabalho têm vindo a tornar-se mais fluidas, permitindo flexibilidade, mas esta característica também acarreta o risco de estilos de vida precários e de um acesso reduzido a formas de proteção social.

Simultaneamente, a automação e a robótica têm vindo a dar passos gigantescos em todos os domínios. As máquinas melhoram, inquestionavelmente, muitos aspetos da vida humana, em setores como o médico e o automóvel, mas também comportam questões éticas e práticas, nomeadamente a preocupação quanto à possibilidade de destruírem empregos. Alguns alertaram para cenários de ficção científica, nos quais a inteligência artificial (IA) pode pôr em perigo a própria existência da espécie humana. O grau de mitos e medo em torno da digitalização permite entender que ainda existem questões éticas e normativas que exigem respostas. Nesse contexto, os sistemas de ensino não estão bem equipados para acompanhar uma mudança societal e tecnológica tão acelerada; as escolas e universidades não dispõem muitas vezes de recursos, de preparação e de entendimento para ajudar os seus alunos e estudantes a alcançar o equilíbrio certo entre as competências técnicas e sociais necessárias para entrar no novo mercado de trabalho digital. Isto resulta, geralmente, numa incompatibilidade entre as capacidades que podem oferecer e as que são solicitadas pelos empregadores.

O impacto social da combinação de todas essas tendências é extremamente complexo e subtilmente perigoso. Os jovens estudam por períodos mais longos e acedem a empregos estáveis mais tarde, o que atrasa a sua independência financeira. Os jovens começam a contribuir para o sistema de pensões mais tarde e de uma forma mais dispersa, o que significa que não podem contribuir tanto para os programas de segurança social, incluindo os cuidados de saúde para idosos até uma idade mais avançada. A expectativa de vida aumentou, porém, em simultâneo, as taxas de natalidade têm vindo a descer constantemente, o que significa que os recursos para garantir uma vida confortável a uma população envelhecida são cada vez menores.

A pobreza entre os jovens tem vindo a aumentar, um elemento que, combinado com o desemprego, ameaça não só a sua posição enquanto contribuintes, mas também o seu bem-estar mental. De acordo com uma investigação do Instituto McKinsey Global,⁴ de 2016, esta é a primeira geração na história que está em piores circunstâncias que os seus pais, um facto que foi reconhecido como tendo consequências potencialmente destrutivas para todo o sistema em que vivemos. É preciso que os jovens sejam uma prioridade em todos os setores e em todas as instituições, desde o nível local ao nível nacional e europeu. Embora isto seja apenas um começo, que medidas devem ser tomadas para melhorar o mercado de trabalho, e os sistemas de desenvolvimento tecnológico e de ensino em toda a Europa, por forma a garantir que os jovens possam beneficiar dos mesmos? Na edição de 2018 do EYE, mais de 8 000 jovens reuniram-se para discutir estes temas. Os jovens estão impacientes, mas são ambiciosos. É tempo de os decisores políticos adotarem esse espírito jovem.



Instagram: @cinnavox

³ Eurostat, «Unemployment statistics», (Estatísticas relativas ao desemprego) página Web do Eurostat «Statistics Explained» (Compreender melhor as estatísticas), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Unemployment_statistics#Recent_developments (Consultado em julho de 2018)

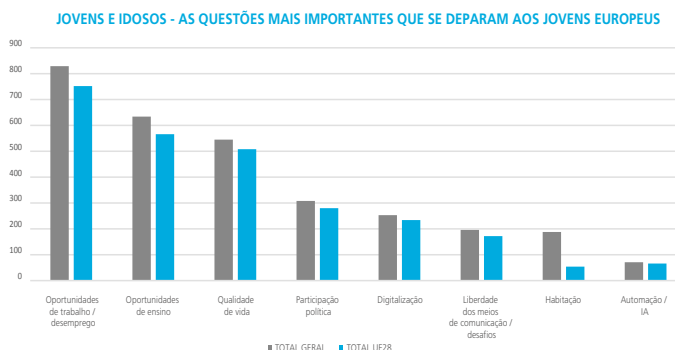
⁴ Richard Dobbs et al., «Poorer than their parents? Flat or falling incomes in advanced economies», (Mais pobres do que os seus pais? Rendimentos fixos ou decrescentes em economias avançadas) McKinsey Global Institute, julho de 2016, <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Featured%20Insights/Employment%20and%20Growth/Poorer%20than%20their%20parents%20A%20new%20perspective%20on%20income%20inequality/MGI-Poorer-than-their-parents-Flat-or-falling-incomes-in-advanced-economies-Full-report.aspx> (Consultado em junho de 2018)

TRABALHO E DESEMPREGO

O rescaldo da crise financeira de 2008 atingiu mais pesadamente determinados grupos de pessoas, nomeadamente os jovens, do que outras partes da população. Em 2017, a média do desemprego juvenil na UE28 era de 16,8% (Eurostat), aproximadamente a mesma percentagem de dez anos antes (15,8%).⁵

Os jovens, em particular, foram duramente atingidos durante a crise financeira. Embora se tenha registado uma melhoria nos últimos anos, só agora os números do emprego estão a atingir os níveis pré-crise, sendo certo que, num determinado momento, o desemprego juvenil atingiu os 23,9% no primeiro trimestre de 2013. As taxas de desemprego variam de país para país, variando entre os 6% na Alemanha e os 42% na Grécia, o que indica claramente que os jovens do sul e do leste da Europa enfrentam maiores obstáculos no acesso ao mercado de trabalho. Além disso, a percentagem de NEET (jovem que não trabalha, não estuda e não segue uma formação) regista uma subida: em 2017, segundo o Eurostat⁶, havia quase 17 milhões de jovens entre os 20 e os 34 anos de idade que não estavam empregados, nem estudavam, nem seguiam uma formação, totalizando quase um em cada cinco jovens (18,3%). Além disso, a distinção entre os que são considerados empregados e os que são considerados desempregados não inclui, normalmente, aqueles que, mesmo tendo um trabalho, estão em situação de subemprego; trabalhando ilegalmente ou sendo sub-remunerados. O trabalho precário está em ascensão, sendo acentuado pela chamada «economia dos serviços pontuais» (gig economy) que oferece emprego temporário; o conceito de flexigurança (flexibilidade e segurança) ainda não se revelou bem sucedido e, embora cada vez mais jovens trabalhem, estes continuam a ser pobres (um em cada três jovens na Europa, segundo o Eurostat).⁷ Novas formas de trabalho impõem flexibilidade, que muitas vezes é uma escolha forçada e não uma opção livre, levando a novos fenómenos preocupantes, como os «SINKies» - Rendimento único, sem filhos, referindo-se a jovens casais cujos salários, quando combinados, mal chegam ao equivalente de um único rendimento «decente». Tudo isto afeta a capacidade de os jovens terem acesso a conjuntos específicos de direitos sociais, como habitação, trabalho e educação.

Para contrariar estas tendências, a UE implementou medidas como a Garantia para a Juventude⁸ e a Iniciativa para o emprego dos jovens⁹. Embora sejam consideradas medidas fortes para combater a crise do emprego jovem, segundo a Caritas (2018), as respostas europeias caracterizam-se por uma certa fixação no emprego e na empregabilidade, parecendo estar orientadas para a quantidade e não para a qualidade da oferta.¹⁰ Além disso, nem sempre conseguem chegar até grupos altamente marginalizados e não conseguem fazer corresponder o regime às medidas de proteção. Os estágios não remunerados são um exemplo clássico desses problemas. «Agora que a economia parece estar a recuperar, é tempo de corrigir esta situação garantindo a qualidade do emprego e das aprendizagens» afirma a Caritas. E, na verdade, um dos pedidos mais insistentes dos jovens prende-se com as condições de trabalho justas - começando com as expectativas salariais.



⁵ Comunicado de imprensa do Eurostat, «Unemployment in the EU regions in 2017» (Desemprego nas regiões da UE em 2017), <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/8830865/1-26042018-AP-EN.pdf/bb8ac3b7-3606-47ef-b7ed-aadc4d1e2aae> (Consultado em junho de 2018)

⁶ Eurostat, «Statistics on young people neither in employment nor in education or training» (Estatísticas relativas aos jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação), página Web do Eurostat «Statistics Explained» (Compreender melhor as estatísticas), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_young_people_neither_in_employment_nor_in_education_or_training (Consultado em junho de 2018)

⁷ Eurostat, «Young people - social inclusion» (Jovens - inclusão social), página Web do Eurostat «Statistics Explained» (Compreender melhor as estatísticas), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Young_people_-_social_inclusion (Consultado em junho de 2018)

⁸ Comissão Europeia, «Garantia para a Juventude», <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catid=1079&langId=pt> (Consultado em julho de 2018)

⁹ Comissão Europeia, «Iniciativa para o emprego dos jovens», <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catid=1176&langId=pt> (Consultado em junho de 2018)

¹⁰ Caritas Europa, «Europe's youth. Between hope and despair» (A juventude na Europa. Entre a esperança e o desespero) <http://www.caritas.eu/sites/default/files/caritas-europesyouth-en-web.pdf> (Consultado em junho de 2018)

1. ADERIR AOS PORTEFÓLIOS ELETRÓNICOS PARA REVOLUCIONAR O RECRUTAMENTO

Imen e Simone

Quando o nosso trabalho faz sentido, as nossas vidas fazem sentido. Precisamos de mudar os sistemas de recrutamento nas empresas e ir além dos CV. Uma forma prática de o fazer passaria pelo incentivo, por parte da UE, à utilização de portefólios eletrónicos - uma nova forma de CV - que visam criar uma nova abordagem à identidade na UE.

Isso daria azo a várias coisas: conectar pessoas e empregos de maneira mais dinâmica; permitir que as pessoas deem a conhecer aptidões individuais e novas ferramentas de aprendizagem (em especial no caso de professores); melhorar e enriquecer as plataformas ESCO (Classificação Europeia das Competências/Aptidões, Qualificações e Profissões) ao procurar um emprego. Os portefólios eletrónicos permitem apresentar às empresas propostas do género: «isto é o que posso trazer para o seu negócio».

Uma solução desse tipo encorajaria os jovens a pensar de forma mais dinâmica e objetiva sobre o trabalho que pretendem, além de motivar os empregadores. Teria também o valor acrescentado de aptidões, competências e qualificações que se entrelaçam de forma mais interativa. Em última análise, esta alternativa significa maior visibilidade no mercado de trabalho e menos dificuldade em encontrar um emprego ou um trabalhador.

A UE poderá tornar-se um líder ao incentivar a criação de portefólios eletrónicos e ao procurar criar uma base de dados centralizada em que os candidatos a emprego podem atualizar rotineiramente os seus progressos e candidatar-se a empregos de uma forma mais simplificada e direcionada.

3. CRIAR DEPARTAMENTOS DEDICADOS AOS JOVENS NAS INSTITUIÇÕES

Ana

Considero que seria benéfico se todas as empresas, instituições estatais e públicas, organizações não-governamentais e governamentais dispusessem de um departamento dedicado à juventude. Este departamento deveria elaborar um programa que permitisse aos jovens realizar um trabalho adequado ao seu perfil. Estes programas seriam um pontapé de saída para os jovens, que cresceriam profissionalmente através da experiência.

A base para a aceitação dos jovens nesses programas seria a motivação, desempenho académico e personalidade. Idealmente, as instituições académicas cooperariam com empresas e outras organizações com o objetivo de criar esses programas por forma a conjugar melhor a teoria e a prática.

Isso seria benéfico para ambas as partes: os empregadores poderiam conseguir o pessoal certo para a sua empresa/instituição, uma vez que, durante o estágio, ensinariam a esses jovens as aptidões necessárias e estes teriam a oportunidade de dar provas das suas capacidades e conseguir um emprego.

2. APOIAR O EFP E IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE FORMAÇÃO DUAL

Thomas

O ensino e formação profissionais (EFP) são cada vez mais vistos como uma forma de colmatar o fosso entre a educação e o emprego. Essa via permite uma atitude mais flexível para ganhar novas competências e ajudar a equilibrar o trabalho e a vida familiar com uma possível mudança de carreira. Também tem em conta a saúde mental das pessoas, evitando longos períodos de desemprego. Impõe-se resolver potenciais problemas com o EFP, como escolas distantes ou custo de materiais e transportes.

Uma das abordagens possíveis poderá passar pela adoção de um sistema de formação dual pan-europeu como o da Alemanha. Os estudantes alemães conjugam a frequência escolar com a aprendizagem no terreno, através do ensino e formação profissionais. Os estudantes ingressam em empresas e aprendem uma profissão através da prática, sendo remunerados por isso.

Este sistema ajudaria os jovens e seria igualmente útil para empresas que poderiam beneficiar ao reter funcionários nos quais investiram.



4. SISTEMAS TRANSFERÍVEIS PARA AS PRESTAÇÕES DOS TRABALHADORES

Daniel

Proponho harmonizar as novas formas de trabalho flexível com a segurança económica e a proteção social. A UE deve estabelecer um sistema «transferível» nos que se refere às prestações dos trabalhadores. Como funcionaria? Este regime deveria prever a criação de contas individuais que acompanhassem os trabalhadores ao longo de toda a carreira e lhes permitissem mudar a natureza, a estrutura e a intensidade do seu trabalho, continuando a ter acesso às prestações da segurança social.

Tendo em conta que os pressupostos tradicionais — que a aprendizagem termina aos 20 anos, que a progressão na carreira termina aos 40 e que o trabalho termina aos 60 — se tornam menos relevantes, este facto anula a noção de «emprego vitalício». É, pois, fundamental que sejam criadas as condições para formas de trabalho flexíveis, ágeis e diversificadas.

As formas alternativas de trabalho já estão a dar lugar a uma maior flexibilidade para as empresas, que podem aproveitar os conhecimentos especializados que existem fora da organização, bem como para os trabalhadores, que podem ajustar as suas carreiras de acordo com suas preferências pessoais. No entanto, o trabalho flexível não deve ocorrer a expensas da segurança económica. Esta proposta ajudaria a dar essa garantia.

Para que este sistema funcione, a UE agiria como um mediador, reunindo as partes interessadas para definir: quem contribuirá financeiramente e com quanto? Quem pode administrar um sistema como este? E que tipo de ação regulamentar é necessária para viabilizar um modelo deste tipo?

5. REFORMAR A GARANTIA PARA A JUVENTUDE

Ideia sugerida em seminário

A UE deveria considerar a possibilidade de reformar a Garantia para a Juventude da UE, a fim de se concentrar na qualidade do emprego e não na quantidade. Só as oportunidades que proporcionam uma garantia de emprego seguro para os jovens por um período de pelo menos 18 meses devem ser subsidiadas.

O professor Bjørn Hvinden, chefe do projeto «Negotiate» da UE que tenta avaliar os efeitos do emprego temporário e precário nos trabalhadores jovens, argumentou que, nalguns Estados da UE, os empregadores receberam subsídios para criar empregos de baixa qualidade com poucos benefícios a longo prazo. A sua investigação mostra que, além de prejudicar a qualidade de vida e a saúde mental dos jovens, as formas de emprego de baixa qualidade podem tornar os jovens cidadãos da UE menos atrativos para os empregadores.¹¹

Reformar a Garantia para a Juventude da UE ajudaria a aliviar o stress e a natureza prejudicial do trabalho precário.

6. CRIAR UMA CARTA INTERGERACIONAL PARA A FORÇA DE TRABALHO

Ideia sugerida em seminário

A UE deveria implementar uma carta intergeracional para a força de trabalho, por forma a utilizar diferentes competências geracionais e produzir um local de trabalho mais harmonioso. Fazê-lo ajudaria a identificar as várias pressões — como os desfaseamentos de competências, em especial no que se refere a competências e formação — com que se deparam as diferentes gerações e a fazer uso da conjugação dos seus talentos para superar desafios comuns. Por exemplo, embora se considere que os jovens se distinguem em determinadas competências tecnológicas, os trabalhadores mais velhos podem transmitir a sabedoria adquirida ao longo de décadas de trabalho nas respetivas atividades ou sugerir soluções que funcionaram anteriormente.

A carta intergeracional para a força de trabalho da UE seria um código de prática voluntário que comprometeria as organizações a aproveitar as competências combinadas dos seus trabalhadores que pertencem a diferentes gerações, incentivando práticas como a mentoria intergeracional ou a mentoria invertida, em que os jovens partilham o seu conhecimento com os colegas mais velhos.

Em breve, pela primeira vez na sua história, a força de trabalho da UE incluirá pessoas que pertencem a cinco gerações diferentes.¹² As gerações são moldadas por diferentes experiências, apresentando pontos fortes e fracos variados e tendo as suas próprias opiniões sobre a vida profissional. Esses grupos terão de trabalhar juntos em grandes organizações e podem acabar a apontar para direções diferentes.

As organizações signatárias da Carta poderiam também comprometer-se a criar uma força de trabalho mais equilibrada do ponto de vista intergeracional, fazendo ajustes que permitissem aos trabalhadores mais velhos permanecer no local de trabalho por mais tempo (por exemplo, alterando as suas instalações, criando maior flexibilidade) e facilitando aos jovens trabalhadores um equilíbrio entre a sua vida profissional e outras responsabilidades, nomeadamente cuidar de crianças e parentes mais velhos.

Poderia ser concedido reconhecimento e incentivos a organizações signatárias da Carta. Do mesmo modo, a UE poderia procurar envolver as empresas neste processo e criar uma rede que transmitisse as melhores práticas por forma a garantir a equidade entre as gerações.

¹¹ Teresa Küchel, «EU youth unemployment: some jobs are worse than being unemployed» (Desemprego juvenil na UE: alguns trabalhos são piores do que estar desempregado), Nordic Labour Journal, <http://www.nordiclabourjournal.org/nyheter/news-2017/article.2018-01-15.4801052502> (Consultado em junho de 2018)

¹² Bentley University, «Multi-Generational Impacts on the Workplace» (Impactos Multigeracionais no Local de Trabalho), <https://www.bentley.edu/files/2017/11/01/Bentley%20CWB%20Generational%20Impacts%20Research%20Report%20Fall%202017.pdf> (Consultado em julho de 2018)

7. SISTEMA EUROPEU PARA DESFAZAMENTOS DE COMPETÊNCIAS

Daniel

A UE deve basear-se nas iniciativas e nos mecanismos de financiamento da UE que promovem a aprendizagem ao longo da vida (por exemplo, Uma Nova Agenda de Competências para a Europa) através da criação de um sistema europeu para o desfazamento de competências. Este poderia incluir um ecossistema a nível europeu (diálogo público-privado) de peritos responsáveis por monitorizar e definir por país, indústria e setor quais as competências necessárias no futuro, bem como identificar os desfazamentos de competências neste processo.

Os avanços tecnológicos e a digitalização estão a mudar rapidamente os tipos de empregos e competências que serão necessários no mercado de trabalho - exercendo pressão nos sistemas de mercado de trabalho existentes nos Estados-Membros. Esta proposta ajudaria a controlar estas mudanças abrangentes, a explorar o seu potencial e a garantir uma distribuição mais justa em toda a Europa, incentivando a mobilidade em todos os Estados-Membros, ao invés do despovoamento.

Esse sistema deve ser testado, estabelecendo normas claras e proporcionando segurança jurídica para todos e garantindo ainda a universalidade da sua aplicação — o que significa que apoia o crescimento, desenvolvimento e circulação de pessoas nas organizações, indústrias e países.



ENTREVISTA



A UE pôs em prática estratégias específicas para combater o desemprego juvenil: os jovens estão a trabalhar?

A situação relativamente ao desemprego juvenil tem melhorado e a Garantia para a Juventude contribuiu positivamente para essa melhoria. E que tipos de empregos estão a ser criados? Estão a ser bem remunerados? Beneficiam de proteção social? Ganham o suficiente? Os jovens podem tornar-se independentes? Podemos não estar desempregados, mas a verdade é que muitas vezes estamos a trabalhar em empregos atípicos. Dizem-nos que esse poderá até ser o futuro do trabalho. Estamos abertos a essa possibilidade, mas aí começa toda uma nova narrativa: que gostamos de ser imprevisíveis, flexíveis e livres. Porém, se pudesse escolher o tipo de trabalho que gostaria de ter, o que escolheria? 74% dos jovens que fazem parte da nossa organização dizem que a sua primeira escolha seria um contrato estável e de longo prazo. Apenas 4% gostariam de ser freelancers. 50% dos jovens tiveram, de facto, alguma atividade laboral, sem, no entanto, poder chamá-lo trabalho de qualidade. Então, esse estilo de vida é uma escolha nossa? Isso é um absurdo. A flexibilidade é imposta e esta liberdade não é real: se uma pessoa está sempre preocupada com o trabalho, não é livre. Não podemos continuar a estar sujeitos a este abuso do mercado de trabalho. Precisamos de começar a falar de empregos de qualidade. Precisamos de dar uma oportunidade aos jovens.

Quais são as três principais medidas a tomar para mudar o sistema?

A primeira medida seria apostar, na prática, no fator qualidade: o salário deve estar acima do salário mínimo, as oportunidades devem ser iguais para todos e não devem ser exigidas mais de 8 horas de trabalho. A questão do ambiente também deve estar presente, pelo que a criação de empregos sustentáveis e verdes de qualidade seria a principal solução no futuro. A segunda medida, concretamente no caso dos jovens, é estabelecer que todos os estágios devem ser remunerados. A UE deveria incentivar os seus países a alterar a legislação, de modo a atribuir uma remuneração a todos os estágios. A terceira medida prende-se com a necessidade de dar atenção e regular esta quarta revolução digital. Até à data, a chamada «economia dos serviços pontuais» (gig economy) criou empregos à margem de qualquer proteção social, mas, na minha opinião, os direitos sociais e dos trabalhadores devem ser assegurados em todo o tipo de trabalho. E há que não esquecer a inclusão dos jovens nestes desenvolvimentos. Queremos fazer parte das soluções.

A Comissária Thyssen afirmou que a UE duplicou o orçamento do Erasmus Plus - nós dizemos que deveria ser decuplicado.

Não me parece que a juventude seja a prioridade, apesar de muitos representantes da UE afirmarem que sim: quando estão em causa as rubricas orçamentais, fica claro que os jovens não são a prioridade. A prioridade é dada a outros setores, como a agricultura ou os sistemas de segurança. A noção desta realidade não é suficientemente grande na Europa. Se realmente entendéssemos o quão importante é garantir que todos os jovens tenham uma oportunidade, não seria um problema aumentar o orçamento dez vezes mais, pois saberíamos que, no final, valeria a pena.

Tea Jarc,

Presidente do Sindicato dos Jovens Trabalhadores, Mladi Plus, na Eslovénia



TECNOLOGIA

O avanço da tecnologia constitui atualmente um desafio em todos os domínios da vida humana.

A UE reconhece que a criação de novas tecnologias, a sua eficaz utilização e a sua utilização no comércio é essencial na corrida global à inovação e à rentabilidade. Os setores e empresas de alta tecnologia são considerados os principais motores do crescimento económico e geralmente oferecem empregos bem remunerados.

Segundo o Eurostat, em 2014, a UE tinha quase 46 000 empresas na indústria de alta tecnologia (desde a indústria aeroespacial ao armamento, telecomunicações, instrumentos científicos, etc.), contudo, o setor representava apenas 4% do emprego total no continente em 2015. Apesar de corresponder a 17% do valor de todas as exportações da UE, os produtos de alta tecnologia também registaram um défice comercial, com as importações a somarem cerca de 22 mil milhões de euros mais do que as exportações, só em 2015. O investimento em investigação e desenvolvimento no domínio tecnológico regista melhorias, porém a Europa está ainda longe de se estabelecer como líder mundial nestes domínios.¹³

Apesar de o avanço e a necessidade da tecnologia serem evidentes, esta ainda é vista com desconfiança. Uma das consequências mais dignas de nota e alarmantes deste avanço tecnológico é que, previsivelmente, a ascensão da robótica e da inteligência artificial retirará cada vez mais empregos às pessoas - 800 milhões de locais de trabalho até 2030, de acordo com uma investigação do McKinsey Global Institute.¹⁴ O assunto está a ser debatido, mas os otimistas afirmam que na altura em que os empregos antigos desaparecerem, outros novos serão criados, e que os jovens de amanhã estarão, provavelmente, a realizar trabalhos que ainda nem sequer existem.

Qualquer que seja o futuro, a tendência é imparável, pelo que é melhor adiantarmo-nos ao problema e encontrar uma forma de gerir a mudança tecnológica. Muitas foram as questões levantadas em relação à tecnologia: como regular a inteligência artificial e o fabrico de robôs e que normas éticas e de qualidade devem ser estabelecidas para garantir que a tecnologia facilita a existência humana, em vez de a ameaçar. As preocupações também incidem sobre questões de privacidade e segurança.

Todas estas questões exigem discussão na esfera pública e não apenas em comités científicos e grupos técnicos de trabalho.

8. CRIAR UMA AGÊNCIA EUROPEIA DE ROBÓTICA E O SELO DE CONFORMIDADE ROBÓTICA

Francesca e Eduard

A UE deve desenvolver, fazer cumprir e atualizar constantemente as regras relativas a ensaios, certificação, projetos e normalização de (classes específicas de) produtos de Robótica e de Inteligência Artificial (R&IA). Tudo isto pode ser formalizado através de comités de peritos em questões éticas, tecnológicas, legais e económicas, bem como através de instrumentos de governação colaborativa. Além disso, um Selo Europeu de Conformidade Robótica garantiria um padrão uniforme.

Um dos maiores desafios no domínio da tecnologia é desenvolver uma estratégia comum para a robótica em todo o continente. A legislação pode criar limites à inovação, mas também é necessária para que a tecnologia seja aceitável para o maior número de pessoas possível. Por conseguinte, é essencial criar um enquadramento legal que promova a inovação e garanta que esta é norteada pelos valores de base da UE.

Esta abordagem poderia ajudar-nos a realizar todas as oportunidades disponíveis no âmbito da R&IA, regulamentando a inovação tecnológica por meio de regras restritas, específicas, pré-avaliadas e constantemente monitorizadas, promovendo em simultâneo projetos alinhados com os princípios éticos por forma a garantir a aceitação dos utilizadores desde as primeiras fases do desenvolvimento do produto.

Além disso, um selo de Conformidade Robótica anda a par e passo do Processo Regulamentar Iterativo para a Governação da Robótica, tendo em conta que esse processo permitiria a criação de orientações que poderiam servir como referência temporária para as utilizações e desenvolvimentos de robôs. A certificação poderia ser revista periodicamente, por forma a garantir os níveis máximos de proteção.

9. REGULAR O USO MILITAR DE IA

Neven

A União Europeia deve assegurar que as empresas situadas na UE que tenham relações comerciais com outros países (não pertencentes à UE) estejam sujeitas a regras estritas respeitantes à utilização de inteligência artificial em contexto de guerra.

Temos ouvido muito sobre a inteligência artificial e a aprendizagem automática, com os seus novos benefícios no que toca a veículos de assistência médica e de condução automática, mas outro grande impacto que a aprendizagem automática tem nos dias de hoje é na tecnologia militar. As máquinas já têm capacidade para tomar a decisão de matar ou não, sendo essas decisões baseadas principalmente em modelos de aprendizagem automática.

Muitos desses algoritmos são em grande parte opacos e ninguém é realmente responsável pela decisão sobre a vida ou a morte.

Esta realidade ajudará a limitar o uso da inteligência artificial e a aprendizagem automática a uma utilização pacífica. Greg Allen, membro do Center for New American Security (Centro para a Nova Segurança Americana), afirma que a IA poderá influenciar tanto os equipamentos militares quanto o desenvolvimento de armas nucleares.

A UE poderia impor a proibição da IA em equipamento militar, ao legislar sobre a produção de armas na UE.

¹³ Eurostat, «Archive: High-tech statistics», (Arquivo: Estatísticas de alta tecnologia), página Web do Eurostat «Statistics Explained» (Compreender melhor as estatísticas), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:High-tech_statistics&oldid=220664 (Consultado em junho de 2018)

¹⁴ James Manyika et al., «Jobs lost, jobs gained: workforce transitions in a time of automation» (Empregos perdidos, empregos ganhos: transições da força de trabalho num momento de automação), McKinsey Global Institute, Dezembro de 2017, <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Featured%20Insights/Future%20of%20Organizations/What%20the%20future%20of%20work%20will%20mean%20for%20jobs%20skills%20and%20wages/MGI-Jobs-Lost-Jobs-Gained-Report-December-6-2017.aspx> (Consultado em junho de 2018)

10. CRIAR UMA PLATAFORMA EUROPEIA DE CROWDFUNDING (FINANCIAMENTO COLABORATIVO)

Olga

Creio que faria sentido a UE estabelecer um sistema de crowdfunding (financiamento colaborativo) dentro das instituições existentes de financiamento público e criar uma plataforma oficial em que todos os projetos propostos fossem avaliados e examinados por peritos oficiais ao serviço da UE. Entre esses peritos poderiam estar incluídas pessoas oriundas das áreas da segurança cibernética e do combate à fraude para identificar ações potencialmente fraudulentas.

Muitas start-ups em fase inicial contam com financiamento público, mas também com plataformas de financiamento coletivo. Infelizmente, essas plataformas são por vezes utilizadas abusivamente por golpistas como «porto de abrigo» seguro.

Esta plataforma daria aos cidadãos europeus a oportunidade de financiarem diretamente e em segurança os projetos em que estão interessados e também permitiria às start-ups encontrar imediatamente clientes para os seus produtos.

11. INVESTIR EM TECNOLOGIA EM PROL DA CULTURA E DO PATRIMÓNIO

Adrià

Considero que a UE deveria investir mais em tecnologia aplicada aos domínios cultural e artístico, começando pelos museus públicos, a fim de tornar a experiência mais inclusiva para os utilizadores. O uso de novas tecnologias, na verdade, mudaria a forma como visitamos, exploramos e aprendemos nos museus tradicionais, tornando as pessoas apaixonadas pela cultura.

Os robôs digitais (bots) já estão a ser utilizados em alguns museus para que as pessoas, em especial os jovens, possam ser orientadas e aprender sobre arte e história de forma divertida. Isto poderia ser desenvolvido e levado ao próximo nível. Sonho com um futuro em que os museus, a IA e a realidade virtual permitam que os visitantes interajam diretamente com os personagens históricos ou «mergulhem» numa pintura, por exemplo.

Para apoiar o investimento nessas tecnologias, parte dos impostos turísticos tradicionais, por exemplo, de hotéis, poderia ser destinada a financiar tais museus.

ENTREVISTA



Quais os maiores desafios que hoje se colocam no contexto da IA?

No que toca a robôs e à inteligência artificial, creio que há três palavras-chave em jogo, mais as questões que daí decorrem. O primeiro aspeto prende-se com as perceções, ou seja, de que forma os robôs têm de imitar as pessoas. A questão aqui é a seguinte: como podemos construí-los para que melhorem a vida das pessoas? A seguir vem o conceito de diversidade: Hoje em dia, a tecnologia é capaz de ir além da natureza humana; por exemplo, algumas tecnologias permitem «ouvir» cores que não podemos ver. A questão é, então, a de saber como fomentar a tecnologia que ajuda as pessoas, mas que ainda é semelhante à natureza humana? A terceira palavra-chave é «proteção», isto é, a questão de saber como moldar a legislação que ainda protege as pessoas.

A robótica e a automatização são cada vez mais um motivo de inquietação, especialmente entre os jovens, que estão preocupados com os empregos que lhes são «tirados»: esta preocupação justifica-se ou não?

A inovação sempre existiu. Há um livro de Nicholas Carr [ndr, The Glass Cage] (A Gaiola de Vidro) sobre as mudanças operadas pela tecnologia ao longo do tempo que aborda esta questão. O que enfrentamos nos dias de hoje pode ter um impacto enorme, também, devido à globalização, mas continua a ser algo que sempre aconteceu na história. Não significa isto que não devemos procurar dar resposta a esse desafio, mas antes que temos de ver as oportunidades que ele representa: serão criados outros tipos de empregos, e uma parte dos empregos que desaparecerão serão trabalhos que já não são necessários ou são ineficientes. A inovação pode gerar crescimento económico que irá trazer benefícios para todos: alguns trabalhos vão mudar e sofrer uma evolução que envolve a digitalização. Devemos tentar ver os benefícios por forma a ajudar e ajustar a organização do mercado laboral em função daqueles que estão a passar pela transição. Isto irá normalizar com o tempo. A mudança virá e não podemos esconder-nos dela, pelo que teremos de encontrar formas de lhe fazer face.

Francesca Episcopo,
Investigadora no Instituto DIRPOLIS



12. CRIAR UMA AVALIAÇÃO DE ROBÓTICA A NÍVEL EUROPEU

Eduard

Proponho a criação de uma Avaliação de Impacto da Robótica a Nível Europeu que possa ajudar os especialistas em robótica a identificar, analisar, mitigar e eliminar os riscos impostos pela inserção da tecnologia de R&AI.

Atualmente, não existem orientações multidisciplinares específicas em matéria de robôs para identificar e avaliar os riscos que as tecnologias de R&AI representam para a sociedade. Um robô pode ter efeitos sobre a privacidade, a dignidade, a autonomia e a segurança das pessoas, tanto a nível físico como psicológico, o que suscita questões éticas graves.

Uma avaliação de impacto está em consonância com a abordagem baseada no risco seguida pela Avaliação de Impacto na Privacidade e Vigilância na União Europeia, mas procuraria alargar o seu âmbito a muitos outros tipos de riscos; com aplicações recentes no domínio da robótica (Care Robot Impact Assessment (Avaliação de Impacto dos Robôs de Assistência), Fosch-Villaronga 2015) e no domínio do algoritmo (Algorithm Impact Assessment (Avaliação de Impacto do Algoritmo), AI Now Institute 2018).¹⁵

Isso facilitaria o processo de conformidade para os programadores de robôs, atendendo a que seriam responsáveis por identificar e avaliar os vários riscos relativos ao seu robô.



13. CRIAR MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PAN-EUROPEUS

Olga

Precisamos desesperadamente de meios de comunicação social pan-europeus, e não me refiro a meios de comunicação social concentrados em eventos políticos, mas sim a meios de comunicação social que forneçam notícias, entretenimento, filmes; meios de comunicação social com a mesma programação nos Estados-Membros. Não existe comunicação e promoção suficientes da UE por via dos canais tradicionais, a começar pela TV e o vídeo a pedido.

Na Europa, em todos os Estados-Membros, consumimos os êxitos americanos, os blockbusters americanos e as séries de TV e gadgets. Não aceito o argumento de que existe uma barreira linguística ou cultural entre os diferentes Estados-Membros: a Suécia é tão diferente da Itália quanto o Texas o é da Califórnia. A cultura e os meios de comunicação social são o ponto comum de uma identidade europeia.

O sucesso de determinados programas de TV europeus, muitas vezes sobre crime, em países anglófonos mostra que o público está disposto a aceitar conteúdo legendado - ver várias produções da emissora dinamarquesa DR.

A UE poderia tentar estabelecer diálogos entre vários radiodifusores com vista à produção de séries pan-europeias legendadas e de interesse para os cidadãos de toda a Europa. Isto poderia ir desde projetos históricos de grande escala a séries de teatro. Já houve programas que reuniram um elenco internacional de atores; a organização de uma maior colaboração entre empresas de produção europeias e canais de televisão seria um projeto entusiasmante.

¹⁵ E. Fosch-Villaronga, «Creation of a Care Robot Impact Assessment» (Criação de uma avaliação de impacto do robô de assistência), International Journal of Humanities and Social Sciences Vol.9, No.6, 2015, <https://waset.org/publications/10001664/creation-of-a-care-robot-impact-assessment>; (Consultado em junho de 2018)

D. Reisman et al., «Algorithmic Impact Assessments: a practical framework for public agency accountability» (Avaliações de impacto algorítmico: um quadro prático para a responsabilização dos organismos públicos, AI Now Institute, abril de 2018, <https://ainowinstitute.org/aiareport2018.pdf> (Consultado em junho de 2018)

EDUCAÇÃO

Num mundo em que o trabalho é cada vez mais incerto, as pessoas têm múltiplos empregos ao longo das suas carreiras e os contratos de longo prazo são uma utopia, as pessoas precisam de novas competências pan-setoriais para poder emergir. A nova palavra-chave «aprendizagem ao longo da vida» indica que as pessoas terão de adquirir novas competências ao longo da vida, mesmo depois de concluírem os seus estudos.

No entanto, os sistemas de ensino não estão desenhados para preparar os jovens para o mundo do trabalho, e a verdade é que a falta de competências técnicas e digitais é amplamente reconhecida.

Esta situação é evidente no grande desfasamento que existe entre as competências que se aprendem na escola e as funções e capacidades que são exigidas no mercado de trabalho. Parte do problema do desfasamento de competências prende-se com o facto de os licenciados poderem ter empregos para os quais são sobrequalificados. Os estágios e as formações estão a generalizar-se também graças à Garantia para a Juventude, mas a transição entre a escola e o mundo do trabalho raramente é suave. Além disso, as competências sociais, como o trabalho em equipa, a criatividade e a resolução de problemas, e competências úteis como a internet e a literacia mediática, mal são ensinadas nas escolas e universidades.

Como mencionado anteriormente, o ensino e formação profissionais (EFP) ajudam os jovens a assumir responsabilidades desde o início, melhoram a sua empregabilidade e dão-lhes competências especializadas. Parece que as aprendizagens e outros programas que transmitem aos alunos conhecimentos, saber-fazer, aptidões e/ou competências de carácter mais prático e necessários para uma determinada ocupação aumentam a probabilidade de os recém-formados encontrarem um emprego.



14. PROGRAMAS DE FORMAÇÃO EMPRESARIAL E COMPETÊNCIAS SOCIAIS

Christian, e ideia sugerida em seminário

A minha ideia para um sistema de ensino melhor passaria por incluir na escola programas de formação em espírito empresarial, levar os jovens a participar em organizações como start-ups e introduzir atividades no currículo escolar - inspiradas em exemplos como o programa de Liderança Transatlântica.¹⁶

As escolas não ensinam competências sociais suficientes aos seus alunos. Os jovens, quando entram no mercado de trabalho, sentem que a sua educação não os preparou devidamente para os vários desafios que enfrentam.

A UE poderia desenvolver uma plataforma de projetos no âmbito das competências sociais, em que várias organizações poderiam congrega diferentes atividades em toda a UE, relacionadas com temas como política, ativismo, viagens, de modo que os jovens veriam reforçada a sua capacidade para aprender coisas novas, adquirir novas competências e desenvolver projetos juntos.

15. UTILIZAR O ERASMUS PARA COMBATER O DESPOVOAMENTO

Ideia sugerida em seminário

Sendo ponto assente que as experiências internacionais são extremamente úteis em termos de competências quotidianas, a ideia é tornar esse tipo de experiência mais acessível aos jovens. Além disso, os jovens poderiam ser incentivados a viver, trabalhar e estudar em regiões onde o despovoamento é um problema. Um período no estrangeiro poderia durar três meses, e os estudantes podem ficar com famílias de acolhimento e estudar ou fazer estágios. Essa possibilidade estimularia a aprendizagem de outras culturas e línguas, bem como a abertura de espírito. No final da universidade, muitos estudantes não têm a certeza sobre se devem continuar a estudar ou entrar no mercado de trabalho; uma experiência desse tipo poderia ajudá-los a formar uma ideia mais clara.

O programa Erasmus tem vindo a tornar-se cada vez mais popular entre os jovens, mas ainda são muitos os que nunca viajaram para outro país para estudar ou trabalhar por um período mais longo do que o de umas férias.

Esta ideia também poderia ajudar a resolver um problema de mobilidade: Dados da UE mostram que metade dos jovens na Europa que não encontram emprego no seu país gostaria de o tentar fazer no estrangeiro.¹⁷ Ao oferecer aos jovens incentivos para mudar para um país diferente por um período de três meses, no mínimo, eles podem ganhar experiência no estrangeiro e colmatar lacunas existentes no mercado de trabalho. Quanto à questão financeira, as instituições da UE devem disponibilizar o financiamento necessário para estes programas de mobilidade.

¹⁶ Youth Proaktiv, «Transatlantic Leadership Program» (programa de Liderança Transatlântica) <http://youthproaktiv.org/programs/eu-us-leadership-program/> (Consultado em julho de 2018)

¹⁷ Comissão Europeia, «Half of young Europeans ready to work abroad» (Metade dos jovens europeus dispostos a trabalhar no estrangeiro) <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=10268&furtherNews=yes> (Consultado em junho de 2018)

16. AULAS PARA DESENVOLVER COMPETÊNCIAS QUOTIDIANAS

Ideia sugerida em seminário

Introduzir aulas para desenvolver competências quotidianas seria uma forma de preparar melhor os jovens para a vida, ajudando-os a adquirir as competências básicas necessárias para administrar com sucesso as suas atividades diárias e ser melhores cidadãos, integrados e envolvidos na sociedade. Muitos jovens não valorizam várias competências quotidianas, como preencher uma declaração fiscal, reciclar ou cozinhar refeições básicas. Com a introdução de uma disciplina como esta, os jovens podem aprender, desde cedo, sobre essa importante parte da vida.

Na Finlândia foi iniciado um sistema semelhante - que poderia muito bem funcionar à escala da UE -, em que os alunos são ensinados «Kotitalous», ou economia doméstica, e «Käsityö», ou artesanato. Os alunos aprendem a cozinhar, limpar, despende dinheiro responsabilmente, tratar da roupa, reciclar e economizar água e energia; e aprendem também a fazer trabalhos domésticos de pequena escala, como costurar, reparar roupas, construir um trenó para se divertirem na neve ou uma casa de passarinhos para o jardim.

Mais importante ainda, adquirem algumas competências digitais, como identificar notícias falsas, os riscos de ciberassédio (cyberbullying), e ainda competências mais práticas, como instalar programas antivírus e usar uma impressora.

18. INTRODUIZIR AULAS RELACIONADAS COM «DESAFIOS» PARA ESTIMULAR ESTUDANTES MAIS CRIATIVOS

Aleksandra

Os critérios de avaliação devem ser revistos em todos os níveis de ensino, a fim de abranger a criatividade e a inovação. O sistema tradicional de avaliação de conhecimentos não é adequado à avaliação de conteúdos modernos. Por exemplo, o sistema de classificação de projetos e tarefas individuais poderia ser agrupado em diferentes categorias, com critérios de avaliação e classificação próprios para cada categoria, à semelhança dos critérios de avaliação da universidade. Desta forma, a área em que o aluno precisa de adquirir mais competências torna-se visível e clara, pelo que os estudantes sabem no que se concentrar mais para conseguir melhorias, e o professor está mais esclarecido quanto aos aspetos a que deve dedicar maior atenção.

Um dos principais requisitos e necessidades dos ambientes de trabalho competitivos de hoje é a criatividade. Uma forma alternativa de distinguir e ajudar os alunos que são mais criativos é proporcionar-lhes a possibilidade de uma avaliação justa.

Isto pode ser conseguido mediante o desenvolvimento de esforços para derrubar barreiras e promover a responsabilidade ao incluir novas matérias como «Desafios», à semelhança do que é praticado em algumas escolas de Berlim. Este método inclui uma hora por semana em que os alunos se concentram num desafio, por exemplo: jogar xadrez com pessoas mais velhas ou iniciar um projeto local para jovens. Esta é uma maneira de melhorar a interação, tanto pessoal quanto social.

17. PROMOVER A CURIOSIDADE, O AUTODESENVOLVIMENTO E A RESPONSABILIDADE

Laura e Jakob

Os estudantes devem ser encorajados a trabalhar os seus pontos fracos, tendo simultaneamente a liberdade de escolher quais as atividades em que gostariam de se concentrar. Entendemos que este tipo de sistema orientado para projetos, no qual os jovens podem desenvolver as suas próprias ideias e pontos fortes, em vez de adquirir conhecimentos por atacado, pode produzir resultados muito mais positivos. Seria uma forma de incentivar a curiosidade e a criatividade. Trabalhar em projetos significa praticar novas competências e aprender durante o processo, reforçando a mensagem de que o fracasso pode ser uma lição importante.

Como sociedade democrática, queremos que os jovens sejam livres, iguais e vivam num espírito de solidariedade, mas o sistema de ensino não é de forma alguma democrático: o professor ensina as mesmas matérias a uma turma de diferentes alunos com diferentes pontos fortes e interesses. Tendo em conta a individualidade de cada um, os alunos deveriam poder desenvolver as suas próprias aptidões e paixões. Adotar essa abordagem permite aproveitar ao máximo as capacidades de todos os alunos.

O estudo de PISA reconhece um sistema semelhante na Finlândia como o sistema de ensino de maior sucesso no mundo. No caso dos alunos mais jovens, até aos 13 anos de idade, não existem as aulas convencionais, mas sim aulas em que estudantes e professores colaboram entre si. «Divertir-se» na escola é muito importante e o objetivo dos professores é motivar os alunos. Concretamente, não há salas de aula; os alunos trabalham em grupos de aprendizagem, por forma a estimular a sua análise aprofundada e desenvolver competências de resolução de problemas e outros talentos. Este método incentiva a inclusão e o desenvolvimento de competências sociais. Os estudantes finlandeses também podem escolher um tema que lhes interessa e desenvolvê-lo entrando em contacto com recursos externos, como peritos ou museus. Chegou-se à conclusão de que esta «aprendizagem baseada em projetos/fenómenos» fornece aos alunos as competências certas para o século XXI, pelo que devemos implementá-la em toda a Europa.

19. COLABORAÇÃO INTERESCOLAR NO ÂMBITO DE PROJETOS

Gaétan

Uma ideia seria criar lugares de facilitadores de rede que operassem nas escolas para reunir diferentes grupos de alunos e mobilizá-los em torno de um tema específico (por exemplo, valores europeus, desenvolvimento sustentável, educação e outros), através de uma série de reuniões. Por exemplo, reunir um grupo de alunos que gostasse de desenvolver na sua escola um projeto em torno do desenvolvimento sustentável.

Com o apoio de um professor, os alunos averiguariam se existem na União Europeia outras instituições dedicadas à mesma temática. Nessa altura, os alunos poderiam utilizar a rede de facilitadores para as pôr em contacto com a rede escolar. Esta escola poderia, assim, desenvolver relações com outras entidades, bem como interagir e trabalhar em conjunto.

A rede poderia colaborar no sentido de organizar uma Conferência Europeia para o Desenvolvimento Sustentável, na qual, à semelhança do EYE, os estudantes do ensino secundário partilhariam os seus projetos, propondo soluções e ideias. Essas redes teriam inúmeras vantagens: partilhar informações e competências; promover intercâmbios sobre um determinado tema entre escolas europeias; desenvolver relações de cooperação; permitir que as jovens gerações reflitam sobre um tema europeu; criar um sentimento de pertença à UE; reunir novas ideias e melhorar a participação dos jovens.

Em França, o Ministério da Agricultura e da Alimentação, por exemplo, possui diversas redes para jovens no âmbito do ensino agrícola. Essas redes permitem identificar as aspirações e propostas dos jovens e transmiti-las ao ministério, com vista ao desenvolvimento de projetos conjuntos: Trata-se de uma boa prática que pode ser exportada para toda a UE.



ENTREVISTA

“

Quando falamos sobre o bem-estar dos jovens, temos tendência para pensar apenas em termos económicos, esquecendo o aspeto do bem-estar e saúde mentais. Hoje, muitos jovens podem-se sentir «encurralados».

Temos uma geração «boomerang» que vive com os seus pais ou sai de casa por um período de tempo muito curto, trabalha em ambientes extremamente instáveis e sem qualquer segurança relativamente a contratos de trabalho, o que significa que não podem desenvolver a sua independência e por vezes precisam de voltar para casa dos pais. Os serviços públicos e sociais ainda não reconhecem plenamente as necessidades específicas dos jovens. Muitos jovens não se dirigem aos serviços sociais por saberem que são associados a um estigma. Os jovens não se sentem suficientemente confiantes ou, muito simplesmente, não sabem que esses serviços existem. É importante melhorar as condições de trabalho para os iniciantes e garantir um melhor apoio à saúde mental, para que os jovens possam sentir-se realizados e ser membros produtivos das sociedades.

Existe também uma questão intergeracional que complica a questão.

Vários participantes do EYE mencionaram que, em sua opinião, as pessoas mais velhas tendem a não levar muito a sério os problemas dos jovens. Os jovens ouvem frases deste tipo: «Isso é porque és jovem; isso depois passa com a idade. Quando eu era jovem, as coisas eram bem mais exigentes e sobrevivi». Pessoalmente, acho que os tempos estão a mudar, que se estão a tornar muito mais imprevisíveis. Na altura em que os nossos pais eram jovens, eles acabavam a escola, conseguiam empregos permanentes e estáveis, podiam pagar o alojamento, e assim por diante. Hoje, os jovens deixaram de ter esta estrutura simples de vida. Agora, é tudo muito mais inconstante. Portanto, como é evidente, o facto de os jovens precisarem de ajuda gera preocupação e ansiedade, e acho que dizer «isso é só uma questão de amadureceres» não é o melhor conselho que as pessoas mais velhas podem dar.

Anna Ludwinek,

Gestora de investigação, Unidade «Políticas Sociais», Eurofound

”

20. FERRAMENTAS DE LUTA CONTRA A EXCLUSÃO DIGITAL E EM PROL DA SAÚDE MENTAL

Larissa

Penso que a UE pode fazer alguma coisa pelo acesso a ferramentas e recursos digitais, certificando-se de que os países investem dinheiro suficiente para proporcionar igual acesso às tecnologias nas salas de aula, o que significa em todas as escolas, não apenas escolas de topo nas grandes cidades, mas também escolas profissionais e escolas em zonas rurais.

Atualmente, um tema central a ter em atenção nas escolas é o da exclusão digital. Nós tomamos como certo que todos têm acesso a plataformas digitais, mas a verdade é que nem todos podem pagar o mesmo tipo de tecnologia. O que nós (Organização das Associações de Estudantes das Escolas Europeias - OBESSU) exigimos é a solução desta questão, nomeadamente, providenciar computadores portáteis e tablets nas escolas, por forma a que todos tenham igual acesso à tecnologia.

No que se refere à exclusão social em termos mais gerais, é essencial promover ações de sensibilização e apoiar intervenções das organizações da sociedade civil junto das escolas, nomeadamente a realização de seminários. O acesso a financiamento para estas iniciativas é algo que a UE poderia assegurar, como em parte já faz. Contudo, penso que isso deve ser feito a nível mais local, para que as escolas possam trabalhar mais de perto com a sociedade civil nessas questões difíceis.



COMENTÁRIO DO FÓRUM DA JUVENTUDE

JOVENS E IDOSOS

A revolução digital tem vindo a levantar muitas questões, e a trazer muitos desafios e oportunidades. Como pode a Europa progredir, aproveitando o melhor e sem prejudicar os nossos níveis de vida? Para embarcar nesta jornada, a Europa precisa de colocar as pessoas, os seus direitos e as suas comunidades no centro desta transição para um mundo mais digital. O Fórum Europeu da Juventude luta por uma revolução digital que funcione para todas as gerações.

Nas últimas décadas, assistimos a avanços tecnológicos que mudaram a nossa maneira de viver e organizar as nossas vidas. Todos estes desenvolvimentos, desde o aparecimento da internet e das plataformas de redes sociais até aos rápidos avanços no domínio da automação, robótica e inteligência artificial mais em geral, ocorreram a um ritmo tão acelerado que as avaliações do seu impacto dificilmente o acompanham. A geração dos jovens de hoje foi, sem dúvida, a mais afetada. Os jovens cresceram num momento de grandes avanços e desenvolvimentos tecnológicos. São, pois, simultaneamente os primeiros a experimentar e a ver as suas vidas beneficiadas por essas novas tecnologias e os que mais sofrem com a nossa falta de conhecimento e compreensão dos impactos negativos de longo prazo que aquelas têm nas nossas vidas, democracias, ambiente, empregos e direitos laborais, e ainda na saúde. Os jovens estão também a viver essas mudanças tecnológicas no meio de problemas sociopolíticos e económicos bem conhecidos, como, por exemplo, a elevada taxa de desemprego, o maior risco de pobreza e exclusão social, os níveis crescentes de desigualdade e outros desafios respeitantes ao exercício dos seus direitos.

Os exemplos do impacto que a revolução digital já teve nas nossas vidas são numerosos. A revolução digital proporcionou novas maneiras de contactarmos com os outros e mudou completamente a forma como nos informamos e interagimos com os meios de comunicação social. Esta realidade levou a processos novos de formação de comunidades e à criação de novas formas de ativismo político. Levou também a uma proliferação de meios de comunicação social e de novas fontes, a novas formas de informar, que são mais acessíveis a todos, e ao aparecimento do jornalismo cidadão. A desvantagem de tudo isto é o aumento significativo da desinformação em linha, nomeadamente notícias falsas, e a facilidade com que se difundem discursos de ódio. Consequentemente, poderíamos afirmar, também se torna mais fácil, a partir de elementos externos, manipular e criar o caos em eleições e outros processos democráticos. A economia, o trabalho e o mercado de trabalho também foram afetados. Na corrida global pela competitividade e com o intuito de nos anteciparmos, os investimentos em novas tecnologias e inovação têm sido os principais motores do crescimento económico e da produtividade, levando ao aparecimento de gigantes da tecnologia, como o Google, Facebook, Microsoft, Amazon, para citar apenas alguns, à proliferação de start-ups de tecnologia e, consequentemente, a uma elevadíssima criação de novos postos de trabalho nos setores da indústria transformadora de alta tecnologia e da tecnologia. Infelizmente, uma das consequências disto tem sido a rápida expansão em simultâneo da chamada «economia dos serviços pontuais» (gig economy), com cada vez mais jovens empregados na prestação de serviços baseados

em aplicações (app), como a Deliveroo e a Uber, e a transitar assim do emprego seguro e a longo prazo para empregos precários, sem direitos fundamentais, proteção social ou férias. Além disso, os megadados e sistemas de inteligência artificial (AI) conexos são cada vez mais utilizados em todos os setores da sociedade. Estes têm a capacidade de orientar, por vezes até mesmo substituir, os seres humanos na tomada de decisões e na identificação de soluções para os problemas. Por meio da aprendizagem automática, IA e algoritmos, os megadados podem melhorar as nossas vidas de várias maneiras. Podem garantir que a afetação dos recursos se processe de forma muito mais direcionada e económica, e/ou identificar problemas e soluções muito mais rapidamente do que os seres humanos. No setor da saúde, por exemplo, o diagnóstico e os medicamentos personalizados identificados por meio de sistemas de IA podem levar a um atendimento melhor e mais adequado. O impacto que isto terá nas nossas sociedades e vidas só se multiplicará significativamente com o desenvolvimento e a chegada da Internet das Coisas e à medida que a partilha de dados e tecnologia se tornarem parte integrante do nosso quotidiano, através de veículos, eletrodomésticos e outros dispositivos físicos equipados com tecnologia de geração de dados.

Alguns dizem que estamos à beira da Quarta Revolução Industrial, tendo em conta que esses desenvolvimentos estão a ocorrer a uma velocidade sem precedentes e afetam quase todas as indústrias e setores da sociedade, conduzindo à transformação de sistemas inteiros de produção, gestão e governação. Outros alertam para o potencial colapso das democracias ocidentais e dos sistemas de proteção social nos moldes em que os conhecemos. O que recentes eventos políticos globais nos mostraram é que se estão a gerar novos problemas sociais, inclusive em torno da privacidade, à medida que a exploração de dados pessoais se torna um



modelo de negócio, bem como uma ferramenta suscetível de criar o caos político. Como nos mostrou o recente escândalo dos dados do Facebook e da Cambridge Analytica, estes desenvolvimentos têm de ser acompanhados de uma discussão mais alargada sobre princípios e ética, bem como de formas de garantir que essas tecnologias não acabem por ser um risco para os nossos futuros, mais do que o benefício que pretendiam ser. A legislação e a regulamentação, dirão alguns, podem criar limites à inovação, mas elas são necessárias para garantir que a tecnologia beneficia e é acessível ao maior número de pessoas possível. É essencial que se avance na UE com um quadro jurídico que promova a inovação, por forma a sermos competitivos face à China e aos Estados Unidos, mas importa garantir, porém, que esta inovação assente e se enquadre nos nossos valores europeus fundamentais. A UE já assumiu a liderança na regulamentação de dados com a adoção do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), um quadro jurídico que define orientações para a recolha e o tratamento de dados pessoais dos indivíduos. Porém, é necessário muito mais para garantir que os jovens, em especial, beneficiem de apoio e estejam mais bem apetrechados para as mudanças que se avizinham. Os jovens do YO!Fest e do Evento Europeu da Juventude 2018, em Estrasburgo, propuseram uma série de ideias que os decisores políticos europeus fariam bem em considerar, entre as quais as seguintes: «A UE deve desenvolver, fazer cumprir e atualizar constantemente as regras relativas a ensaios, certificação, projetos e normalização de produtos de Robótica e de Inteligência Artificial. Tudo isto pode ser formalizado através de comités de peritos em questões éticas, tecnológicas, legais e económicas, bem como de instrumentos de governação colaborativa.» Outra proposta visava a disponibilização de apoio e financiamento a um ecossistema de aprendizagem ao longo da vida, em que um grupo de peritos seria responsável por monitorizar e definir por país, indústria e setor quais as competências necessárias no futuro.

No Fórum Europeu da Juventude, defendemos que a regulamentação da UE deve, em primeiro lugar e acima de tudo, seguir uma abordagem baseada nos direitos. Quer isto dizer que quaisquer soluções políticas deveriam assentar, do ponto de vista normativo, em normas internacionais para os direitos humanos, tendo em conta, prioritariamente, o impacto que a inovação tecnológica tem no acesso dos jovens aos seus direitos a um trabalho digno, à saúde, à não discriminação, ou na participação nos processos decisórios. Uma grande parte dos problemas acima explanados resulta da concentração excessiva de riqueza e recursos nas mãos de um punhado de gigantes/conglomerados da tecnologia. A UE deve ocupar uma posição de liderança na discussão e definição de soluções regulamentares para esta nova realidade - soluções que permitam reduzir os desequilíbrios de poder existentes. Por último, o nosso sistema de ensino precisa de ser repensado, já que esta nova realidade exige mais pensamento crítico e literacia digital, de modo a que os jovens, em particular, possam influenciar e moldar a formulação de políticas digitais. Mark Zuckerberg foi recentemente citado como tendo afirmado que «proteger a nossa comunidade é mais importante do que maximizar os nossos lucros». Curiosamente, este pode ser um bom mantra para a UE adotar no âmbito da sua tentativa de assumir a liderança na regulamentação da revolução digital.

2. RICOS E POBRES:

Exigir uma quota justa

Antes de podermos começar a resolver o problema da desigualdade, temos de reconhecer consensualmente que ele existe. O tema «Ricos e Pobres» foi concebido no intuito de encontrar soluções comuns para a crescente desigualdade na Europa, mas a desigualdade é um fenómeno complexo, que assume numerosas formas, é difícil de identificar e, sobretudo, difícil de admitir. A desigualdade existe em níveis micro e macro, pelo que as soluções devem ser encontradas em ambas as escalas. É difícil, enquanto indivíduo, admitir que o que temos na vida é fruto tanto de privilégios concedidos como das nossas próprias conquistas, mas cabe-nos trabalhar em prol de uma maior justiça.

A União Europeia, enquanto aliança supranacional poderosa numa era globalizada, toca as vidas de milhões de cidadãos que não pertencem à UE, pelo que a nossa responsabilidade e as soluções que encontrarmos para reduzir a desigualdade vão além das nossas próprias fronteiras.

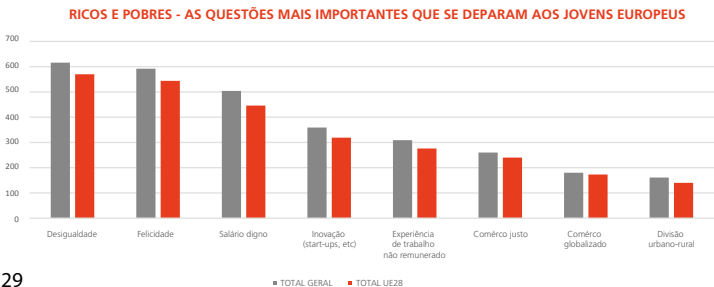
A desigualdade, embora possa estar enraizada na riqueza, é gerada e faz-se sentir nas nossas vidas quotidianas de formas que vão muito além do nosso saldo bancário. A discrepância em termos de rendimentos na Europa é um tema válido; a desigualdade é um sistema muito mais complexo, que tem origem na sexualidade, género, educação, clivagem urbano-rural, cidadania, globalização, capacidades físicas, cor da pele, tecnologia e, claro, poder.

A Europa diferencia-se pelas suas políticas sociais, no entanto, os resultados cada vez mais visíveis da desigualdade deram lugar a discussões sobre novas formas de redistribuir os rendimentos dos mais ricos na sociedade.

Estas questões são frequentemente levantadas no âmbito da prevista reestruturação do mercado de trabalho e da crescente utilização de IA. Embora surgissem muitas ideias, sem dúvida que a palavra de ordem do tema «Ricos e Pobres» foi o Rendimento de Base Universal - um salário de subsistência pago a todos os cidadãos, independentemente das suas condições de emprego. Esta é uma política social que tem suscitado muito debate, porém os jovens veem-na, claramente, como uma solução possível para inúmeras questões políticas e estão preparados para assumir os seus riscos.

A desigualdade é subtil, e há que reconhecê-lo se quisermos identificar as suas causas e apresentar soluções. Se formos sérios relativamente à nossa meta de pôr fim à desigualdade, todos os esforços devem incluir aqueles que sofrem as consequências. Embora o EYE tenha fornecido essa plataforma, uma questão recorrente levantada pelos participantes prendeu-se com os custos significativos associados à participação no evento, para além de um elevado nível mínimo de educação necessário para participar nas conversações. Essa é uma potencial barreira para as próprias pessoas cujas valiosas reflexões sobre a desigualdade precisam de ser ouvidas.

A desigualdade gera sentimentos de constrangimento ao dizer a determinados membros da sociedade que eles merecem menos. Se estamos empenhados, como uma união democrática, a dismantelar as desigualdades que constroem os nossos cidadãos, e se queremos olhar para trás e orgulhar-nos das nossas ações, devemos estar dispostos a trabalhar juntos e a tomar decisões difíceis. A verdadeira igualdade é inclusiva.



DESIGUALDADE: PARTILHAR É CUIDAR

Nas sociedades capitalistas que construímos, o dinheiro é sinónimo de poder; quando o dinheiro e o poder se encontram excessivamente concentrados em determinados grupos, gera-se um sistema que não serve os interesses de muitos. Embora os Estados-Membros da UE estabeleçam sistemas nacionais de proteção social com o objetivo de minimizar os efeitos deste desequilíbrio, as consequências das estruturas de poder anteriores deram origem a uma desigualdade sistémica que continua a reproduzir-se.

Isto diz-nos que as pessoas não são livres de conceber o seu próprio destino em função dos seus méritos, antes nascem num sistema fora do seu controlo que pré-seleciona vencedores e vencidos, tomando o poder a favor dos primeiros a expensas dos segundos. A crescente desigualdade entre «os que têm» e «os que não têm» atesta isso mesmo, e diz-nos que o atual sistema de proteção social não está a fazer o suficiente para colmatar esse fosso.

A igualdade não deve ter a ver com quem trabalha mais ou quem é mais merecedor, igualdade significa dar a todos a mesma oportunidade de sucesso. Todos merecem o mesmo ponto de partida na vida, mas até encontrarmos formas de distribuir os recursos com maior justiça, o fosso entre ricos e pobres continuará a crescer.

21. ADOPTAR O RENDIMENTO DE BASE UNIVERSAL PARA FAZER FACE À DESIGUALDADE

Joe

O Rendimento Básico Universal (RBU) é um rendimento incondicional, dissociado do emprego, pago pelo Estado a todos os seus cidadãos, independentemente das suas receitas, e foi apreciado no EYE deste ano como uma solução para questões sociais enraizadas na desigualdade. Esta proposta é cada vez mais vista como uma solução, já que os jovens se encontram atualmente em situações precárias de vida devido ao aumento do custo de vida, à descida dos salários e às crescentes barreiras ao emprego.

Os proponentes do RBU, como Aurelie Hampel, da rede Unconditional Basic Income Europe, argumentam que o RBU quase poria fim à pobreza, uma vez que são os próprios cidadãos quem está em melhor posição para identificar as suas necessidades e o RBU dá-lhes autonomia para as satisfazer. Com um elevado número de postos de trabalho considerados sob ameaça em resultado da automação, o RBU asseguraria um novo pilar de proteção social que permite aos cidadãos resistir à tempestade de um mercado de trabalho em mudança. De acordo com Aurelie, precisamos de deixar de pensar no RBU como «dinheiro grátis».

O economista Harro Boven refuta as críticas de que o RBU é inoportuno e entende que, eliminando os custos burocráticos, a maior parte do RBU poderia ser obtida mediante a reafetação das atuais prestações da segurança social, sendo o défice remanescente financiado por um modesto imposto sobre a riqueza.

O RBU aliviaria alguns dos encargos financeiros criados pelo ensino superior, que atualmente representa um obstáculo para as famílias de baixo rendimento e desencoraja os jovens de realizarem os seus sonhos. Digam-nos que temos segurança financeira. Digam-nos que podemos ousar sonhar.

22. PROMOVER A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Matthaeus

Gostaria de ver o aumento dos lucros obtidos pelas multinacionais graças à eficiência redistribuído pelos seus funcionários em programas de aprendizagem ao longo da vida.

A automação tem progredido a um ritmo sem precedentes nos últimos anos graças ao avanço da inteligência artificial, prevendo os peritos uma reestruturação drástica do nosso mercado de trabalho quando os seres humanos deixarem de ser trabalhadores indispensáveis. Essa maior eficiência economizará muito dinheiro aos empregadores, contudo, poderá deixar um grande número de pessoas desempregadas e criará novos empregos para os quais a força de trabalho atual não possui as competências necessárias.

Estes programas de aprendizagem não só beneficiariam a empresa como dariam também ao empregado o conjunto de competências necessárias para fazer face às circunstâncias em constante mudança de um mercado de trabalho em evolução, aumentando a atratividade das mesmas. Este requisito deveria assumir a forma de uma obrigação legal, no entanto, uma vez que pode ser proibitivamente oneroso para as pequenas empresas, só seria obrigatório no caso das grandes multinacionais. Esta prática levaria ao estabelecimento de uma cultura empresarial em que os programas de aprendizagem ao longo da vida seriam uma característica essencial para atrair trabalhadores.

23. RENDIMENTO DE BASE, SIM, MAS NÃO UNIVERSAL

Anoosh

Precisamos de transformar o atual sistema de proteção social, cujas principais estruturas são do século XX.

A ideia de um rendimento de base para reduzir as desigualdades sociais sistêmicas poderia funcionar, mas não faz sentido pagar a um gerente bancário rico o mesmo que a uma enfermeira subremunerada.

A introdução de um rendimento de base condicional para complementar salários mais baixos transfere a responsabilidade de pagar salários justos das empresas privadas para o estado e reduz o nível de sujeição de alguns a salários baixos nos casos em que as empresas não podem pagar mais. Também asseguraria a utilização de recursos estatais limitados, de acordo com os objetivos do Estado-providência.

25. ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE PARA AS PESSOAS TRANSGÊNERO

Frederieke

Gostaria de ver as pessoas transgênero serem recebidas de braços abertos na UE. Isso deve estender-se à medicina, que está especialmente bem posicionada para atender às suas necessidades específicas. Quer o tratamento, quer a identidade, das pessoas transgênero devem ser legitimados no quadro do sistema de saúde, assegurando formação especializada do pessoal médico e a despatologização da identidade transgênero. Atualmente, os indivíduos transgênero recebem tratamentos diferentes e gozam de direitos diferentes nos diferentes Estados-Membros da UE, e esta é uma questão que deve ser abordada a nível da UE.

A Transgender Europe concluiu que, em razão do preconceito e da marginalização de indivíduos transgênero na nossa sociedade, estes têm uma saúde mental e física mais frágil, incluindo um risco elevado de infeção pelo VIH e de suicídio. A agravar estas desigualdades, as pessoas transgênero têm dificuldade em aceder a cuidados de saúde adequados devido à estigmatização de que são alvo na comunidade médica, que se manifesta por comportamentos como, por exemplo, o facto de as pessoas transgênero serem tratadas pelo nome e pelo género atribuídos à nascença, minando assim a confiança entre o paciente e o pessoal médico.

Os indivíduos transgênero na Europa também se deparam com dificuldades no acesso ao tratamento hormonal necessário e à cirurgia de mudança de sexo, devido a obstáculos financeiros e à estigmatização, apesar de o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem ter decidido que esses tratamentos constituem o «tratamento necessário» e que os Estados-Membros estão obrigados a classificá-los como tal nos planos de seguros. De acordo com um estudo de 2008 da Transgender Europe, foi recusado tratamento a um terço dos inquiridos pelo facto de o seu médico se opor, do ponto de vista pessoal, à mudança de sexo, e, no caso dos indivíduos que conseguiram fazer esta cirurgia na UE, metade custeou as respetivas despesas.^{18 19}

24. DIREITOS TRIBUTÁRIOS E LABORAIS UNIFICADOS NA UE

Anoosh e Quentin

Propomos a uniformização da legislação fiscal e laboral da UE, com o objetivo de promover a igualdade entre todos os cidadãos e todos os Estados-Membros.

Apesar de a UE lutar por objetivos comuns, ainda existem desigualdades gritantes dentro das suas fronteiras. Quer isto dizer que existe uma disparidade cada vez mais acentuada entre os níveis de vida dos cidadãos da UE, consoante o Estado-Membro em que vivem.

Consideramos que todas as pessoas merecem as mesmas oportunidades na vida, porém, a tributação e os direitos laborais diferentes estabelecidos pelos governos nacionais inibem essa possibilidade. Essa uniformização permitiria a introdução de um salário mínimo-padrão, o que aumentaria o poder de compra dos cidadãos por meios não privatizados.

Essencialmente, ao criar uma política tributária e laboral unificada no seio da UE, seria possível, ao longo do tempo e à medida que as economias se aproximassem, introduzir um salário mínimo-padrão na Europa. Isto contribuiria para acabar com as diferenças geográficas em termos de força económica em toda a UE.



¹⁸ Parlamento Europeu, «Transgender Persons' Rights in the EU Member States» (Os direitos das pessoas transgênero nos Estados-Membros da UE), <http://www.lgbt-ep.eu/wp-content/uploads/2010/07/NOTE-20100601-PE425.621-Transgender-Persons-Rights-in-the-EU-Member-States.pdf> (consultado em junho de 2018)

¹⁹ Transgender Europe, www.tgeu.org (consultado em junho de 2018)

26. ACABAR COM O «IMPOSTO COR DE ROSA»

Emily

Gostaria que os custos acrescidos nos artigos femininos fossem eliminados, a fim de as mulheres não terem de suportar um custo de vida superior em virtude do seu género. Este desequilíbrio estende-se ao sistema de tributação, em que os produtos básicos de higiene indispensáveis à saúde da mulher estão sujeitos a um imposto de luxo, enquanto as lâminas de barbear para homens são consideradas uma necessidade elementar.

O imposto cor de rosa tem a ver com o fenómeno segundo o qual os produtos e serviços concebidos para mulheres são automaticamente mais caros do que os comparáveis para homens, resultando num aumento do custo de vida para as mulheres. O fenómeno dentro do sistema de tributação que permite classificar os produtos de higiene das mulheres como «artigos de luxo não essenciais» é chamado de «taxa tampão», que resulta numa tributação mais elevada que não se justifica dada a sua necessidade.

Desde março de 2017, os Estados-Membros da UE podem decidir quais os produtos que pretendem acrescentar à lista de artigos com IVA reduzido. No entanto, os artigos sanitários não podem ser tributados a uma taxa inferior a 5%.²⁰ Para as mulheres sem abrigo, as mulheres em famílias de baixo rendimento e mulheres jovens que comprem os seus próprios artigos sanitários, a «taxa tampão» representa uma dificuldade desnecessária face aos seus esforços para administrar as suas necessidades básicas de saúde.

27. PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS NO COMÉRCIO DE TÊXTEIS

Davina

Precisamos de tornar as cadeias de fornecimento de têxteis mais justas através de legislação vinculativa no que respeita aos direitos humanos. A indústria têxtil que produz e/ou comercializa os seus produtos dentro da UE tem de provar que respeita os direitos humanos e assegura o cumprimento das Normas Internacionais do Trabalho.

Por fim, há que promover no seio da UE a institucionalização do comércio justo e o estabelecimento de regimes conjuntos, bem como a realização de uma discussão aberta sobre o comércio justo e o acesso a um público mais vasto.

Isto pode ser conseguido através de campanhas de apoio e resoluções dos deputados ao PE, a fim de criar um capítulo sobre políticas de comércio justo em todos os acordos comerciais.

²⁰ Comissão Europeia, «Taxas do IVA», https://ec.europa.eu/taxation_customs/business/vat/eu-vat-rules-topic/vat-rates_en (consultado em julho de 2018)

ENTREVISTA



Qual a importância da integridade nos direitos humanos?

No que se refere à Europa, não estará a ser mais fácil questionar a sua integridade e compromissos com os direitos humanos fundamentais quando ficamos de braços cruzados e deixamos que famílias e indivíduos vulneráveis morram ao largo das nossas costas? Como podemos dizer aos jovens para se orgulharem da Europa quando não respeitamos os direitos humanos fundamentais? Demasiadas vezes, há a impressão de platitudes excessivas e caridosas e de um sentimento abstrato de solidariedade em relação à migração. A Europa precisa de se lançar numa autoanálise, e a UE precisa de reconsiderar algumas das suas práticas comerciais por forma a garantir que os direitos humanos permaneçam no centro dos seus acordos comerciais.

Por que se abstêm as pessoas de votar?

Na minha opinião, os jovens não votam porque não sentem qualquer relação com o Parlamento Europeu nem se sentem representados na instituição, especialmente os europeus não brancos que ainda são denominados como migrantes de segunda ou terceira geração. Como podemos pedir aos jovens que votem no Parlamento Europeu quando não estão representados? A Europa tem de se concentrar mais em ouvir os jovens e as suas necessidades e tentar dar-lhes a representação que merecem no PE.

Amal Hussein,
estudante somali a estudar em Espanha



REVOLUÇÃO

Assiste-se a uma crescente inquietude e agitação na Europa. Estamos a começar a reconhecer que as atuais estruturas socioeconómicas não são concebidas no interesse das pessoas. A contradição da atual situação económica é que o seu sucesso depende do crescimento perpétuo e inesgotável. Este crescimento tem sido sustentado à custa das massas; o efeito de «bola de neve» que foi prometido nunca se concretizou, ao invés, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

É um fato inegável que, se as coisas continuarem como estão, a tendência será para piorarem, portanto, a mudança é a nossa única esperança. Enquanto indivíduos que funcionam dentro de um sistema, estamos obrigados a sujeitar-nos às suas exigências rígidas e implacáveis. Enquanto indivíduos que agem sozinhos, somos impotentes e o sistema sustenta-se à nossa custa. À medida que esse custo se multiplica, o nosso sofrimento individual é transformado num custo coletivo.

Se queremos que as coisas melhorem, precisamos de transformar este custo coletivo numa revolução coletiva e dismantlar as estruturas opressivas que minam o bem-estar das populações. Os deputados ao Parlamento Europeu estão numa posição privilegiada para liderar esta mudança, e nós, os jovens da Europa, instamo-los a tomarem decisões audazes e corajosas no interesse dos mais vulneráveis.

Como toda a grande mudança, será recebida com controvérsia e resistência, especialmente por aqueles que beneficiam do atual status quo. Precisamos de políticos com visão e integridade para tomar essas difíceis decisões em prol de um bem maior e resistir às inevitáveis pressões dos corredores do poder.

Somos jovens e idealistas e acreditamos que a mudança é possível. Por favor, não nos dececionem.



28. PROVIDENCIAR CURSOS ACESSÍVEIS NA EUROPA

Ideia sugerida em seminário

A UE deveria promover a introdução de módulos educacionais facilmente acessíveis e gratuitos no YouTube e noutras plataformas de redes sociais, com a assistência das universidades. Isto poderia incluir cursos sobre temas como codificação, bem como cursos de línguas.

São muitos os jovens que estudam na UE e têm a oportunidade de frequentar várias universidades através do programa Erasmus, mas, quando os jovens começam a trabalhar, perdem a oportunidade de desenvolver as várias competências que trabalharam na universidade. Ao providenciar estes cursos, a UE poderia fazer uma diferença tangível e ajudar as pessoas em toda a UE a alargar o seu conjunto de competências. Esta ação educativa teria o benefício adicional de oferecer oportunidades educacionais a pessoas que não frequentam a universidade, mas que gostariam de aprender novas competências.

Isto poderia ser conseguido através de parcerias com várias universidades em toda a UE, possivelmente tirando partido da rede Erasmus existente.

29. APOIAR UM «EYE» MAIS INCLUSIVO

Roger

Considero que o EYE deveria disponibilizar antecipadamente fundos para grupos de jovens representativos de uma pluralidade de utilizadores, para os quais os custos financeiros da participação no EYE se revelariam proibitivos. Muitos dos participantes deste ano eram altamente qualificados e financeiramente seguros, o que é uma representação inexacta da juventude europeia. Gostaria que os futuros eventos do EYE colocassem a inclusão social mais alargada no centro de todas as decisões estratégicas, por forma a garantir a participação de indivíduos oriundos de meios e origens diferentes.

O EYE proporciona uma oportunidade inestimável para os jovens da Europa fazerem ouvir as suas vozes. No entanto, é vital que estas vozes sejam representativas de toda a população jovem da Europa e não apenas dos poucos privilegiados. O custo de transporte, alojamento e alimentação é pesado, e para aqueles que viajam de longe os preços podem subir ainda mais. Embora o EYE garanta patrocínio a alguns grupos de jovens para cobrir esses custos, uma vez que estes são pagos retroativamente, é necessário que os participantes tenham à partida a devida disponibilidade financeira.

O EYE 2018 não incluiu a perspetiva única daqueles que enfrentam problemas financeiros, o que leva a que as suas ideias valiosas continuem por ouvir. Isso poderia ser alcançado através de um financiamento orientado para determinadas pessoas em particular, bem como da divulgação do evento entre instituições. Outra sugestão seria a de trabalhar com parceiros para patrocinar oportunidades e promover antecipadamente o evento em regiões de onde houve poucos participantes.

31. PREVENIR A EVASÃO FISCAL

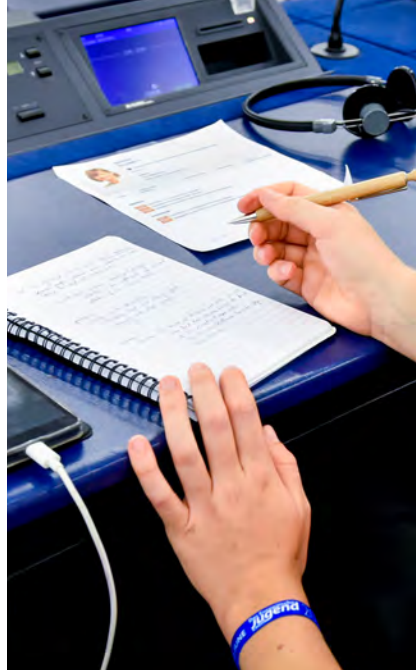
Jonathon

Gostaria que a UE impedisse os ricos de explorarem os seus privilégios de ricos, introduzindo um verdadeiro registo de propriedade dos beneficiários de todos os ativos europeus.

Todos os números apontam para o facto inegável de que a desigualdade se tem vindo a acentuar, e a verdade é que à medida que os ricos ficam mais ricos eles também se tornam mais espertos em matéria de estratégias para esconder o seu dinheiro. Não só isso retira aos serviços públicos fundos fundamentais e alimenta a redução dos níveis de vida dos estratos sociais mais baixos, como o fracasso dos governos em reprimir as práticas ilegais dos super-ricos mina a confiança das pessoas no processo democrático.

Ao introduzir transparência, o verdadeiro beneficiário de um ativo seria identificável. Essa postura impediria que empresas e indivíduos ricos se escondessem atrás de empresas de fachada, uma prática galopante como o demonstraram os Documentos do Panamá.

O Parlamento Europeu poderia tentar trabalhar com outras instituições europeias no sentido de tornar realidade essa lista de beneficiários.



30. TRIBUTAR OS ROBÔS!

Ideia sugerida em seminário

Gostaria de ver a UE a introduzir um imposto para os robôs, que tributaria os robôs de maneira semelhante aos impostos cobrados aos trabalhadores humanos. Isso poderia ajudar a recuperar as perdas associadas aos impostos sobre o rendimento que deixarão de ser cobrados e asseguraria ao governo um rendimento adicional para fazer face à reestruturação do mercado de trabalho.

Prevê-se que os robôs assumirão funções de trabalhadores medianamente qualificados e remunerados, pois a inteligência artificial permite que eles trabalhem mais afincadamente, e com maior rapidez e perfeição do que os humanos alguma vez conseguiriam. A fim de evitar o esvaziamento da classe média, que alimentaria ainda mais a desigualdade, devem ser tomadas medidas para garantir que o aumento da riqueza gerada pelos robôs seja redistribuído pela sociedade em geral. O Parlamento Europeu rejeitou anteriormente uma proposta no sentido de introduzir um imposto sobre os robôs, mas creio que este será um passo necessário para os governos poderem resolver os problemas causados por um mercado de trabalho reestruturado.²¹

Um imposto sobre a automação permitiria a redistribuição de riqueza através do sistema de segurança social, de programas educacionais e de serviços públicos, e possibilitaria investimentos noutros setores da economia. Fundamentalmente, a redistribuição sob a forma de imposto garante a transferência de poder e responsabilidade das empresas privadas para governos mais adequados e democraticamente eleitos.

²¹ Parlamento Europeu, «Eurodeputados querem regras europeias sobre robôs e inteligência artificial», <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20170210IPR61808/eurodeputados-querem-regras-europeias-sobre-robos-e-inteligencia-artificial> (Consultado em julho de 2018)

32. REPRESENTAÇÃO IGUAL NO PARLAMENTO EUROPEU

Fátima e Amal

A população da Europa está mais diversificada e pluralista do que nunca, mas essas mudanças não conseguiram chegar ao Parlamento Europeu, onde o perfil da média dos deputados é um homem heterossexual branco. Atualmente, apenas 37,4% dos deputados do Parlamento Europeu são mulheres²², apenas 17 dos 751 deputados são de cor²³ e são menos de 4% os de idade inferior a 35 anos.²⁴ Nós, os jovens da Europa, temos cores, orientações sexuais e identificações de género diferentes, somos saudáveis, deficientes e interseccionais.

Gostáramos de ver o nosso dinamismo e pluralidade refletidos entre os deputados ao Parlamento Europeu. É importante que os eurodeputados compreendam as nossas experiências, para que possam relacionar-se com o conjunto único de questões que enfrentamos e estejam dispostas a lutar ao nosso lado. É preciso fazer mais para desenvolver uma atitude de inclusão social. Se o que se pretende é que nos sintamos representados e tenhamos um sentimento de pertença à UE, é importante que nos vejamos refletidos nos decisores.



ENTREVISTA



A Europa regista desigualdades no que toca à felicidade: a consciência das pessoas de que são menos felizes e menos iguais faz com que se sintam pior, o que significa que o desnível de desigualdade aumenta ainda mais. Por conseguinte, importa dedicar atenção à igualdade no plano da felicidade, no pressuposto de que, em última análise, o rendimento não é o principal motor de felicidade. Na verdade, é a saúde! Os políticos europeus devem considerar a possibilidade de medir o sucesso da política por métricas de felicidade, em vez de recorrer à atual abordagem centrada no PIB. Por exemplo, as questões de saúde mental são um indicador mais importante de infelicidade do que o emprego - no entanto, os políticos concentram-se incansavelmente nos números relativos ao emprego como sinal de sucesso.

Outra armadilha política é interpretar erroneamente as descobertas científicas, acreditando que o que faz as pessoas felizes, em média, funcionará para a sociedade em geral. Quando se elimina a liberdade pessoal de um indivíduo de ter opções de vida, por exemplo, forçando-o a seguir um comportamento saudável, concebido para aumentar a sua felicidade, apenas se está a provocar o efeito oposto. Por exemplo, obrigar os cidadãos a entrar, sem vontade, no sistema de ensino (em média, um indicador de felicidade) irá de facto diminuir a sua felicidade. Será melhor explicar às pessoas os motivos por que determinada decisão é sensata e conceder-lhes, depois, a liberdade de decidirem por si mesmas.

Isabelle Arendt,
Happiness Research Institute



²² Parlamento Europeu, «As mulheres no Parlamento Europeu», [http://www.europarl.europa.eu/RegData/publications/2017/0001/P8_PUB\(2017\)0001_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/publications/2017/0001/P8_PUB(2017)0001_PT.pdf) (Consultado em julho de 2018)

²³ Politico, «When Britain exits the EU, its diversity departs too» (Quando o Reino Unido sair da UE, a sua diversidade também partirá), <https://www.politico.eu/article/brexit-diversity-exits-the-eu-brussels> (junho de 2018)

²⁴ Números da administração do Parlamento Europeu

33. APOSTAR NA FELICIDADE, DEIXAR DE CONSIDERAR O PIB A ÚNICA MEDIDA DE PROGRESSO

Joshua

Gostaria que os eurodeputados dessem prioridade à felicidade dos cidadãos e começassem a usar métricas científicas de felicidade ao definirem as políticas públicas e medirem o seu sucesso. Isto implica ter em atenção outros níveis de felicidade que não os nacionais para estabelecer padrões e identificar fontes de felicidade além dos quantificadores materiais tradicionais, como o rendimento.

Como todas as áreas da vida, as desigualdades no seio da sociedade também se estendem aos níveis de felicidade. A felicidade não é apenas uma noção abstrata e graciosa, mas sim uma ciência exata, e, quando mede a felicidade, o Índice para uma Vida Melhor da OCDE recorre a dez categorias distintas, entre as quais a saúde, a participação cívica, o ambiente e a comunidade. Atualmente, os desníveis de felicidade têm vindo a acentuar-se, e se os políticos europeus tentarem reverter essa tendência vão ter de conviver mais de perto com os seus cidadãos para entender as razões.

Embora o rendimento seja importante, a saúde é, na verdade, um dos principais fatores de felicidade, mas os dois são frequentemente confundidos, dado que as pessoas mais ricas têm melhor acesso aos cuidados de saúde. Se os políticos europeus levarem a sério os níveis de felicidade, deverão colocá-los no centro de todas as suas decisões políticas. Como um participante da Bulgária mencionou, «Felicidade não é uma política única».

34. TORNAR AS ZONAS RURAIS MAIS ATRATIVAS PARA OS JOVENS

Jannes

Gostaria que a UE injetasse dinamismo nas suas zonas rurais, com o objetivo não apenas de nelas reter a sua comunidade juvenil atualmente em declínio, mas também de apresentar uma opção de vida alternativa aos jovens das cidades que lutam por suportar o aumento do custo de vida.

28% da população europeia vive em zonas rurais, porém não está a ser feito o suficiente para dissipar as desigualdades que estas pessoas enfrentam nos domínios da representação política, mobilidade e acesso ao conhecimento.²⁵ Estas populações não dispõem das mesmas possibilidades e oportunidades que a população urbana quando se trata de explorar, experimentar e descobrir. Em consequência, os jovens são forçados a mudar-se para outro lugar, deixando para trás uma comunidade em declínio.

Para que as zonas rurais se tornem mais atrativas para os jovens, é fundamental que todas as necessidades básicas destes aí possam ser atendidas. Deverão ser garantidas infraestruturas adequadas que permitam às populações alcançar a autorrealização pessoal, política e educacional. Estender a disponibilidade de serviços de educação a zonas remotas - como cursos com participação não física - é primordial, em particular os direcionados para o empreendedorismo agrícola. Gostaria que as políticas públicas fossem concebidas de tal forma que permitissem a todas as regiões realizarem o seu programa de desenvolvimento rural, deixando-lhes a liberdade de integrar as necessidades individuais dos seus jovens.



²⁵ Comissão Europeia, «Statistics on rural areas in the EU», (Estatísticas sobre as zonas rurais da UE) http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_rural_areas_in_the_EU (Consultado em junho de 2018)

CAPACITAÇÃO

No século passado, fizemos grandes progressos na redução da desigualdade, contudo, é importante que não nos tornemos complacentes nessa missão e que estejamos sempre atentos às tentativas de minar esses esforços.

A igualdade não é permanente por defeito, podendo ser concedida e retirada facilmente; a própria manutenção das igualdades já conquistadas constitui um ato perpétuo de equilíbrio.

A igualdade é intrinsecamente pessoal e contextual. A verdadeira compreensão da igualdade impõe-se como abrangente, pelo que é vital que a nossa missão rumo ao tratamento igualitário de todos seja ilimitada, pluralista e inesgotável. Por todas essas razões, é importante que todos os membros da sociedade se sintam capacitados para fazer ouvir a sua voz e expressar o que a igualdade significa para si e o modo como querem ser tratados.

A capacitação está interligada à sensação de que «eu também conto»: eu sou importante, conto e, quando falo, sou escutado. Ao proporcionar aos jovens ferramentas para se expressarem e, o que é crucial, ao ouvirem o que eles têm para dizer, os eurodeputados podem capacitar os jovens para lutarem por uma Europa mais justa.

35. CAPACITAR E INTEGRAR OS REFUGIADOS, INCLUINDO-OS NOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO

Ideia sugerida em seminário

Gostaria que a UE orientasse os seus Estados-Membros para a integração da educação como resposta necessária às situações de emergência dos refugiados.

De acordo com o Relatório do ACNUR³⁵ 5 Milhões de menores refugiados com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos não frequentaram a escola no ano letivo de 2016, pondo em evidência a crise educativa que enfrentam os jovens deslocados.²⁶ O sistema educativo oferece uma oportunidade indispensável para os jovens refugiados se integrarem nas respetivas comunidades locais, permitindo-lhes estabelecer relações, familiarizar-se com a cultura local e aprender a língua materna. Além disso, confere-lhes as competências necessárias para desempenharem um papel crucial, contribuindo para a sociedade.

Os Estados-Membros devem esforçar-se por incluir os refugiados no respetivo sistema nacional de ensino, com o objetivo de proporcionar aos mesmos o conhecimento e as competências necessárias para viverem uma vida independente e compreenderem melhor o novo mundo em que se encontram.

Gostaria que a UE fornecesse o apoio necessário para supervisionar este processo, disponibilizando conhecimentos, dados e assistência financeira sempre que necessário, a fim de assegurar uma transição tão suave quanto possível. Deve igualmente ser explorado o potencial dos grupos e organizações de jovens no que respeita a facilitar o processo de integração, mediante incentivo e apoio financeiro a nível da UE.

36. EDUCAÇÃO SEXUAL ABRANGENTE

Jiale

Convido a UE a obrigar os seus Estados-Membros a disponibilizar aos seus cidadãos uma educação sexual abrangente, como parte do respetivo percurso académico. Aquela deverá ter por base os cursos tradicionais de educação sexual que abordam temas como o desenvolvimento e a saúde sexuais, mas deverá incluir uma introdução não tendenciosa a temas como a identidade de género, a orientação sexual, o comportamento sexual e a diversidade de género.

Graças aos valiosos esforços do movimento LGBTQI+, a classificação de género e a orientação sexual afastaram-se das restrições normativas anteriores, passando a ser objeto de uma compreensão mais tolerante e individualizada. Os jovens de hoje têm mais consciência de si próprios, estão mais bem informados e são cada vez mais resistentes às restrições sociais que lhes são impostas, no entanto, os padrões atuais em matéria de educação sexual não refletem essa realidade.

A educação sexual preconizada promoverá uma sociedade mais positiva no que respeita ao sexo, reduzirá o preconceito e ensinará os jovens a cuidar de si mesmos num ambiente isento de julgamento.

²⁶ ACNUR, «UNHCR report highlights education crisis for refugee children» (Relatório do ACNUR põe em evidência crise na educação dos menores refugiados). <http://www.unhcr.org/news/press/2017/9/59b6a3ec4/unhcr-report-highlights-education-crisis-refugee-children.html> (Acedido em junho de 2018)

37. APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E À ECONOMIA DA PARTILHA

Ellie

Gostaria de ver a UE a envidar mais esforços para apoiar o empreendedorismo social e promover a economia da partilha, nomeadamente entre os jovens. Além disso, gostaria que a UE contribuísse para o impacto das empresas sociais, relacionando-se com as mesmas no terreno para compreender os entraves legislativos que prejudicam os seus esforços e, posteriormente, trabalhar com as mesmas a fim de, se necessário, os desmantelar.

Todos os grandes avanços tecnológicos foram marcados por mensagens de cautela e, embora os dispositivos modernos sejam concebidos para melhorar a conectividade, conduzem, por vezes, exatamente ao oposto. Nesses momentos, cabe lembrar a observação de Bill Gates: «A tecnologia é apenas uma ferramenta».

A economia de partilha é uma fusão entre a solidariedade económico-social e a comunicação tecnológica, estabelecendo a ligação entre «dadores», «recetores» e «promotores da partilha» na rede mundial de computadores (World Wide Web). A mudança operada com a geração do milénio, de passagem da propriedade para o acesso, e do estatuto para a partilha, explica o êxito estrondoso das aplicações de partilha — Uber, AirBnB e Crowdfunding, por exemplo. Para além da utilização comercial, a economia de partilha é também um veículo de justiça social, facilitando uma economia circular, na qual o conhecimento, os recursos e os serviços são redistribuídos de modo a criar impacto social em vez de serem desperdiçados.

Uma dessas empresas sociais é a aplicação «Too Good To Go», que estabelece a ligação entre os produtores de alimentos com excedentes e os consumidores que pretendem comprar a preços reduzidos. Uma sua representante, Rose Boursier-Wyler, refere que a empresa ainda se debate com entraves legais, como as datas-limite de consumo impressas nos produtos, o que causa atrasos no seu progresso. Espera poder trabalhar com a UE no sentido de superar aqueles obstáculos e de reduzir ainda mais o desperdício de alimentos.



38. MECANISMOS DE PROTEÇÃO NACIONAL PARA OS JORNALISTAS NA EUROPA

Miranda

Gostaria que a UE se afirmasse como protetora dos jornalistas, trabalhando com os Estados-Membros no sentido da adoção de medidas de proteção nacionais para os jornalistas que trabalham na Europa e de pôr fim à atual cultura de impunidade dos que estão no poder. Isso poderia ser conseguido através da criação de uma organização ou grupo de trabalho pan-europeu, que aborde a situação da liberdade de imprensa em toda a Europa e apresente relatórios aos deputados europeus e aos Estados-Membros sobre a matéria.

Os valores democráticos pouco significam sem a garantia de proteção da liberdade de imprensa. Nos últimos meses e anos, assistimos à erosão da liberdade de imprensa num mundo em que, de cinco em cinco dias, é assassinado um jornalista com quase total impunidade.²⁷

A Europa não foi imune à deterioração da liberdade de imprensa; nos últimos meses, perderam a vida a jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia, o jornalista eslovaco Jan Kuciak e a jornalista sueca Kim Wall. A interferência e hostilidade governamentais contra jornalistas registaram, na maior parte da Europa, um agravamento, segundo o indicador regional da organização Repórteres Sem Fronteiras relativo a 2018, tendo a situação piorado de forma mais significativa em Malta, República Checa, Sérvia (candidata à UE) e Eslováquia.²⁸

²⁷ Free Press Unlimited, «Media organisations urge EU to take action on killing of journalists» (As organizações da comunicação social instam a UE a agir face à morte de jornalistas), <https://www.freepressunlimited.org/en/news/media-organisations-urge-eu-to-take-action-on-killing-of-journalists> (Consultado em junho de 2018)

²⁸ Idem

39. PROMOVER A LÍNGUA GESTUAL

Ferre

Gostaria de ver o ensino integrado de pessoas com deficiência e pessoas válidas, de tal forma que o desafio da coexistência representasse um valor acrescentado para a experiência de aprendizagem. Qualquer pessoa deveria ser encorajada a aprender língua gestual, que deveria ser promovida mediante a disponibilização de cursos nas escolas.

A abordagem atualmente seguida no sistema de ensino em relação às pessoas com deficiência, que por vezes as separa das demais, conduz à exclusão social e à imobilidade da comunidade de pessoas com deficiência. A título de exemplo, a percentagem de alunos com deficiência que participam no Erasmus é muito baixa comparativamente à representação deste segmento da população.

A questão do acesso das pessoas com deficiência e das barreiras que enfrentam ao nível do ensino é de âmbito muito alargado. Na UE, 14% das pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos relatam ter dificuldades no desempenho de atividades básicas.²⁹ Ao mesmo tempo, a taxa de abandono escolar precoce entre as pessoas com deficiência é muito superior à da população em geral: 31,5% contra 12,3%.³⁰ Estas tendências de exclusão estendem-se igualmente ao emprego: de entre as pessoas com dificuldades no desempenho de atividades básicas, são menos de metade as que se encontram empregadas.³¹

É importante aumentar a visibilidade da comunidade das pessoas com deficiência, e o sistema de ensino deve ser usado como veículo para a sua inclusão social.

Poderia começar-se por lançar uma campanha destinada a promover a melhoria das atitudes em relação às pessoas com deficiência, como incluir o ensino da língua gestual nas escolas e nos locais de trabalho, como uma competência essencial suplementar. A UE poderia igualmente prever vagas garantidas para a participação dos alunos com deficiência no Erasmus.

²⁹ Eurostat, «Disabilities among the working age population» (A deficiência entre a população em idade ativa), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/images/8/8c/Infographic_Disability_statistics_final.png (Consultado em junho de 2018)

³⁰ Comissão Europeia, «Disability statistics - access to education and training» (Estatísticas sobre a deficiência - acesso à educação e à formação), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Disability_statistics_-_access_to_education_and_training (Consultado em junho de 2018)

³¹ Eurostat, «Disabilities among the working age population» (A deficiência entre a população em idade ativa), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/images/8/8c/Infographic_Disability_statistics_final.png (Consultado em junho de 2018)

ENTREVISTA



Precisamos de pensar de forma diferente sobre a nossa abordagem à fratura urbano-rural. Essas fraturas não representam necessariamente uma polarização, são antes um continuum, uma vez que cada zona rural é diferente e enfrenta um conjunto ímpar de desafios que exigem soluções únicas, que não passam por atribuir às mesmas o tradicional caráter agrícola. É frequente as zonas rurais sentirem que foram excluídas do progresso da globalização.

As zonas rurais deveriam encontrar o seu próprio nicho, aquele em que tenham uma vantagem competitiva, e ser apoiadas no desenvolvimento do mesmo. Evidentemente que as políticas devem criar incentivos para o efeito e as necessárias infraestruturas, bem como promover a inovação e a educação. Para isso, deve pôr-se de lado uma abordagem baseada em «subsídios» e adotar uma abordagem capacitadora. De igual modo, os municípios independentes devem ser capazes de construir parcerias para, em conjunto, dar resposta às políticas.

Guillaume Lecaros de Cossio,
OCDE





40. CRIAR HABITAÇÃO DE TRANSIÇÃO

Ideia sugerida em seminário

Gostaria que a UE interviesse no sentido de ajudar os jovens durante a fase de transição em que entram no mercado de arrendamento. Essa intervenção exige uma abordagem diferente, consoante se trate de zonas urbanas ou rurais. Nas zonas urbanas, a questão prende-se muitas vezes com os preços do arrendamento e não com a disponibilidade de habitação, pelo que uma das soluções poderia passar por prever uma espécie de habitação social em que os preços do arrendamento teriam um teto máximo durante um período inicial.

O desemprego entre os jovens permanece elevado em certas regiões da Europa e aqueles que entram no mundo do trabalho auferem consideravelmente menos do que os seus superiores, debatendo-se com aumentos consideráveis nos preços dos arrendamentos. Sair da casa de família constitui um marco na formação dos jovens que desejam exercitar a sua autodeterminação e ser autónomos, no entanto, o imobiliário e o mercado do arrendamento apresentam preços extremamente proibitivos.

Nas zonas rurais, o problema que os jovens enfrentam é a falta de pequenas unidades acessíveis e adequadas às suas necessidades. Gostaria que fossem construídos apartamentos de transição nas zonas rurais, disponibilizando aos jovens alojamentos de pequena escala com rendas comportáveis como alternativa à casa de família.

Isto proporcionaria uma verdadeira mudança a muitos jovens e permitiria fazer face a uma das questões mais persistentes ligadas ao desemprego juvenil.



COMENTÁRIO DO FÓRUM DA JUVENTUDE RICOS E POBRES

A crise económica e financeira ficou para trás e o emprego está de volta, ou, pelo menos, é o que nos dizem. Porém, os jovens correm o risco de ter um nível de vida inferior ao dos seus pais. O desemprego juvenil continua a situar-se no dobro da média da UE. Como poderemos garantir que a Europa Social seja mais do que meras palavras e passe a ser uma realidade para todos os jovens, incluindo os mais vulneráveis? O Fórum Europeu da Juventude pugna por empregos de qualidade, pela proibição de estágios não remunerados e pela garantia de sistemas de previdência social para todos.

É evidente que, representando hoje o grupo com maior risco de pobreza e exclusão social, são os jovens que suportam o maior peso da crescente desigualdade na União Europeia (UE). Embora as questões da juventude tenham vindo a ocupar um lugar de maior destaque na agenda política europeia, muitas vezes as intervenções centram-se apenas na redução da elevada taxa de desemprego juvenil. No entanto, no festival YO!Fest e no Evento Europeu da Juventude (EYE 2018), os direitos económicos foram apenas uma das dimensões em debate. Os jovens reuniram-se para discutir aspetos da inclusão social, como o acesso à saúde, à habitação e à inclusão, para além do emprego. Reconheceu-se que os jovens não são um grupo homogêneo; têm necessidades, origens e experiências variadas, que afetam a sua capacidade de desfrutar plenamente dos seus direitos sociais e económicos.

As discussões dos jovens no YO!Fest e no EYE refletiram a necessidade de se investir numa Europa mais social, depois de anos de concentração no reforço da união económica e monetária. Em 17 de novembro de 2017, a UE proclamou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, um conjunto de vinte princípios e direitos essenciais com vista a um mercado de trabalho e a sistemas de segurança social mais justos na Europa de hoje. O Pilar inclui numerosos princípios com impacto na juventude, como o acesso à proteção social e o direito à educação de qualidade e inclusiva e a salários mínimos adequados.

O pilar constitui um passo na boa direção, contudo, a UE deve centrar-se nos seguintes aspetos de modo a garantir que os jovens possam escapar à pobreza e à exclusão social:

São necessários sistemas de educação mais inclusivos.

Os sistemas de ensino na Europa falham frequentemente na inclusão dos jovens com origem vulnerável (por exemplo, jovens ciganos, jovens com deficiência, jovens refugiados, etc.). A Europa social não se poderá tornar realidade se não assegurarmos que todos, independentemente do seu passado, tenham acesso a educação gratuita, centrada no aluno e que capacite os jovens enquanto cidadãos ativos e titulares de direitos. Isto pressupõe igualmente um maior investimento e reconhecimento no que respeita à educação não formal e às entidades que asseguram a educação não formal, como as organizações de jovens, que têm provas dadas de conseguir chegar àqueles a que a educação formal não dá resposta.

São necessárias mais oportunidades de formação de qualidade.

São necessários maiores esforços a nível nacional para adotar e implementar legislação que permita regular melhor os estágios profissionais e de aprendizagem, em conformidade com os princípios da Carta Europeia de Qualidade para os Estágios Profissionais e de Aprendizagem do Fórum Europeu da Juventude. Assegurar-se-ia assim a igualdade de acesso a oportunidades de formação respeitadoras das normas de qualidade e, portanto, com potencial para se tornarem percursos viáveis para o emprego.

É necessário investir na capacidade dos jovens para se tornarem independentes e autónomos.

Isto significa que a existência de habitação acessível e a intervenção precoce no sentido de combater a falta de habitação devem ser prioridades políticas essenciais; o mesmo é válido para o acesso universal gratuito a cuidados de saúde de qualidade, independentemente da orientação sexual, origem e situação em matéria de educação, emprego ou residência.

É necessário que nos adaptemos melhor à natureza mutável do trabalho.

Os jovens veem-se cada vez mais forçados a aceitar formas de emprego atípicas, como os contratos de «zero horas», o trabalho temporário ou a tempo parcial involuntários e o falso trabalho por conta própria. Isto afeta a sua capacidade de aceder aos direitos básicos dos trabalhadores, como a ausência por doença ou a férias remuneradas. A legislação laboral deve ser atualizada constantemente, a fim de responder aos desafios emergentes trazidos por novas formas de trabalho.



É necessário melhorar o acesso à proteção social. Essa melhoria é fundamental para reduzir a pobreza entre os jovens, visto que, muitas vezes, os sistemas de segurança social não refletem a realidade dos jovens no mercado de trabalho e o acesso ao mesmo está frequentemente vinculado ao percurso ou situação laboral. A proteção social deve estar acessível aos jovens, tendo em consideração o tipo de trabalho que estes desenvolvem, como estágios, aprendizagens profissionais ou trabalho não remunerado.

É necessário abolir as políticas de salário mínimo para os jovens. Os salários mínimos para jovens são discriminatórios e contrariam o princípio do salário igual para trabalho igual. A UE deve adotar uma recomendação sobre salários mínimos adequados, incentivando os Estados-Membros a abolir os salários mínimos para jovens.

É necessário incluir os jovens no combate à exclusão económica e social. As organizações de jovens e as estruturas lideradas por jovens estão bem posicionadas para entender as necessidades dos jovens e possuem experiência na aproximação a grupos vulneráveis. O investimento em organizações de jovens e na sua participação ativa no desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação das políticas e programas que afetam a juventude são essenciais para a consecução das políticas mais eficazes.

Nada disso é possível sem a atribuição de financiamento adequado, em paralelo com as propostas políticas, a nível nacional e da UE. O próximo Orçamento da UE constitui uma oportunidade importante para provar que os jovens são uma prioridade da agenda política e investir adequadamente em políticas e programas destinados a retirar os jovens da pobreza e da exclusão social. Devem ser garantidos os necessários fundos através de uma estratégia clara de apoio à implementação do Pilar dos Direitos Sociais, sendo vital que a juventude seja integrada em todas as prioridades temáticas.

Após anos de austeridade, a crescente desigualdade teve consequências significativas para a UE. Afetou a nossa coesão social, minou a confiança nas instituições políticas e levou os desiludidos a refugiar-se no populismo e no extremismo. A juventude da Europa exige uma partilha equitativa. É chegada a hora de cumprirmos a Europa Social e investirmos na juventude.

3. SEPARADOS E JUNTOS:

Trabalhar por uma Europa mais forte

A nossa geração foi moldada pela União Europeia, assim como por todos os seus benefícios e desafios. A maior parte da juventude da Europa não tem memória da vida antes da UE.

Ainda assim, um número considerável de jovens europeus apoia partidos e movimentos que desejam reverter o rumo da integração europeia. Com demasiada frequência, tomamos como certas as conquistas da UE nas últimas décadas. Isto aplica-se a todas as gerações.

Numerosos jovens, porém, não sabem distinguir uma sociedade europeia de uma sociedade não-europeia, uma vez que não experimentaram ambas. Além disso, a UE é frequentemente utilizada como bode expiatório por vários governos nacionais europeus, que procuram imputar à UE as questões controversas e fraturantes. Este constante jogo de atribuição de culpas está a contribuir para uma visão negativa da UE, em parte, pela mão dos seus próprios Estados-Membros.

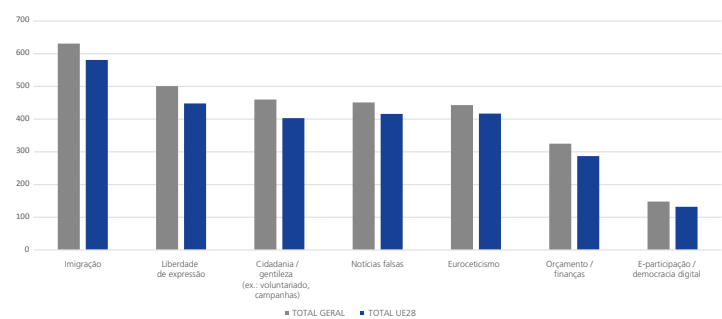
A incapacidade de autopromoção e defesa revelada pela UE e pelos seus Estados-Membros pôs em evidência as dificuldades que este bloco teve em resolver de forma proativa os problemas e situações que afetaram o projeto europeu nos últimos anos.

É necessário reconhecer que a UE apresenta certas falhas. Não dispõe de uma união da segurança social em benefício de todos os cidadãos europeus e revela dificuldade em impor a igualdade entre os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade. Seja como for, não podemos negar os benefícios que gerou: paz, compreensão mútua, riqueza e oportunidade para descobrir o continente europeu e as suas diversas culturas.

Em última instância, a UE deu tanto aos europeus que é angustiante imaginar os danos que seriam causados caso não perdurasse. É necessário unir as pessoas para além das fronteiras e dos grupos etários e promover um sentimento acrescido de união e não de divisão.



SEPARADOS E JUNTOS - AS QUESTÕES MAIS IMPORTANTES QUE OS JOVENS EUROPEUS ENFRENTAM



O FUTURO DA EUROPA

O Brexit surgiu como uma das questões mais controversas, não só no EYE, mas na União Europeia como um todo. Existem opiniões divergentes sobre o assunto: enquanto alguns acreditam que fortalecerá a UE, outros temem que a destrua.

O Brexit demonstrou a outros Estados-Membros que o perigo do triunfo do populismo por via de eleições é uma realidade. Essa realidade deveria estar a abrir os olhos das pessoas, tornando-as conscientes das ameaças que o populismo representa e encorajando-as a lutar contra o mesmo. A conclusão inversa seria que o Brexit pode encorajar outros movimentos de «saída». O possível sucesso do Reino Unido e da sua política relativa aos refugiados poderá conduzir a um aumento do apoio a este tipo de visão, o que teria um impacto extremamente negativo na UE - levando potencialmente a uma rutura estrutural.

No entanto, o futuro da Europa não se prende apenas com os membros que a deixam. As relações com a Turquia, assim como outras novas adesões à UE, suscitam igualmente importantes questões. As negociações em curso com esses países, que não respeitam os princípios elementares dos direitos humanos, estão a minar a credibilidade e a confiança.

Nos últimos anos, devido às diferentes questões externas que assaltam a Europa, a UE tem sentido necessidade de se aliar e construir laços com diferentes países, que nem sempre respeitam os mesmos princípios.

Devem ser celebrados tratados novos e mais justos; as relações com o Reino Unido após o Brexit devem ser tão benéficas quanto possível para ambas as partes, e o relacionamento com a Turquia deve ser fortalecido, de modo a garantir relações renovadas e fortes fora da Europa.

O futuro da Europa está, de facto, em aberto, tendo os jovens deixado claro que preconizam uma União mais forte, mais íntegra e mais justa.

41. ASSEGURAR AS OPORTUNIDADES EDUCATIVAS NO REINO UNIDO APÓS O BREXIT

Sorana e Ian

A UE e o Reino Unido devem chegar a acordo sobre a prossecução da colaboração em matéria de sistema educativo e permitir que o programa Erasmus se mantenha. Assim se permitirá que os estudantes britânicos continuem a estudar na UE e vice-versa. Além disso, os académicos do Reino Unido devem ter a oportunidade de encontrar trabalho e de colaborar com colegas na UE.

Um dos grandes receios dos jovens é que o Brexit possa retirar aos estudantes a oportunidade de estudarem no Reino Unido, por via de propinas mais elevadas e problemas com vistos. Os jovens consideram que este assunto deve ser considerado com seriedade, pois pode correr-se o risco de criar um sistema que não seja benéfico para qualquer das partes.

O Reino Unido já se comprometeu a permanecer no programa Erasmus até 2020 - depois de o Reino Unido ter deixado a UE -, contudo, é necessário fazer mais para garantir que se trate de um acordo a longo prazo. Os jovens manifestam preocupação quanto às consequências do Brexit, e esse tipo de medida poderá tranquilizá-los.

42. CRIAR UM DIA EUROPEU DO REFUGIADO

Sérgio

A criação de um dia europeu do refugiado constituiria um sinal importante para ajudar a garantir uma discussão mais aberta e honesta sobre o que está a acontecer em torno dos requerentes de asilo na Europa e da migração em geral. É necessário mudar de perspetiva: esta poderia ser uma afirmação contundente, tendo em conta o que aconteceu antes da criação da União, numa altura em que os eram os europeus que fugiam das zonas de guerra.

Os acontecimentos recentes mostraram que, nalguns casos, os argumentos xenófobos e racistas estão a suscitar maior interesse por parte dos meios de comunicação e dos eleitores. Por conseguinte, é preciso que a UE tome medidas positivas para fazer face a essa narrativa predominante.

Isto poderia tomar a forma de um «Dia da Europa», em que as instituições da UE promoveriam o evento em todos os Estados-Membros e aumentariam a sensibilização através de eventos e palestras, em colaboração com os meios de comunicação locais. Com uma rede de representantes nos Estados-Membros, bem como contactos no setor das organizações sem fins lucrativos, a UE poderia dar um passo em frente no sentido de se envolver com a comunidade de refugiados, gerar um debate pan-europeu e perceber o que significa ser refugiado e de que modo nós, como sociedade, podemos fazer face aos fluxos migratórios.

43. INVESTIR NA AJUDA EXTERNA E UTILIZAR A DIPLOMACIA PARA CONTER OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Ruben

Os jovens não são cegos às pressões na origem da migração para a UE. Os direitos humanos e o respeito pelos refugiados são cruciais para ajudar a resolver a crise em curso. Proponho uma solução em duas vertentes: oferecermos ajuda humanitária a campos situados dentro e fora da UE e orientarmos a ajuda externa no sentido de auxiliar organizações nos países de origem.

Vivemos atualmente uma situação em que os refugiados são forçados a fugir de guerras civis e de outras formas de incerteza, como secas e surtos de doenças, deslocando-se para a UE a fim de encontrar abrigo. No entanto, mesmo nos campos de refugiados, nem sempre encontram segurança. Por conseguinte, precisamos de direcionar fundos para ajudar a garantir que os refugiados tenham alojamento seguro e habitável quando se encontram na UE.

Seja como for, contar apenas com estas medidas não permite resolver o problema. Devemos considerar igualmente a possibilidade de canalizar fundos para ajudar a proteger os campos de refugiados na periferia da Europa e procurar soluções diplomáticas e de ajuda externa para, antes de mais, resolver os fatores determinantes dessa migração irregular.

45. ESTABELECEER UM SISTEMA VOLUNTÁRIO PARA APROXIMAR OS MIGRANTES DOS EUROPEUS

João

A minha proposta é a criação de um sistema em que cada voluntário europeu seja posto em contacto com um migrante para o ajudar na sua integração na UE. Chegar a um sítio novo pode ser difícil; um rosto amigo ajudaria os recém-chegados a superar os obstáculos burocráticos, em vez de terem de se dirigir a um serviço social sobrecarregado.

O futuro da Europa depende dos recém-chegados, tendo em conta a tendência da nossa própria demografia: uma população idosa crescente e baixas taxas de natalidade. Ajudar as pessoas a sentir-se acolhidas e a fazer parte da nossa sociedade é um aspeto crucial nesta matéria.

Poderiam ser considerados diferentes incentivos para promover esta iniciativa, mas esta poderia também tornar-se um programa emblemático do Corpo Europeu de Solidariedade, aumentando a visibilidade e a utilização do programa.

44. INCENTIVAR UM MAIOR INTERCÂMBIO ENTRE A EUROPA E A TURQUIA

Malgorzata e Timon

Experiências como o Serviço Voluntário Europeu (SVE) e o Corpo Europeu de Solidariedade podem ser uma oportunidade para abrir horizontes. Os jovens na Turquia estão interessados na Europa e a oferta, por parte da UE, da possibilidade de participar nesses programas poderá, a longo prazo, ser benéfica para todos. Proponho que se incentivem mais intercâmbios entre a Europa e a Turquia.

Atualmente, as relações políticas entre a União Europeia e a Turquia atravessam uma fase difícil. No entanto, o dia-a-dia dos cidadãos não é assim tão diferente. Os jovens europeus precisam de ter a oportunidade de estabelecer contacto com os nossos vizinhos mais próximos, a fim de se compreenderem mutuamente e combaterem os sentimentos negativos e a falta de informação sobre a cultura uns dos outros, o que, com o tempo, poderá ajudar a inverter aquela situação.

Existem já programas Erasmus na Turquia, porém, as relações ainda podem ser estreitadas através da oferta de programas de intercâmbio especiais para estudantes, semelhantes ao programa turco-alemão de intercâmbio de jovens.³²

46. FORTALECER AS FRONTEIRAS EXTERNAS E A PARTILHA DE DADOS

Anssi

Embora tenhamos o dever de apoiar os migrantes que tentam chegar à Europa e que precisam da nossa ajuda, precisamos também de ponderar a existência de um sistema operacional que coordene essa ajuda e de dispor de fronteiras externas reforçadas para garantir a ordem.

Um dos princípios essenciais da UE é a solidariedade entre os seus Estados-Membros. Desta forma, seria possível instalar os migrantes nos locais onde alguns membros das respetivas famílias já se encontram e acabar com a situação injusta com que se deparam os países que aceitam um número mais elevado de refugiados do que outros. Esta abordagem também permitiria que os migrantes se integrassem melhor na sociedade, ao proporcionar-lhes, potencialmente, uma educação adequada e ajuda para conseguir trabalho.

É evidente que o atual sistema de aceitação voluntária de migrantes por parte de apenas alguns Estados-Membros não funciona. É necessária maior solidariedade e coesão europeias a fim de resolver os problemas migratórios de forma consentânea com os direitos humanos.

³² «German-Turkish school exchange program» (Programa de intercâmbio escolar germano-turco), <https://www.bosch-stiftung.de/en/project/german-turkish-school-exchange-program> (Consultado em julho de 2018)

ENTREVISTA



Considera a Europa cada vez mais afastada ou mais integrada?

É uma questão muito difícil de responder de forma binária. O Brexit desmascarou o mito de que a Europa se está a tornar uma frente mais unida e forçou a UE a encarar o facto de que o progresso poder implicar avanços e recuos. Embora o Brexit seja uma fragmentação, alguns aspetos pode também ser uma força unificadora para os projetos europeus e pode agora fazer-nos refletir sobre o que podemos fazer para unir as pessoas. A ameaça da destruição da União é real, e penso que talvez isso ajude efetivamente a gerar clareza.

Antes do referendo, muitas pessoas davam por adquirido que o Reino Unido fazia parte da UE, mesmo as pessoas que eram muito céticas em relação à UE. Embora o Brexit não seja positivo, teve um resultado interessante e potencialmente positivo, a saber, forçou os pró-europeus a defender a UE no Reino Unido, e reuniu-os, obrigando-os a definir claramente o que significa ser europeu.

Olivia Elder,

doutoranda, Universidade de Cambridge



ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 2019: PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO DA JUVENTUDE

As eleições europeias de 2019 serão um momento decisivo na história recente da UE. Se analisarmos os números, verificamos que se registou uma queda acentuada na participação dos eleitores.³³

É preciso inverter essa tendência. Não indo votar, as pessoas demonstram falta de interesse na política europeia, o que prejudica a autoridade democrática do projeto como um todo. Cresce entre os jovens, em particular, a percepção de que o seu voto não conta.

Aumentar a participação eleitoral entre os jovens não é tarefa fácil: os jovens precisam de sentir que o seu voto é importante e valorizado. É necessário conseguir convencer as pessoas a tomar a decisão de ir votar no dia das eleições e, por conseguinte, é preciso tornar o voto mais fácil e acessível. A UE deve fazer face à falta de promoção do seu projeto e combatê-la.

47. INCENTIVAR OS JOVENS A APRESENTAR-SE A ELEIÇÕES

Tristan

A fim de tornar a UE mais jovem e vibrante, por que não encorajar os jovens a concorrerem às eleições?

A baixa taxa de participação em eleições costuma ser um sintoma e não uma causa. Alguns eurodeputados esperam regressar para o seu sexto mandato – o que transmite a imagem de uma UE ultrapassada, desatualizada, e que não é totalmente representativa da sociedade que a elege, particularmente dos jovens.

Poder-se-ia combater esse sentimento, incentivando os grupos políticos a criar quotas para candidatos mais jovens. Além disso, o Parlamento Europeu poderia criar uma comissão específica centrada nos jovens cidadãos e no futuro da UE. Os jovens exigem uma UE que mostre que se interessa por eles.

Esta ideia também foi expressa durante o EYE, em 2016, o que sugere que os jovens ainda a veem como uma solução a ter devidamente em conta.

49. CRIAR UMA SESSÃO ANUAL DE PERGUNTAS E RESPOSTAS ENTRE LÍDERES E JOVENS DA UE

Valerie

A minha ideia para promover uma maior interação entre os jovens e os políticos passaria por criar uma sessão anual de perguntas e respostas com os presidentes do Parlamento Europeu, da Comissão e do Conselho, que poderia ser transmitida em direto em várias plataformas das redes sociais, como o Facebook Live. As perguntas poderiam vir dos jovens de toda a Europa e ser apresentadas aos líderes da UE por um grupo restrito de jovens.

As recentes audiências com Mark Zuckerberg atraíram grande atenção para o Parlamento Europeu como instituição. Se esse tipo de eventos fosse bem promovido nas redes sociais, seria possível alcançar novos públicos. Os jovens não são desinteressados por natureza - apenas precisam de ter oportunidades para expressar as suas opiniões!

Seria assim possível promover as instituições da UE e proporcionar maior acessibilidade, além de mostrar que a UE se preocupa com o que os jovens têm para dizer. Este evento poderia inclusivamente ser realizado em colaboração com organizações de jovens, de modo a garantir um evento totalmente focado nos jovens.

48. UTILIZAR AS REDES SOCIAIS PARA INFORMAR OS JOVENS SOBRE AS ELEIÇÕES

Giulia

A minha ideia seria utilizar as plataformas das redes sociais para informar os jovens sobre a importância de votar, como recensar-se e onde votar.

As formas tradicionais de propaganda, como os cartazes de exterior e os anúncios de TV e rádio, já não chegam aos jovens. A investigação do Reuters Institute for the Study of Journalism aponta para que 51% das pessoas com acesso à Internet utiliza as redes sociais como fonte noticiosa³⁴, que, por seu turno, é controlada por uma determinada câmara de eco. As pessoas que se interessam pela política são mais propensas a ver os apelos políticos à ação nos respetivos canais das redes sociais.³⁵

Criar campanhas ad hoc nos meios de comunicação social, através do Facebook, Twitter, Instagram e Snapchat, poderia ser uma forma de contrariar esta situação. Poderia levar-se diversos grupos políticos a utilizar as respetivas redes para partilhar uma mensagem comum que enfatizasse a importância de votar entre as gerações mais jovens.

³³ Statista, «Voter turnout in the European Parliament Elections in the European Union (EU) from 1979 to 2014» (Participação eleitoral nas eleições europeias de 1979 a 2014), <https://www.statista.com/statistics/300427/eu-parliament-turnout-for-the-european-elections/> (consultado em junho de 2018)

³⁴ Reuters Institute Oxford University, «Digital News Report 2017», https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf p.10 (Consultado em julho de 2018)

³⁵ BBC, «Social media “outstrips TV” as news source for young people» (As redes sociais ultrapassam a TV como fonte noticiosa entre os jovens), <https://www.bbc.com/news/uk-36528256> (Consultado em junho de 2018)

50. DEFINIR UMA IDADE UNIFORME PARA A CANDIDATURA DOS JOVENS ÀS ELEIÇÕES

Sam

A UE deveria definir uma idade uniforme a partir da qual os jovens de toda a Europa pudessem ser candidatos em eleições europeias. Isto poderia também ter impacto nas eleições nacionais, onde as mudanças poderão depois começar a ser integradas.

Os jovens não se interessam pela política, em parte porque raramente veem os seus pares, ou políticos de idade semelhante, ser eleitos como representantes. Um dos problemas é a não existência de uma idade comum para se ser candidato em toda a UE. Enquanto nalguns países é possível apresentar-se a eleições para o Parlamento aos 18 anos, noutros isso só é possível aos 24.

Os eurodeputados e as instituições da UE devem encorajar os Estados-Membros a fazer as mudanças necessárias para dar voz aos jovens.

51. PROMOVER A VOTAÇÃO ELETRÓNICA PARA INCENTIVAR A PARICIPAÇÃO ELEITORAL

Richard

Deveríamos introduzir a votação eletrónica à escala da UE, a fim de garantir que a votação nas eleições europeias seja tão fácil e acessível quanto possível.

As elevadas taxas de abstenção nas eleições representam, muitas vezes, a crescente desilusão dos eleitores com a política. Assembleias de voto sobrelotadas ou de difícil acesso podem afastar os eleitores, que escolhem abster-se em vez de ter de aguardar em longas filas ou de percorrer longas distâncias para votar.

Podemos retirar preciosas lições da experiência da Estónia, país líder no que respeita ao uso de tecnologias informáticas e da Internet nos setores público e privado. A Estónia é o único país da Europa onde o acesso à internet se encontra previsto na legislação como um direito social. Mais de 54% da população é utilizadora da Internet, 34% das famílias possuem computador em casa e 82% desses computadores têm acesso à Internet.³⁶

A votação eletrónica foi utilizada na Estónia em diversas eleições, tendo a participação aumentado ligeiramente. Independentemente de quaisquer obstáculos jurídicos, esta abordagem poderia ser adotada para tratar as questões da participação dos jovens a nível pan-europeu.

À semelhança do aumento das oportunidades para os jovens se candidatarem em eleições, a questão da votação eletrónica foi também um tema quente em 2016, o que sugere que os jovens a veem como uma solução importante merecedora de maior consideração.

52. INTRODUIR A POSSIBILIDADE DE VOTAR NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS A PARTIR DOS 16 ANOS

Ella

Deveria ponderar-se a possibilidade de reduzir a idade de voto para os 16 anos no caso das eleições europeias. Além disso, poderia vincular-se essa questão a uma educação política mais intensa nas escolas. Ensinar aos jovens a importância de votar e, pouco depois, permitir que tenham a oportunidade de exercer esse direito, poderá conduzir a uma maior participação.

Esta abordagem já tem precedentes. No referendo sobre a Independência da Escócia em 2014, a título excecional, a idade de voto foi alargada aos jovens de 16 anos, uma vez que o resultado da votação afetaria provavelmente o resto das suas vidas.

Os jovens eleitores não defraudaram as expectativas, pois os estudos apontam para que 75% dos jovens de 16 e 17 anos tenham votado, uma percentagem superior à dos jovens com 18-24 e 25-34 anos.³⁷



³⁶ Conselho da Europa, «Report for the Council of Europe E-Voting in the 2005 local elections in Estonia» (Relatório para o Conselho da Europa sobre a votação eletrónica nas eleições locais na Estónia), https://www.coe.int/t/dgap/goodgovernance/Activities/E-voting/CoE_Studies/FinalReportCOE_EvotingEstonia2005_en.asp (Consultado em julho de 2018)

³⁷ What Scotland Thinks, «So how many 16 and 17 year olds voted?» (Então, quantos jovens de 16-17 anos votaram?), <http://blog.whatscotlandthinks.org/2014/12/many-16-17-year-olds-voted/> (Consultado em julho de 2018)

53. UTILIZAR EMPRESAS E APLICAÇÕES PARA DIVULGAR A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Kenny

A UE deveria coordenar campanhas com empresas privadas para tornar a política mais atrativa. A título de exemplo, durante as eleições no Reino Unido em 2017, foram enviadas notificações pela Uber com a mensagem «Não seja um passageiro no que acontece na sua vida. Vá votar.»³⁸

Muitas pessoas desconhecem os processos eleitorais ou optam por ficar completamente afastadas da política. Receber lembretes simples da sua aplicação favorita, num determinado dia, pode fazer a diferença na participação eleitoral.

O Parlamento Europeu está numa posição única para fazer valer a sua reputação e discutir com as organizações a promoção eleitoral. Ao incentivar uma abordagem colaborativa no que respeita às eleições, o ato de votar torna-se uma atividade verdadeiramente societária, em vez de uma atividade realizada isoladamente.



³⁸ Birmingham Live, «Local elections 2018: Uber offering free rides to ensure wheelchair users can vote» (Eleições locais 2018: a Uber oferece deslocações gratuitas para que os deficientes em cadeiras de rodas possam votar)
<https://www.birminghammail.co.uk/news/midlands-news/local-elections-2018-uber-offering-14604401>
<https://en.annahar.com/article/799240-elections-2018-uber-announces-election-day-promo-code> (consultado em junho de 2018)

ENTREVISTA

“

Que podem os líderes políticos fazer para incentivar os jovens a envolver-se e a participar nas eleições?

Em relação às eleições para o PE, especificamente porque tendem a ter menor participação dos jovens, considero que é algo que tem de partir dos próprios jovens. Existe hoje entre muitos jovens uma postura face à ordem social estabelecida no sentido de que não receberão ordens de Bruxelas. Tenho assistido no meu próprio país [Irlanda], na sequência do resultado de alguns referendos, ao surgimento de redes fantásticas que colaboram, prestam apoio recíproco e fazem a diferença. Um grande número de irlandeses, superior ao do passado, está hoje recenseado, não porque foram incentivados pelos seus pais, mas sim porque o foram pelos seus pares.

Tenho cinco filhos e foi uma das minhas filhas que ajudou a irmã mais nova a recensear-se, chegou mesmo a levá-la à esquadra de polícia local para obter o selo oficial, por conseguinte não fui eu que interfeiri. Foi uma jovem a ajudar outra jovem. Mas, obviamente, os governos podem reforçar a sensibilização para as eleições europeias e salientar a sua importância. Há alguns anos, não o faziam, e as pessoas deslocavam-se às assembleias de voto apenas para manifestar o seu desagrado contra o seu próprio governo; não se importavam. Contudo, o PE assumiu muito mais poderes nos últimos anos: legisla em conjunto com os Estados-Membros e escolhe o presidente da Comissão Europeia. A composição do Parlamento representa a esquerda, a direita, o centro-esquerda, o centro-direita, e é precisamente isso o futuro da Europa. Essa mensagem tem de passar, vinda quer dos próprios governos, quer dos atores da sociedade civil, mas acho que se torna mais poderosa quando vem dos próprios jovens e estes colaboram entre si.

Emily O'Reilly,

Provedora de Justiça Europeia.

”

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Os valores são um dos principais pilares da União Europeia, são o cimento que une todos os cidadãos europeus em todo o continente. É importante ter em conta que os diversos Estados-Membros da UE possuem culturas diferentes, falam línguas diferentes e vivenciaram acontecimentos históricos, como a Segunda Guerra Mundial, de forma diferente. Hoje formam, como um todo, a sociedade europeia. A UE salienta seis aspetos na Carta dos Direitos Fundamentais que devem ser respeitados e aplicados pela totalidade dos Estados-Membros: respeito pela dignidade humana, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, os direitos dos cidadãos e a justiça.

Estes valores fazem parte do carácter europeu e do que significa ser europeu. Ignorá-los equivaleria a um afastamento dos princípios fundadores da UE.

Com o advento da crise dos refugiados, a questão da integração tornou-se um dos principais desafios da nossa sociedade. O tema tornou-se muito controverso e dividiu os cidadãos em toda a Europa; muitos apoiaram a integração dos refugiados, enquanto outros defenderam o encerramento das fronteiras.

Ser cidadão europeu exige participação. Pode ser difícil descrever o que significa ser europeu - mas defender os valores europeus é o primeiro passo essencial.

54. LIGAR A EUROPA ÀS PLATAFORMAS NACIONAIS PARA INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO

Jan

Os grupos políticos no Parlamento Europeu devem trabalhar em conjunto com os seus homólogos nacionais e sincronizar ideias – esse processo deve incluir também pessoas de diferentes comunidades a fim de criar uma abordagem de base à política europeia. Os políticos devem organizar eventos nos respetivos círculos eleitorais e reforçar a ligação entre a UE e os cidadãos europeus.

A União Europeia deve esforçar-se para que os cidadãos compreendam a sua relevância. Estes só levarão a União e as suas instituições a sério e só criarão laços com as mesmas se essa relevância for demonstrada. Atualmente, a UE parece distante dos cidadãos e, consequentemente, muitos consideram que não dá resposta às suas preocupações.

São necessários grupos partidários locais e descentralizados que transmitam as preocupações nacionais aos grupos políticos a nível europeu, de modo que estes possam desenvolver uma verdadeira política pan-europeia que respeite esta diversidade de opiniões.

55. DESENVOLVER UMA INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA

Andreas

As pessoas sentem, com frequência, que a sua voz não é realmente ouvida. É uma das principais razões para o afastamento dos jovens das eleições europeias.

Por conseguinte, para enfrentar esse défice democrático, é necessário criar mecanismos de democracia direta. Mais especificamente, deveríamos partir de um mecanismo existente, como a Iniciativa de Cidadania Europeia, e melhorá-lo, tornando-o juridicamente vinculativo na UE. O mecanismo do referendo na Suíça, que segue um processo semelhante, seria um bom modelo. O Tribunal de Justiça Europeu deve ter poder judicial para garantir a legalidade do procedimento. Em questões fundamentais relativas à UE, deve existir a possibilidade de convocar um referendo europeu, através do processo da Iniciativa de Cidadania Europeia.

O verdadeiro significado da democracia reside na vontade do povo (Demos). Assim, no meu entender, se respeitarmos a vontade do povo, as pessoas respeitarão a união política. Os cidadãos da União Europeia só se envolverão nos assuntos comuns da Europa se estirem cumpridas essas condições.

56. PROMOVER AS LÍNGUAS CLÁSSICAS E A HISTÓRIA EUROPEIA

Andrea

A minha ideia passaria por promover o ensino da história e línguas clássicas, como o grego e o latim, como forma de reforçarmos a nossa ligação à história da Europa.

Ouvimos falar muito sobre o que nos une como europeus, bem como sobre a necessidade de criar uma identidade europeia, contudo, estas línguas clássicas, que ajudaram a forjar uma parte importante dos valores que respeitamos hoje na Europa, são muitas vezes descritas como «línguas mortas».

A UE poderia procurar apoiar o ensino dessas línguas e história através de grupos extracurriculares de jovens e, talvez, patrocinar eventos públicos em torno destes temas que possam atrair o interesse dos jovens de toda a Europa.

57. CRIAR UMA PLATAFORMA PARA REFUGIADOS QUALIFICADOS COM VISTA AO DESEMPENHO DE FUNÇÕES EDUCATIVAS

Guillemette

A UE deve envidar esforços com vista a estabelecer a ligação entre os refugiados com qualificações profissionais e o setor da educação, a fim de disponibilizar pessoal qualificado para as «organizações de acolhimento de refugiados».

A iniciativa Science4refugees representa hoje uma oportunidade para estabelecer a ligação entre os refugiados com formação em ciências e as organizações que precisam de novos funcionários. Essa ligação é efetuada através do portal EURAXESS, que fornece informações e serviços de apoio a investigadores que desejam prosseguir as suas carreiras na Europa.

Esta abordagem poderia ser alargada a todo o setor da educação, preenchendo lacunas em várias funções de ensino e investigação, nomeadamente em escolas, universidades e até empresas.

ENTREVISTA

“

Como tem sido a sua experiência no EYE?

CHRISTIANA: *Participar no EYE e intervir no Parlamento deu mais confiança aos estudantes, que ganharam muito ao abrir horizontes e conhecer novas pessoas de toda a Europa. Trabalhamos em equipa, pondo em prática o que havíamos preparado durante vários meses. Os estudantes queriam partilhar a mensagem da unidade, pois somente unidos poderemos superar os nossos problemas. A idade média dos estudantes é de 16-17 anos. Partilharam a sua energia com as pessoas que observaram o seu desempenho no EYE.*

SIMONA: *Participámos em algo que a Europa faz, e isso é muito importante. O meu momento favorito foi entrar no hemicírculo, conhecer pessoas de diferentes países e ver diferentes culturas. Esta experiência teve um profundo impacto em mim e aumentou a minha consciência sobre a Europa.*

MARY: *Todos, no EYE, têm uma energia fantástica. Vou partilhar esta experiência com os meus amigos em casa e incentivá-los a participar no próximo EYE. Aqui aprendi que quando estamos unidos, podemos fazer coisas fantásticas.*

MARINOS: *Participar no EYE representou a minha primeira viagem para fora de Chipre, e aproveitei todos os momentos. Estrasburgo é uma cidade maravilhosa e gostei mesmo muito da experiência, logo desde o momento em que entrei para o avião. Vou passar a mensagem aos meus amigos de que é bom fazer parte da Europa, porque existem imensas culturas diferentes, com diferentes culinárias e línguas e diferentes formas de vida. Esta diversidade mostra-nos que ainda há esperança para a Europa.*

Christiana Petraki,
professora no Lyceum and Technical School of Polis
Chrysochous, Chipre e os seus alunos (Simona Bortea, Mary
Fournidou e Marinou)

”

58. INTRODUZIR OS ASSUNTOS POLÍTICOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO CÍVICA

Ideia sugerida em seminário

A minha ideia passa pela introdução da educação política em todas as escolas da UE. Embora a educação não seja uma competência da União Europeia, a UE deveria pressionar os Estados-Membros no sentido de melhorarem a educação política. Poderia ser acrescentada aos currículos uma nova disciplina, baseada na política, bem como na história e nos esforços da União Europeia.

A educação política está consideravelmente ausente das escolas; são transmitidos aos jovens escassos conhecimentos políticos, sendo necessário que o sistema educativo preencha essa lacuna de modo a que os alunos entendam a complexidade da União Europeia e as melhorias que trouxe para as suas vidas.

Esse objetivo poderia ser alcançado em parceria com jornais ou outros meios jornalísticos. Por exemplo, concedendo acesso gratuito a um jornal em linha às escolas que ofereçam aulas sobre assuntos políticos.

60. CRIAR UMA INICIATIVA DE MOBILIDADE PARA OS DIRETORES ESCOLARES

John

A UE poderia considerar a promoção e coordenação de uma iniciativa de mobilidade para diretores escolares que permita a estes colaborar com governos, escolas e partes interessadas locais em toda a UE. Esta iniciativa forneceria novas ideias provenientes de outras vozes, uma vez que as discussões em seminários e mesas redondas seriam organizadas pelos diretores de escolas. Os seminários seriam dedicados à realização de uma reflexão profunda centrada no futuro da Europa entre jovens líderes, estudantes, gestores e empresários. Estas discussões poderiam ser orientadas por eurodeputados, especialistas ou líderes de opinião da Europa e de outras paragens.

Os diretores escolares em mobilidade poderiam recorrer a projetos identificados pelos participantes da iniciativa a fim de melhorar a participação política, o que poderia incluir a elaboração de vinte projetos concretos. Os jovens participantes nesses seminários poderiam, então, voluntariar-se durante um ano para trabalhar nos projetos identificados. Desse modo, ajudar-se-ia a promover a cidadania ativa e a participação nos assuntos europeus.

59. FINANCIAR UM CARTÃO-JOVEM PARA PERMITIR DESCONTOS EM SÍTIOS CULTURAIS

Ideia sugerida em seminário

A UE deveria apoiar uma iniciativa que visasse fornecer aos jovens com idade inferior a 25 anos um cartão de descontos nas entradas em determinadas atrações culturais, como museus, bibliotecas e teatros.

Foi bem acolhida uma decisão recente no sentido da criação de um passe Interrail gratuito para vários jovens europeus, devendo este tipo de iniciativas ser incrementado. Ao viajar, os jovens pretendem, muitas vezes, conhecer os locais das cidades que visitam, embora os custos proibitivos possam atuar como um entrave.

Através do financiamento de um cartão que proporcione descontos, a UE poderia proporcionar um benefício tangível aos jovens que querem viajar e experimentar mais do que a Europa tem para oferecer.



COMENTÁRIO DO FÓRUM DA JUVENTUDE

SEPARADOS E JUNTOS

O tema do futuro da Europa está presente em todas as discussões e, na maioria das vezes, exige que os jovens estejam no centro dos interesses dos nossos líderes. Tratar-se-á de declarações vazias, ou de um compromisso real de envolvimento com os jovens para a construção do futuro da nossa União? Para construir uma Europa mais unida, próspera, democrática e sustentável, assente nos direitos humanos e no Estado de direito, os jovens e as suas organizações devem fazer parte do diálogo e das decisões. O Fórum Europeu da Juventude trabalha para garantir que a voz de milhões de jovens seja ouvida e contribua para moldar a Europa de hoje e de amanhã.

Dois processos moldam atualmente o futuro da União Europeia, a saber, a saída do Reino Unido da UE e a discussão em torno do Futuro da Europa. Embora muitos dos efeitos desses processos sejam ainda desconhecidos, ambos os processos e os seus componentes foram analisados em profundidade como parte do YO!Fest e do Evento Europeu da Juventude 2018.

O que ambos têm em comum é o papel essencial que os jovens terão de desempenhar e o espaço de participação que será necessário conceder-lhes. A já longa campanha do Fórum Europeu da Juventude para #YouthUp Europa, apelando a uma política mais inclusiva dos jovens, põe em evidência a importância da voz da juventude em ambas as negociações.

Nas discussões sobre o Brexit, os jovens foram e continuam a ser a geração mais pró-europeia. Estão longe de serem apáticos na expressão dos seus pontos de vista, pois participam em ações políticas diretas, liderando a ação e comparecendo em massa no que respeita a esta questão específica. É evidente, portanto, que os jovens do Reino Unido devem poder fazer ouvir a sua voz durante as negociações. Os jovens têm sentido político e estão interessados – apenas rejeitam estruturas que consideram ineficientes. Como tal, devemos olhar para além da simples participação eleitoral ao avaliar a mobilização dos jovens: existe um problema de participação política da juventude, mas está estritamente relacionado com a política institucional.

Os jovens têm bem presente que a sua voz deve ser ouvida à mesa de negociações, conforme salientado pelo British Youth Council e pelo Fórum Europeu da Juventude. As consequências do Brexit, políticas, sociais, económicas e ambientais, prejudicarão provavelmente os jovens, de uma forma potencialmente mais profunda do que as gerações mais idosas. Tal como salientado na resolução do Fórum Europeu da Juventude sobre os Jovens e o Brexit e pelos participantes no YO!Fest e no EYE 2018, devem ser mantidas prioridades, como a proteção dos direitos e o acesso dos jovens a oportunidades que a UE lhes proporciona, como o Erasmus. O papel dos jovens nas negociações é crucial para garantir que assim seja.

Os participantes no YO!Fest e no EYE 2018 destacaram igualmente a proteção e o avanço dos direitos humanos como uma área central de preocupação nas negociações do Brexit. O Reino Unido poderá deixar de ser signatário da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, consoante o modo como sair da UE. No entanto, o Reino Unido continuará a ser signatário da Convenção Europeia dos Direitos

Humanos e a sua participação na mesma deve ser protegida e potencialmente alargada de modo a reforçar ainda mais a proteção dos direitos dos jovens, conforme descrito no European Youth Forum's Policy Paper on Equality and Non-Discrimination (Documento de orientação do Fórum Europeu da Juventude sobre a igualdade e a não discriminação) e fortemente salientado pelos participantes no YO!Fest e no EYE 2018. Esta é uma segunda área crucial, que será uma prioridade para os jovens nas negociações do Brexit.

O segundo processo é, evidentemente, a discussão sobre o futuro da Europa. Embora a voz dos jovens seja central nas discussões do Brexit, a própria essência da participação democrática e o processo de incorporação pela União Europeia de novas formas na sua arquitetura estão intrinsecamente relacionados com a discussão sobre o futuro da Europa.

O tema da democracia é central nesse debate. A democracia não pode, evidentemente, existir sem uma participação significativa de todos os setores da sociedade. Os jovens veem, sobretudo nos nossos tempos, a participação política como indo para além do voto e incluindo numerosas formas alternativas de participação, como o protesto e os inquéritos: novas formas de democracia. Essa realidade aplica-se especialmente à atual geração de jovens: se as instituições políticas europeias não reconhecerem e não se adaptarem aos seus métodos e crenças em mudança, arriscam-se a tornar-se cada vez mais distantes e anacrónicas. Em resposta, a discussão sobre o futuro da Europa deve refletir sobre como eliminar o fosso entre os jovens e as instituições políticas, a fim de garantir que a criatividade e potencial destes possam contribuir para os processos de tomada de decisão.



Muitas das ideias propostas no YO!Fest e no EYE 2018 refletem esta questão. Os participantes propuseram reduzir a idade de voto para 16 anos, tal como proposto pelo Fórum Europeu da Juventude em 2006. Diminuir a idade de voto para os 16 anos tem provado ter um impacto claro e positivo na participação dos jovens e no conhecimento político que têm. Muitos países já optaram por essa via, como a Áustria, Malta e Estónia. O Parlamento Europeu fez eco dessa vontade, apelando à diminuição da idade de voto para 16 anos nas legislação eleitoral dos Estados-Membros.

Os estudos mostram que, quando os jovens participam mais cedo na vida democrática e civil através das eleições se tornam depois mais participativos ao longo da sua vida. De forma complementar, tanto o Fórum Europeu da Juventude como os participantes no YO!Fest e no EYE 2018 defendem a educação para a cidadania em todas as escolas, de molde a que os jovens eleitores sejam devidamente conhecedores na altura de votar. Torna-se muito mais fácil inculcar o hábito de votar enquanto os jovens ainda frequentam a escola e muitas vezes ainda vivem em casa dos pais, se se associar a uma educação para a cidadania abrangente a redução da idade de voto, aumentando assim as taxas de participação ao longo da vida. Sem essa educação, os jovens de 16 e 17 anos seriam chamados a participar nas próximas eleições locais, nacionais ou europeias sem um conhecimento prévio do sistema e do seu funcionamento. Por conseguinte, a diminuição da idade de voto

para os 16 anos e a educação para a cidadania devem funcionar em conjunto, de modo a promover a democracia.

Estas sugestões sobre a abordagem das lacunas democráticas e do seu impacto nos jovens por via do processo do Brexit e das discussões sobre o futuro da Europa não são exaustivas, contudo, os debates do YO!Fest e do EYE 2018 e a campanha mais alargada #YouthUp apresentam mudanças concretas e profundas que podem ajudar a trazer os jovens de volta à política eleitoral; é preciso que os jovens estejam no centro das discussões durante a campanha eleitoral europeia do próximo ano. Cabe aos decisores e líderes políticos o ónus de ouvir, mobilizar e acolher mudanças mais profundas e mais amplas – a fim de inverter a tendência para o afastamento das instituições políticas por parte dos cidadãos mais jovens.

4. SEGURANÇA E PERIGO: Sobreviver em tempos conturbados

Na Europa, a paz e a segurança são conotadas historicamente com a corrida aos armamentos e os conflitos; paz através do medo; estabilidade através do poder. Num contexto contemporâneo, a paz e a segurança são alcançadas por meio da diplomacia, da observância de um estado de direito internacional e da adesão a uma carta dos direitos humanos. Mas estará o atual entendimento comum da segurança a adaptar-se aos novos perigos que se perfilam no horizonte? Serão as nossas abordagens à segurança suficientes para fazer face aos perigos atuais?

A fim de garantir que a política de segurança seja eficaz como resposta aos avanços tecnológicos e sociológicos, deverá ser dado espaço aos vários quadrantes da sociedade e do conhecimento especializado para participarem de forma produtiva nas discussões. Sendo os jovens as maiores partes interessadas no futuro e parte de uma demografia que enfrenta barreiras de acesso ao processo político, devem ser apoiados na obtenção de, e no acesso a, uma plataforma para essas discussões essenciais. O EYE2018 marca um ponto de partida. Os jovens anseiam por paz e segurança.

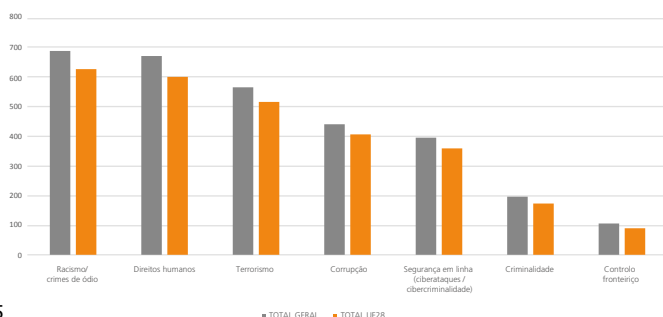
Embora as suas opiniões não fossem necessariamente unânimes, os temas comuns eram evidentes: os participantes mostraram-se frustrados com o acesso limitado que os jovens têm ao processo político e apelaram a movimentos de reforma, paz e segurança. Essa frustração é desencadeada pela vulnerabilidade e pela exploração frequente dos jovens, sabendo-se que mais de 600.000.000 vivem em zonas de conflito armado e territórios frágeis em todo o mundo.

A estas vozes subjazia um firme apelo no sentido da capacitação dos jovens como agentes democráticos, à medida que trabalhamos em prol da paz e da prevenção da marginalização, do extremismo e do conflito.

Sendo os participantes de diversas origens, surgiram, no evento, diferentes perspetivas sobre segurança e perigo. Apesar das posições antagónicas, existem preocupações comuns, e as discussões muitas vezes resultam em propostas de soluções comuns e práticas. Estas perspetivas e ideias estabelecem as bases para os nossos próximos passos nestes tempos conturbados.

No entanto, relativamente a este tema, é de especial importância reconhecer as vozes que não puderam ser ouvidas no EYE e o privilégio que é a segurança relativa que permitiu aos participantes a sua presença neste evento e a sua contribuição para o relatório. Infelizmente, as perspetivas regionais e globais fora da UE estiveram sub-representadas. Contudo, o caminho para a paz e a segurança deve contar com atores de todos os continentes, com experiências diferentes, uma vez que a segurança é uma preocupação global. Por este motivo, o tema centra-se fortemente nos esforços das organizações internacionais e supranacionais em prol da cooperação internacional para a paz e segurança e, especificamente, no papel da UE nestes processos.

SEGURANÇA E PERIGO - SOBREVIVER EM TEMPOS CONTURBADOS



Instagram: @AndyHendrata

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DE DIREITO

Os tratados e legislação em matéria de direitos humanos, enquanto salvaguardas de uma sociedade pacífica e segura, defendem a segurança e o desenvolvimento dos seres humanos em todo o mundo. Os esforços em prol da paz e da segurança devem reconhecer como prioridade a manutenção do respeito por esses direitos, aderindo às atuais cartas que os consagram.

Uma boa forma de o conseguir é observar as ameaças à segurança pelo prisma do direito que violam. Assegura-se, desse modo, que as falhas do Estado sejam postas em evidência e incentivam-se os decisores a atribuir a mais elevada prioridade aos direitos à segurança. A segurança não deve ser vista como separada do conceito de direitos humanos; uma abordagem baseada em direitos garante a prática da defesa da segurança e assenta nos direitos humanos.

Essas discussões estão ancoradas nas obrigações legais para com aqueles cuja segurança está em risco. Para o efeito, este subtema abordará as críticas ao estado de direito e analisará as atuais políticas de segurança. As ideias também apresentam soluções para que o Estado de Direito possa ser uma ferramenta para a consecução de uma sociedade pacífica e segura.

61. LIDERAR PELA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 2250 DO CSNU EM PROL DA JUVENTUDE

Ideia sugerida em seminário

A Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Resolução 2250 do CSNU) é a primeira resolução a abraçar o papel dos jovens na sociedade e a apoiar jovens e organizações lideradas por jovens como parceiros importantes no combate ao conflito e ao extremismo violento. A resolução é a primeira a reconhecer a ligação entre a juventude, a paz e a segurança e impulsiona a resolução de conflitos e os esforços de construção da paz liderados pelos jovens. É preciso garantir que esta resolução não sofra percalços na fase de implementação. Assim, os jovens apelam à União Europeia para que desempenhe um importante papel de primazia na implementação da Resolução 2250 do CSNU.

Devem ser criados planos nacionais de implementação, a fim de integrar efetivamente este quadro, que deve depois ser ancorado na cooperação com as partes interessadas a todos os níveis. Os países da UE devem criar um enquadramento comum para a monitorização e avaliação da implementação desta resolução, com indicadores internos da UE para a comunicação de informações, juntamente com mecanismos de monitorização interna. Além disso, esta resolução deve usufruir do mesmo grau de cooperação que os Estados do Conselho da Europa já provaram ser capazes de assumir.

Será necessário garantir uma abordagem transversal aos ministérios e departamentos para a implementação desta resolução, assim como deverá ser encorajada a cooperação a nível regional e nacional. Essa abordagem deve facilitar os esforços conjuntos entre as organizações da sociedade civil e o Estado, assegurando a participação profícua da sociedade civil. A fim de serem parceiras iguais e contribuírem com as suas competências específicas para este processo, as organizações de jovens precisam de financiamento e apoio da União Europeia para que possam pôr em prática toda a sua capacidade de trabalhar neste contexto.

62. DAR PRIORIDADE AOS DIREITOS HUMANOS NOS ACORDOS COMERCIAIS

Joanna

É preciso que a UE, quando participa em investimentos e acordos comerciais internacionais, comece a colocar os direitos humanos em primeiro plano.

De acordo com o direito internacional, o Estado é o principal responsável pela proteção dos direitos humanos. Nas sociedades democráticas, qualquer exercício de poderes públicos está vinculado aos direitos fundamentais dos cidadãos. No entanto, as respostas às violações de direitos humanos não são tão eficazes quanto poderiam ser. Esse facto é especialmente evidente no caso dos mecanismos legais formados para investidores estatais.

A Europa está hoje a responder às pressões da sociedade civil e caminha para um sistema multilateral de tribunais de investimentos. As questões pendentes quanto a este novo sistema são as seguintes: permitirá o sistema que apenas os investidores insturem ações contra Estados, impedido que terceiros movam ações contra investidores? Fiscalizará também a aplicação dos direitos humanos e das obrigações ambientais nas empresas?

Queremos assegurar que o sistema de tribunais multilaterais de investimentos não desencoraje os investidores de se aproximarem da UE. Nesse sentido, a UE deverá ser neutra e justa, mas deverá igualmente defender os direitos humanos aquando da negociação de tais acordos.

É preciso que a UE, quando participa em investimentos e acordos comerciais internacionais, comece a colocar os direitos humanos em primeiro plano.

De acordo com o direito internacional, o Estado é o principal responsável pela proteção dos direitos humanos. Nas sociedades democráticas, qualquer exercício de poderes públicos está vinculado aos direitos fundamentais dos cidadãos. No entanto, por uma diversidade de razões, os tribunais nacionais são, por vezes, ineficazes, imprevisíveis e frágeis quando se trata de responder a violações de direitos humanos. Esse facto é especialmente evidente no caso dos mecanismos legais formados por e para investidores estatais. A Europa respondeu às pressões da sociedade civil e caminha para um sistema de tribunais multilaterais de investimentos. A UE tem de garantir que este novo tribunal proteja os direitos de propriedade dos investidores de uma forma eficiente e neutra. No entanto, existem algumas questões pendentes: permitirá o sistema que apenas os investidores insturem ações contra Estados, impedido que terceiros movam ações contra investidores? Fiscalizará também a aplicação dos direitos humanos e das obrigações ambientais nas empresas?

Queremos assegurar que o sistema de tribunais multilaterais de investimentos não desencoraje os investidores de se aproximarem da UE. Neste sentido, a UE deve ser neutra e justa, mas também nortear-se pela legislação que visa proteger os investidores e os interesses públicos.

63. DAR À JUSTIÇA UMA DIMENSÃO EUROPEIA

Nikolaus

Deve ser considerado um novo tratado que amplie as competências da UE de modo a garantir que as fronteiras nacionais não constituam um entrave sempre que se trate de combater a criminalidade. Um primeiro passo nesse processo seria a integração dos sistemas judiciais de todos os Estados-Membros, a fim de criar uma jurisdição abrangente ao nível da UE. A recente reforma das funções da Procuradoria Europeia são um ponto de partida, mas muito mais pode ainda ser feito.

Este novo tratado poderia também atribuir mais competências ao Serviço Europeu para a Ação Externa para dar força à execução das decisões que toma. Atualmente, o SEAE é o Corpo diplomático da UE, assim como o Ministério dos negócios estrangeiros e da defesa da UE. Se o SEAE tiver mais competências e se empenhar mais na cooperação entre os serviços externos de todos os países, a UE poderá tornar-se um ator com maior legitimidade no cenário internacional.

65. TORNAR AS REDES SOCIAIS UM SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

Ideia sugerida em seminário

Uma das soluções eficazes para combater as violações de privacidade, o uso indevido de dados e o enfraquecimento do processo democrático passaria por retirar os serviços essenciais, como as redes sociais, das mãos de organizações privadas com fins lucrativos e passá-los para propriedade coletiva para serem geridos de forma objetiva e passível de responsabilização.

Para os jovens é difícil viver nos dias de hoje sem algum tipo de presença nas redes sociais, tendo em conta os benefícios sociais, profissionais e práticos que proporcionam. Outros serviços vitais, como a eletricidade, o gás ou a internet, são regulamentados devido ao papel fundamental que desempenham na sociedade. Por esse motivo, os sítios Web das redes sociais devem ser analisados e regulamentados como serviços públicos à semelhança dos produtos elétricos e dos telefones.

As empresas responsáveis pelas plataformas das redes sociais provaram estar pouco disponíveis para se adaptar e para procederem à autorregulação. Embora as redes sociais não sejam tão essenciais para a sobrevivência como os serviços públicos tradicionais, como a eletricidade, a água e o gás natural, vivemos num mundo cada vez mais interconectado e, com frequência, as vidas dos jovens dependem consideravelmente dessas plataformas.



64. COMBATER A EXCLUSÃO PARA PÔR FIM AO EXTREMISMO

Ideia sugerida em seminário

A UE deve tomar medidas para evitar a exclusão e promover a integração, a fim de impedir que os indivíduos adiram a ideais extremistas. O extremismo afeta várias comunidades, sendo os imigrantes apenas uma delas, e encontra frequentemente terreno fértil em qualquer forma de exclusão, explorada pelos grupos extremistas.

Se for proporcionado apoio financeiro a grupos sociais que reúnam membros de diversas comunidades, bem como educação gratuita, como aulas de línguas, indivíduos que, de outra forma, tenderiam a sentir-se excluídos do resto da sociedade podem, ao invés, começar a comunicar com outras pessoas. Estas medidas ajudam a gerar compreensão e respeito por diferentes pontos de vista e um maior sentimento de pertença.

Acreditamos ser essencial garantir que a integração de imigrantes continue a ser uma prioridade num momento em que os orçamentos estão sob pressão, pois os benefícios a longo prazo são demasiado importantes para serem ignorados.

66. PROMOVER MAIOR COOPERAÇÃO MILITAR

Michel

A UE deveria ponderar a criação de um «Conselho de Segurança Europeu», que seria composto por ministros da defesa europeus, e autorizar o uso da força militar pan-europeia.

Graças ao Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), a UE dispõe de uma instituição para os serviços diplomáticos, que lhe permite auxiliar a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. No entanto, não existe uma política de segurança externa comum.

Um conselho de segurança não só permitiria coordenar as políticas externas da UE, como também melhorar o diálogo entre a UE e outras potências mundiais, uma vez que simplificaria a interação. Isto fortaleceria a UE como ator unitário neste domínio, até agora negligenciado, uma vez que carece de uma maior coordenação formal.

67. CRIAR CORREDORES HUMANITÁRIOS PARA OS REFUGIADOS

Hannah

A inclusão e a integração são cruciais para a criação de uma sociedade civil. Estas questões assumiram uma importância acrescida nos últimos anos, na sequência do afluxo de um grande número de requerentes de asilo aos países europeus. Uma parte fundamental desta discussão prende-se com o financiamento dos programas e o apoio aos refugiados que chegam à UE.

Podem ser coordenados pela sociedade civil e por uma comunidade apoiada pelo Estado corredores humanitários, com base numa rede de apoio à integração dos migrantes que entram na UE. Isto poderia passar por as ONG que trabalham com instituições de caridade e grupos comunitários locais analisarem os refugiados vulneráveis. Estes grupos ajudariam a integração dos requerentes de asilo e dos refugiados vulneráveis nas comunidades locais.

Este projeto é adaptável a outros países europeus, uma vez que constitui uma parceria entre organizações privadas da sociedade civil e governos dos Estados-Membros. A UE poderia desempenhar um papel na identificação de organizações da sociedade civil em toda a Europa interessadas em participar, e incentivar os Estados-Membros a replicarem estes corredores e a partilharem as melhores práticas.



ENTREVISTA

“

Os jovens que vivem na União Europeia não passaram por situações de conflitos extremos e violações dos direitos humanos. Qual é a sua mensagem para os jovens da Europa que gozam de uma democracia forte e a dão por garantida?

Têm a sorte de não terem que passar por aquilo a que estão sujeitas as pessoas no meu país. Os direitos humanos e a democracia são essenciais, e os jovens devem fazer o melhor para os melhorar. Isso não é exclusivo da problemática europeia. Aplica-se também em qualquer parte do mundo. Os jovens podem facilmente ser enganados pelo extremismo e esse é o maior perigo para o nosso futuro. Em vez de fazerem parte da violência, devem preocupar-se com os direitos humanos e o ativismo. A sensibilização para os direitos humanos e a democracia deve ser disseminada entre os jovens por meio da educação. Por vezes, o contexto familiar não é suficiente para transmitir a importância das eleições livres e dos direitos humanos individuais e coletivos aos jovens. É por isso necessário que a educação seja reforçada. A democracia tem de prevalecer, e são precisamente os jovens que têm de estar conscientes disso e defendê-la para não a perderem.

Lamiya Aji Bashar,
vencedor do Prémio Sakharov

”

CRIAR ESPAÇO PARA A SOCIEDADE CIVIL

É crucial para a segurança europeia que exista uma sociedade civil independente; um espaço onde as comunidades possam moldar a política sem a influência do lucro comercial ou da autoridade do Estado. Para ajudar a combater as injustiças da insegurança, a sociedade civil deve dispor de poderes para se relacionar com as autoridades e os decisores políticos aos níveis local, nacional e global.

Sem uma sociedade civil próspera a todos os níveis, a democracia enfraquecerá, as vozes dos que enfrentam os maiores obstáculos à tomada de decisão poderão não ser escutadas, e as minorias poderão ser colocadas em posições vulneráveis. Por esta razão, os jovens presentes no EYE apelaram à proteção de uma sociedade civil diversificada, forte e independente, uma vez que esta é essencial para a segurança e a construção da paz.

Infelizmente, o fenómeno da diminuição do espaço da sociedade civil tem vindo a agravar-se. Na sequência do aumento da repressão nos últimos anos, mais de cem países em todo o mundo adotaram leis para restringir as organizações da sociedade civil.

Essas restrições constituem uma reação autoritária aos ideais democráticos, motivo por que essa tendência global tem de ser alvo de resistência e tem de ser invertida no interesse da democracia, de modo a proporcionar um ambiente seguro para todos os cidadãos.

Os regimes estão a ser mais ostensivos e ousados nos ataques à sociedade civil, resultado da fraca resposta internacional às restrições iniciais. É preciso que a UE assuma a liderança na promoção do crescimento e da participação da sociedade civil.

68. CRIAR UMA BASE DE DADOS PAN-EUROPEIA PARA A TRANSPARÊNCIA

Florin

A União Europeia deve envidar esforços para facilitar a transparência e aumentar a responsabilização dos atores estatais e supranacionais perante os indivíduos. Uma forma de o fazer seria através da criação de uma base de dados pan-europeia para a transparência, promovendo o jornalismo de qualidade e uma forte supervisão civil. Isto poderia igualmente incluir a criação de legislação extensiva a todos os Estados-Membros que exigisse que os dados sobre a propriedade fundiária e das empresas fossem acessíveis gratuitamente. Tal medida ajudaria a combater a corrupção e o populismo.

A transparência deve estar no cerne das políticas da UE. Nalguns países, como a Roménia, a mera receção de uma lista de empresas registadas oficialmente implica ultrapassar uma barreira financeira substancial. Esta configura um grande impedimento para muitos, inclusive para os jornalistas de investigação que procuram desvendar situações de corrupção, uma vez que, dessa forma, só lhes é possível trabalhar com base em estudos casuísticos. Sem transparência, a responsabilização sofre e a corrupção prospera. A base de dados ProZorro, que monitoriza as compras públicas na Ucrânia e venceu um prémio da Open Government Partnership, poderia servir de modelo para a referida base de dados pan-europeia.

69. PROTEGER OS AUTORES DE DENÚNCIAS

Coralie

A UE deve incentivar os Estados-Membros a criar legislação a nível nacional que proteja os autores de denúncias de sanções indevidas. As pessoas precisam de confiança para revelar informações, e de estar garantidas por salvaguardas jurídicas, caso pretendam manifestar-se contra a corrupção. O Parlamento Europeu deve igualmente tomar medidas no sentido de permitir essa capacitação.

O Índice de Perceção da Corrupção, uma classificação anual de países efetuada pela International Transparency, mostra que a legislação não é, por si só, suficiente para combater a corrupção. É necessário criar um ambiente propício, o que pressupõe liberdade de imprensa e espaços para a sociedade civil, de modo a permitir que as sociedades superem a corrupção.

A UE tem de simplificar o processo de denúncia de atos suspeitos de corrupção, proteger os autores das denúncias de represálias e promover medidas através das agências responsáveis pela aplicação da lei, sempre que é fornecida informação credível. Ao fazê-lo, a UE reconhecerá o importante papel que os meios de comunicação social livres e a sociedade civil têm vindo a desempenhar numa monitorização e investigação eficazes.

70. FORMAR A POLÍCIA PARA COMBATER OS CRIMES DE ÓDIO EM LINHA

Kelly-Ann

A polícia deve receber formação com vista a uma maior literacia digital, de modo a poder reconhecer as situações de abuso em linha nos seus estágios iniciais. Essa formação seria depois seguida pela implementação de estratégias preventivas, como a inclusão do abuso e da criminalidade em linha nos documentos legais de toda a UE.

As situações de abuso em linha e o discurso de ódio contra as mulheres, especialmente nas redes sociais e noutras plataformas em linha, são questões que fazem parte do mundo em que vivemos, marcado por uma crescente digitalização.

As mulheres têm maior probabilidade de ser afetadas por situações de assédio em linha do que os homens. É fundamental que a UE intervenha, tome a iniciativa e facilite a discussão sobre o seu combate. É também necessário incluir a literacia digital nos currículos escolares, uma vez que as plataformas educativas desempenham um papel importante na sensibilização e difusão de métodos de prevenção.

A legislação terá de ser criada em cada um dos Estados-Membros, mas poderia ser elaborada uma proposta, a subscrever pelos Estados-Membros da UE, de forma semelhante à Convenção de Istambul: a Convenção do Conselho da Europa relativa à prevenção e ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica.

72. DECLARAÇÃO DOS DIREITOS EM LINHA

Ideia sugerida em seminário

À semelhança da Declaração dos Direitos do Homem, uma Declaração dos direitos em linha poderia servir de orientação para uma Internet mais segura e inclusiva.

Atualmente, a internet representa, para as autoridades, uma zona cinzenta, onde as regras que habitualmente regem os media mais tradicionais têm menos eficácia. A UE deveria usar a sua posição como bastião mundial dos direitos liberais e democráticos para exercer pressões com vista a uma Internet fiável e segura. Ao redigir uma declaração dos direitos em linha, a UE poderia tomar medidas para mobilizar os aliados e começar a lutar contra a guerra cibernética, e alargá-la aos cidadãos a fim de lhes conferir direitos quando estiverem em linha.

Na prática, isso pode incluir a criação de um sistema de «semáforo» que poderá ser utilizado por analistas independentes para avaliar a fiabilidade das fontes, facilitando a identificação de situações de comunicação de informações imprecisas ou efetivamente falsas.

A internet é uma ferramenta poderosa, que tem o potencial de trazer efeitos positivos, mas também negativos, para a sociedade. A UE deve agir no sentido de garantir o respeito pelos direitos individuais.

71. CRIAR UM FUNDO PARA JOVENS CANDIDATOS

Hannah

A UE deveria reduzir as barreiras financeiras à participação democrática formal, enfrentadas por muitos jovens no início da sua carreira política. Deveria ser criado um fundo para jovens candidatos destinado a apoiar jovens candidatos.

São muito poucos os jovens que se apresentam como candidatos nas eleições locais ou nacionais. Precisamos de mais jovens, com diferentes origens, diferentes interesses, competências e identidades, que sirvam de exemplo na assunção de posições a todos os níveis da governação. Caso contrário, a política parece ser inacessível à sociedade em geral.

Existem, na Europa, alguns partidos que têm representantes entre os vinte e tantos e os trinta e poucos anos; reconhecem o potencial dos jovens. No entanto, existem muitos Estados-Membros onde isso não acontece e o cenário político é moldado por homens mais velhos. Os partidos políticos e a UE devem reconhecer o apoio dos jovens em cada partido europeu e prestar apoio financeiro aos jovens representantes que desejem concorrer nas eleições europeias.



73. FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA EM PRIMEIROS SOCORROS

Christian

Penso que a UE deveria criar um curso obrigatório de primeiros socorros, uniformizado pela UE, talvez como uma segunda fase no processo de obtenção da carta de condução.

Na minha profissão de motorista de ambulância, assisto a numerosas situações em que as pessoas estão junto a alguém que necessita de primeiros socorros, mas não têm capacidade para ajudar. São numerosas as razões que o justificam, mas a aplicação do conhecimento da assistência inicial a prestar até à chegada dos profissionais pode diminuir a emergência do caso, ou até salvar vidas. Se todos pudessem prestar primeiros socorros em situações de acidente, haveria menos baixas nas estradas e nas situações quotidianas das nossas vidas.

Isto poderia ser conseguido através da criação de um movimento pan-europeu de apoio ao ensino de primeiros socorros nas escolas. O PE poderia instar os líderes europeus a incluir esses ensinamentos nos currículos e propor uma norma europeia para os primeiros socorros.

74. ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA NO DESPORTO

Ideia sugerida em seminário

A UE deve procurar aumentar a transparência no desporto, a fim de evitar escândalos. Poderia, para o efeito, organizar debates sobre o assunto e apoiar a elaboração de regulamentos mais rígidos para testar os atletas, especialmente os que participam em competições sedeadas na Europa.

O desporto, essencialmente, eleva o nosso espírito, estimula a camaradagem, a competitividade e a amizade, e transmite igualmente valores e ética. Deve igualmente promover-se uma discussão aberta que permita expor as implicações sociais da corrupção desportiva, bem como as formas de a contrariar.

Poderia ser criado um conjunto de regras europeias para todos os clubes desportivos, bem como uma plataforma que possibilite aos adeptos denunciar a corrupção, de molde a que os órgãos oficiais ou os jornalistas possam depois investigar as situações. A UE deveria ponderar a criação de uma organização totalmente independente, composta por advogados, polícias e especialistas civis, que se especializariam no combate à corrupção desportiva e na dignificação e transparência do desporto.

ENTREVISTA

“

Qual a importância de uma UE que pratica os valores da democracia e dos direitos humanos, e qual a importância desses valores no mundo em geral? Sente isso no seu trabalho?

Penso poder afirmar que, hoje, no meu trabalho diário, temos projetos muito importantes com a União Europeia. Posso dar dois exemplos. Estamos a trabalhar com a UE para retirar crianças e mulheres das minas onde vivem como escravas sexuais ou escravas em geral. Desta forma, trabalhamos em conjunto com a UE para proteger crianças e mulheres. Podemos dar às mulheres um novo estatuto, que permita a sua reintegração na sociedade e que as crianças possam frequentar a escola ou ter a possibilidade de desfrutar de uma refeição normal. Sinto hoje uma enorme felicidade ao verificar que estas crianças se contam agora entre os melhores alunos da sua região. Percebemos que estas crianças não tinham vida, e a UE ajudou-as a construir uma nova vida.

O segundo projeto em que estamos a trabalhar, em cooperação com a UE, visa as vítimas de abuso sexual. O objetivo deste projeto é salientar que o abuso sexual não deve ser visto apenas como provocando danos físicos, deve também ser visto como uma violação dos direitos humanos. Queremos igualmente que as mulheres vítimas de abuso sexual sejam reintegradas na sociedade e sejam produtivas e independentes. Pretendemos este novo projeto não apenas no nosso centro médico, mas também noutros centros médicos, onde seja também necessário adotá-lo.

Estes são dois exemplos muito eloquentes, que mostram que a UE pode construir a base, de uma forma prática, para a defesa dos direitos humanos e dos direitos das pessoas vulneráveis.

A Europa está hoje perante decisões sobre o seu futuro. Qual seria a sua mensagem para os jovens que, desfrutando de uma democracia forte, não votam?

Se deixarmos que os outros resolvam os nossos problemas sem participação, então o problema do populismo aumentará, pois uma parte da população não poderá expressar-se.

Hoje, é preciso que estejamos atentos! É preciso que a democracia esteja viva todos os dias. Temos de a proteger e praticar todos os dias. Caso contrário, perecerá.

Denis Mukwege,

vencedor do prémio Sakharov de 2014 e fundador da Panzi Foundation, República Democrática do Congo

”

ENFRENTAR OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A internet é um motor de crescimento, e a revolução digital trouxe imensos benefícios económicos à UE em termos de aumento de produtividade, inovação e prestação de serviços eletrónicos e de comércio eletrónico. Mas, a par de todas essas vantagens de oportunidade económica, a Internet também encerra ameaças crescentes ao nosso modo de vida.

Perigos que antes eram considerados fantasias de ficção científica são agora assustadoramente reais, no entanto, muitos desses perigos ainda lutam por espaço no quadro do diálogo cívico. As ameaças cibernéticas não estão a ter uma resposta cabal dos decisores políticos, o que deixa a nossa sociedade numa posição vulnerável. Durante o EYE, ficou claro que muitos jovens exigem mais educação neste campo para permitir que a sociedade tome decisões informadas sobre as soluções para os perigos suscitados pelos avanços tecnológicos.

É essencial compreender as novas ameaças que enfrentamos em linha, a fim de desenvolver uma resposta para as mesmas. A UE tem de colocar fortemente a ênfase na literacia informática, mapeando e chamando a atenção para as dependências e vulnerabilidades da infraestrutura da Internet em toda a UE. A cibersegurança deve ser generalizada, de modo a que compreendamos os riscos cibernéticos mais amplos e sistémicos e possamos identificar os serviços, ativos e infraestruturas mais essenciais, que a UE deve proteger. O nosso objetivo deve ser o desenvolvimento de uma estratégia eficaz de gestão de riscos cibernéticos e o reforço da cooperação entre os países da UE, a fim de usar capacidades conjuntas e criar normas para o desenvolvimento tecnológico.

75. GENERALIZAR E ALINHAR A CIBERSEGURANÇA

Francesca

A UE deve alinhar as políticas de cibersegurança com a sua estratégia de exportação e com a política externa, de segurança e de defesa (PESCO), a um nível semelhante ao dos objetivos do comércio e desenvolvimento. A cibersegurança não é, pois, apenas um problema técnico; ao invés, a UE reconhece os seus riscos sistémicos mais amplos para a segurança. Uma das abordagens para resolver esse problema poderá passar por identificar os serviços e ativos mais críticos que carecem de proteção. O passo seguinte exige que os países da UE trabalhem em estreita colaboração e criem uma rede de capacidades conjuntas. Nesse contexto, podem ser criadas normas para os produtos de TI de forma fácil e eficiente.

Razão por que precisamos de alinhar a agenda económica (Estratégia do mercado único da UE) com a agenda da cibersegurança. Não devemos tratar a cibersegurança como uma questão isolada. Ao invés, o público em geral deve entender que proteger a Internet é um imperativo económico e de segurança nacional. É importante ter em mente que os riscos cibernéticos afetam todas as indústrias e setores: desde as empresas que figuram na classificação Fortune 500 até às organizações de dimensão mais pequena com recursos limitados, passando pelos governos da UE, as instituições internacionais e, por fim, os cidadãos da UE.



76. FAZER DO ENSINO EM MATÉRIA DE CIBERSEGURANÇA UMA PRÁTICA CORRENTE

Ideia sugerida em seminário

Os Estados-Membros da UE devem ser incentivados a lançar programas de educação em matéria de cibersegurança, desde o ensino básico até à universidade, e a investir na investigação e desenvolvimento em matéria de cibersegurança (para além do Horizonte 2020). É importante criar um vocabulário, vias de progressão na carreira e apoio comuns aos jovens que enveredam por este setor. Além disso, o lançamento de uma campanha mais alargada de sensibilização para a cibersegurança destinada ao público em geral, para além do «Mês Europeu da Cibersegurança», tornaria este programa atrativo e acessível a cidadãos europeus que nele desejassem participar.

Existe uma lacuna crescente entre a procura de talentos no domínio da cibersegurança e a oferta de uma força de trabalho profissional. Estima-se que, até 2020, serão necessários mais dois milhões de empregos em cibersegurança em todo o mundo. Para isso, é necessário que a UE promova a educação e a formação em matéria de cibersegurança.

Para além disso, é preciso incentivar mais mulheres e minorias a seguir carreiras no domínio da cibersegurança, o que é igualmente importante no que se refere à acessibilidade.

77. PROMOVER A COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DAS INFORMAÇÕES SECRETAS NA UE

Ideia sugerida em seminário

A UE deveria considerar a possibilidade de criar a sua própria versão do FBI, a fim de melhorar a organização existente na EUROPOL, utilizando a estrutura existente e melhorando as capacidades de partilha de informações. Esta medida pressuporia uma política de conformidade.

Atualmente, uma grande parte da cooperação em matéria de segurança depende da partilha de informação entre os Estados-Membros e, como ficou tragicamente demonstrado, não é possível atuar com base nessa informação. Criar uma maior cooperação no domínio das informações secretas, bem como um organismo europeu coeso, permitiria à UE tomar medidas concretas para recolher e proteger as informações privilegiadas. Isso traria benefícios para os cidadãos e criaria um ambiente de maior segurança.

79. INVESTIR NA TECNOLOGIA DE EDIÇÃO GENÉTICA

Ideia sugerida em seminário

Quem detém a liderança, pode determinar o caminho a seguir. A União Europeia deveria investir significativamente nas tecnologias de edição genética para evitar a fuga de cérebros para outros países, como os EUA ou a China.

A Europa é notável na criação de excelentes círculos de investigação, geralmente através de instituições públicas, financiadas pelos Estados-Membros. Além disso, são necessários investimentos financeiros adequados em investigação e na indústria a fim de manter a liderança neste domínio em rápida evolução, os quais permitiriam à UE manter o seu poder de negociação quando da decisão sobre a utilização dessa tecnologia e a sua disponibilização aos cidadãos.

A UE deveria procurar afetar fundos e apoiar as universidades que desenvolvem investigação sobre esta tecnologia e apoiam este tipo de inovação na UE.

78. PROMOVER O ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR

Ideia sugerida em seminário

A fim de se preparar da melhor forma para a revolução do ADN e promover um debate ético razoável, a população tem de estar devidamente informada. Uma vez que este assunto é muito sensível e que estão a ser veiculadas várias informações tendenciosas, os cidadãos devem adquirir competências adequadas em biologia molecular e celular, bem como em genética, ao longo da sua formação no ensino médio ou secundário. Todas essas ciências são bastante recentes e evoluem rapidamente, devendo ser ensinadas no âmbito de um currículo atualizado.

A edição genética traz possibilidades inacreditáveis para a medicina, a agricultura e o ambiente, mas gera igualmente receios quanto a potenciais perigos. É preciso que esta nova tecnologia seja analisada no âmbito de um debate formal e de uma avaliação ética. Na Europa, a edição de genes é um assunto altamente sensível e, não raras vezes, as pessoas confundem vários conceitos, o que pode ser prejudicial a longo prazo.

De modo consentâneo com a ideia anterior, os investigadores ou as instituições de investigação deveriam ser obrigados a explicar através dos meios de comunicação generalistas o seu trabalho e o respetivo impacto na ciência moderna, a fim de evitar a resistência no seio da população. A UE pode promover a importância deste tema nos currículos e criar iniciativas para disseminar o conhecimento.



80. CRIAR UM SOFTWARE ANTIVÍRUS GRATUITO PARA OS CIDADÃOS DA UE

Nikolaos

A UE deve financiar uma empresa pública que contrate cientistas, programadores e criadores de software para produzir um software antivírus gratuito e distribuí-lo, gratuitamente, aos cidadãos da Europa. Os produtos de fonte aberta têm a vantagem de ser colaborativos e garantem que os sistemas sejam robustos e adaptáveis a novas ameaças. Utilizando o melhor dos melhores, a Europa poderia prestar um importante serviço público aos seus cidadãos. Acresce que a compra de antivírus pode ser onerosa, pelo que algumas empresas e indivíduos optam porventura por trabalhar e viver sem um software antivírus de qualidade, deixando os respetivos sistemas e funcionários vulneráveis a novas ameaças.

Para a maioria dos utilizadores da Internet, um dos passos essenciais é descarregar um software antivírus para os seus dispositivos. Devido às fraudes em linha e à falta de informações, muitos cidadãos sentem grandes dificuldades na escolha de um software fiável e de qualidade que os proteja.

Ao apoiar e criar uma organização pública, garantir-se-ia um sistema antivírus centrado nos cidadãos, disponibilizado de forma democrática e passível de responsabilização, que proporcionaria benefícios imediatos e tangíveis em matéria de segurança dos cidadãos europeus.



ENTREVISTA

“

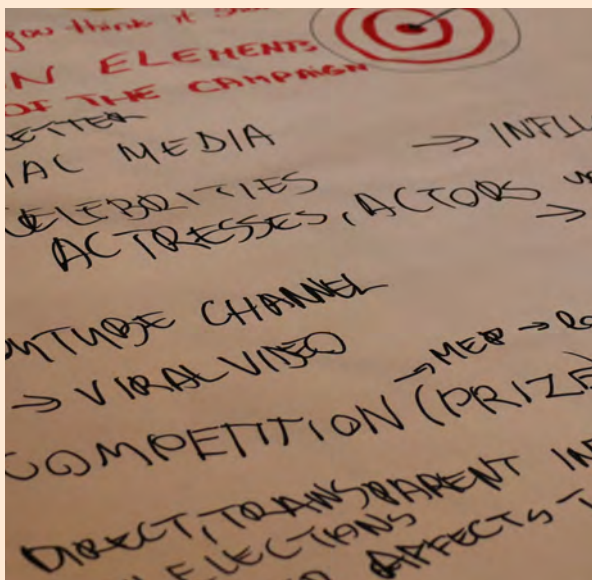
Que pode a UE fazer concretamente para combater o assédio em linha contra as mulheres?

A minha primeira ideia seria que o assédio em linha fosse formalmente reconhecido como uma forma de violência enfrentada por mulheres e raparigas. Assistimos a eventos como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em dezembro. Obviamente, qualquer tipo de violência contra as mulheres é condenável, mas considero que seria positivo que todos os partidos políticos, todos os Estados-Membros e instituições da UE reconhecessem que o assédio em linha constitui uma forma de violência contra mulheres e raparigas.

«Penso que a segunda coisa que a UE poderia fazer gira, definitivamente, em torno de uma parceria transnacional. Da minha experiência pessoal em matéria de assédio em linha, retiro que muitos abusadores se encontravam na América ou na Áustria, porém, não havia qualquer recurso no quadro da Interpol para trabalhar a questão e estou certa de que esses Estados-Membros dispõem de informações sobre prevaricadores no Reino Unido ou noutro país. Pergunto-me, então: como estamos a partilhar as informações sobre a criminalidade em linha?»

Seyi Akiwowo,
Glitch!UK

”



COMENTÁRIO DO FÓRUM DA JUVENTUDE

SEGURANÇA E PERIGO

A segurança é uma das principais preocupações de numerosos cidadãos. Como podemos trazer uma mentalidade positiva para essas discussões? Os jovens e as organizações de jovens são reconhecidos mundialmente por contribuírem para sociedades mais pacíficas e resilientes. A Europa, continente de paz há várias décadas, pode colocar os jovens no centro da solução. O Fórum Europeu da Juventude é sinónimo de juventude, paz e segurança na Europa e no mundo.

Foram organizadas no YO!Fest e no Evento Europeu da Juventude 2018 discussões sobre questões relacionadas com a paz e segurança no contexto de uma crise política em torno das políticas externas da União Europeia (UE).

O quadro político existente, como a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE, assenta na ideia da resiliência da sociedade através do aprofundamento do trabalho em matéria de educação, cultura e juventude direcionado para a promoção do pluralismo, da coexistência e do respeito, porém sem integrar os jovens como atores e não apenas como destinatários.

O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento proporciona um quadro no qual os jovens são atores da mudança e do desenvolvimento e, como tal, contribuem para a Agenda 2030, que se afasta das narrativas que descrevem os jovens como vítimas dos contextos.

Embora a agitação política em torno da gestão do asilo e das fronteiras externas se mantenha, marcada pelo medo instilado na opinião pública, a recente proposta da Comissão Europeia sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual, no que se refere às questões externas, aborda os jovens de uma forma limitada e sobretudo através das lentes do Erasmus. No entanto, os últimos desenvolvimentos políticos no que respeita à juventude, à paz e à segurança são positivos e as Conclusões do Conselho proporcionam orientações aos Estados-Membros para a implementação da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Juventude, Paz e Segurança, adotada em 2015, e proporcionam aos jovens espaço para contribuírem para a prevenção e resolução de conflitos. É essencial que os Estados-Membros executem essas Conclusões com vista à construção de uma sociedade segura, coesa e harmoniosa, colocando os jovens no centro de uma Europa pacífica.

As discussões no YO!Fest e no EYE 2018 proporcionaram um espaço seguro para os jovens organizarem e desenvolverem as suas experiências sobre a construção da paz e a prevenção de conflitos. Os jovens levantaram questões relacionadas com a crise atual, designadas por «crise migratória», bem como com os crescentes obstáculos que impedem a plena inclusão dos jovens na sociedade, como as condições de trabalho precárias, as desigualdades socioeconómicas, as estruturas educativas e o acesso a direitos.

Para construir sociedades mais inclusivas, onde todos sejam bem-vindos, é crucial que se dissocie o debate sobre migração das preocupações de segurança.

As atividades no YO!Fest e no EYE 2018 puseram em causa os estereótipos e promoveram o diálogo intercultural, pondo em evidência a necessidade de construir sociedades resilientes, nas quais todos os jovens possam realizar o seu potencial e gozar plenamente dos seus direitos fundamentais, bem como a necessidade de aumentar a igualdade de género e de capacitar os jovens de ambos os sexos, com o objetivo de abarcar a sua diversidade.

Partindo das ideias partilhadas no YO!Fest e no EYE 2018, as Instituições europeias e os Estados-Membros deverão trabalhar em conjunto para desenvolver estratégias nacionais que permitam implementar a Resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre Juventude, Paz e Segurança, de forma participativa, contando com a participação dos jovens e das organizações de jovens na sua conceção, execução e avaliação.

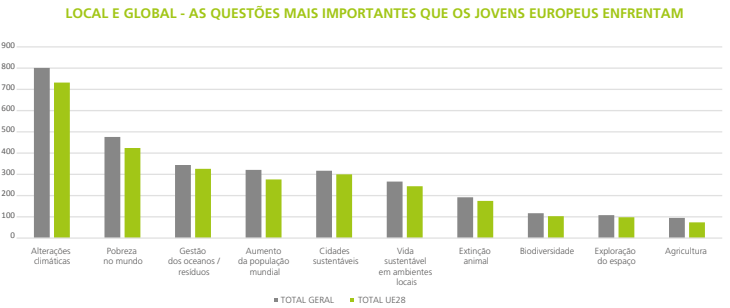
É fundamental que as Instituições europeias assegurem que os jovens de diversas origens sejam reconhecidos e recebam apoio adequado para trabalhar em atividades que impeçam comportamentos e discursos violentos. Esse apoio deve fazer parte do financiamento fornecido pelo programa Erasmus+ e pelo seu sucessor.



5. LOCAL E GLOBAL: Proteger o nosso planeta

Que pode a União Europeia fazer para proteger o nosso planeta? É urgente combater as alterações climáticas, mas muitos ainda não encaram isso como uma prioridade. O último Eurobarómetro mostrou que, na opinião dos cidadãos da UE, as alterações climáticas são apenas a sétima questão mais importante com que a UE se depara atualmente, enquanto o ambiente e o aprovisionamento energético ocupam a décima e a décima-primeira posições³⁹. No entanto, o perigo é real, e é agora que temos de agir se queremos evitar a destruição do nosso ecossistema e a colocação em risco da própria existência humana. Isto passa não apenas pela luta contra as alterações climáticas, mas também por avançarmos na senda de um estilo de vida mais sustentável, mais saudável e mais justo para todos, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas para 2030.

A agenda EYE 2018 definiu uma visão para esses objetivos, que engloba desde o nível mundial ao nível local, desde a Terra ao espaço, e tudo o que existe de permeio. Deixou claro que para resolver aqueles problemas se impõe a inclusão e a participação de todos os atores: organizações internacionais, instituições europeias, Estados-nação, regiões e municípios, empresas, explorações agrícolas, institutos de investigação, escolas, ONG e cidadãos. Os jovens participantes levam a peito as questões das alterações climáticas e do ambiente; muitos já adotaram um estilo de vida mais sustentável que o dos seus pais ou estão decididos a mudar, para seu bem e para bem das gerações vindouras.



AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS AGRICULTORES

As soluções para as alterações climáticas são tão diversas como os próprios desafios que elas representam. Sensibilizar a opinião pública sobre o problema é o primeiro passo a dar, que importa depois complementar com ações concretas. Quando 195 países adotaram o Acordo de Paris na COP21, em Paris, em 12 de dezembro de 2015, dir-se-ia que fora alcançado um ponto de viragem. Menos de um ano depois, o acordo entrou em vigor. Os países que são parte no acordo comprometeram-se a limitar os aumentos de temperatura a menos de 2°C, e, face aos sérios riscos que o aquecimento global comporta, a esforçar-se por se cingirem a 1,5°C num futuro próximo. O combate às alterações climáticas torna-se ainda mais premente quando há quem as nega abertamente. O EYE demonstrou que os jovens querem fazer ouvir a sua voz: as alterações climáticas são um desafio à escala global que não respeita as fronteiras nacionais. As emissões e outras consequências das alterações climáticas afetam as pessoas em todos os pontos do planeta.

A pressão sobre as instituições políticas aumenta a cada centímetro que perdemos das calotas polares. Nesta secção são apresentadas vinte ideias, que vão desde lições colhidas no espaço sideral até novas medidas na esfera diplomática, passando pelo impacto das mulheres no combate às alterações climáticas. Nela se discute a agricultura no século XXI e novas leis que poderiam ajudar a evitar a desflorestação da floresta tropical em países não pertencentes à UE. A UE conseguiu reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em quase um quarto desde 1990.⁴⁰ Fruto de inovações técnicas recentes, está a ser consumida menos energia e a utilização de combustíveis intensivos em carbono diminuiu. Mas há mais a fazer. Os jovens têm de erguer a sua voz, exigir ações concretas e propor abordagens criativas, para mostrar que é agora que há que agir, antes que seja demasiado tarde.

81. CRIAR UM PROGRAMA EUROPEU DE COBERTURAS EM TERRAÇO ECOLÓGICAS

Ideia sugerida em painel

A minha ideia seria a UE lançar uma campanha para promover a utilização ecológica das coberturas em terraço nas cidades. Isto pode passar pela transformação das atuais coberturas de edifícios em jardins públicos, permitindo a sua utilização para fins de agricultura urbana, ou por incentivar os promotores imobiliários a criar espaço na cobertura de novos edifícios que permita a otimização da sua utilização.

A Europa tem cidades de diversas dimensões, e em todas elas grande parte do espaço da cobertura dos edifícios não é utilizado. No entanto, muito desse espaço pode ser bem aproveitado: um estudo em Bolonha concluiu que os terraços ajardinados na cobertura dos edifícios em cidades podem produzir três quartos dos produtos hortícolas consumidos nas mesmas, se todo o espaço adequado nas coberturas fosse utilizado para fins de agricultura urbana.⁴¹

Para além da utilização para fins agrícolas, as coberturas em terraço podem igualmente ser transformadas em jardins comunitários para residentes e empregados de escritório, proporcionando-lhes assim uma melhor qualidade de vida. Isto poderia ser conseguido mediante o apoio a uma campanha, e a promulgação de regulamentação, no sentido de dedicar mais espaço da cobertura de edifícios a fins ecológicos.

82. UTILIZAR A DIPLOMACIA VERDE PARA NEGOCIAR TENDO O CLIMA EM MENTE

Ideia sugerida em painel

Outra ideia seria a de promover a diplomacia climática. Esta é uma forma de política externa dirigida, destinada a envolver governos de países terceiros e intervenientes não governamentais de todo o mundo, numa vontade coletiva de produzir menos emissões e apoiar o desenvolvimento resiliente em termos de clima - reforçando a luta contra as alterações climáticas. Esta abordagem visa harmonizar os interesses dos Estados, salientando em simultâneo a importância do bem-estar humano, da proteção do ambiente e da preservação do planeta Terra. A diplomacia climática deve ser incluída na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, a fim de aumentar a sensibilização a nível político e enfatizar a necessidade de reagir às alterações climáticas em todas as plataformas possíveis⁴².

Quando pensamos em soluções para o problema das alterações climáticas, tendemos a limitar o âmbito da nossa reflexão ao trabalho de ONG e ativistas. O Acordo de Paris, porém, constitui um exemplo claro de que os políticos podem dar passos importantes no sentido de criar uma esfera política sensibilizada para os problemas do ambiente. Não obstante, os jovens consideram que há mais a fazer. Por um lado, contamos com os nossos decisores políticos para que tomem mais medidas, e, por outro lado, convidamos um maior número de jovens a assumir um maior envolvimento e a empreender ações de sensibilização no seio das suas comunidades e de grupos de ativistas.

Como referiu Jayathma Wickramanayake, Enviada especial do Secretário-Geral da ONU para a Juventude, se todos os intercâmbios diplomáticos incluíssem igualmente esse objetivo de ter mais em atenção o ambiente, imagine-se o impacto que isso teria nas alterações climáticas.

⁴⁰ Agência Europeia do Ambiente, «EU reports lowest greenhouse gas emissions on record» (UE dá conta do mais baixo nível de emissões de gases com efeito de estufa registado até à data), <https://www.eea.europa.eu/media/newsreleases/greenhouse-gas-inventory-report-press-release> (Consultado em junho de 2018)

⁴¹ Comissão Europeia, «Rooftop gardens could grow three quarters of city's vegetables» (As coberturas em terraço vegetalizadas nas cidades podem produzir três quartos dos produtos hortícolas consumidos nas mesmas), http://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/rooftop_gardens_could_grow_three_quarters_of_citys_vegetables_409na2_en.pdf (Consultado em julho de 2018)

⁴² Reunião conjunta AFET/ENVI - Diplomacia climática <http://www.europarl.europa.eu/comint/committees/it/envi/home.html> (Consultado em junho de 2018)

83. O FEMINISMO NA BATALHA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Kristy

A UE deve promover, tanto interna como externamente, medidas tendentes a dar às mulheres maior poder quando surgem crises ambientais - por exemplo, ajudando os países em desenvolvimento com uma economia predominantemente agrícola a tornarem-se menos dependentes da mão-de-obra feminina.⁴³ Também a nível interno a UE pode garantir que as mulheres sejam adequadamente representadas e recebam igual atenção nesta matéria - por exemplo, assegurando que 50% dos principais candidatos dos partidos políticos europeus sejam mulheres.

Com base num relatório da ONU, sabemos que as alterações climáticas não se traduzem em crises apenas no domínio do ambiente; elas acentuam ainda mais as desigualdades. Os jovens encaram a batalha contra as alterações climáticas como um combate que inclui o feminismo, e fazem-no com razão: existem provas de que as mulheres têm mais probabilidade que os homens de serem adversamente afetadas pelas alterações climáticas. Estudos da ONU mostram que aproximadamente 80% das pessoas deslocadas por força das alterações climáticas são do sexo feminino⁴⁴. Este fenómeno verifica-se à escala mundial e, em última análise, as suas consequências tornam mais difícil para as mulheres recuperarem de catástrofes que destroem as infraestruturas e os espaços de habitação e de trabalho.

Também vemos aqui uma abordagem intergeracional; as mulheres cuidam dos seus filhos, dos pais, dos idosos, e isso reflete-se nos seus gastos. Se nos centrarmos nas ligações entre justiça climática e justiça entre os géneros, essa poderá ser uma das primeiras abordagens eficazes para encontrar uma solução duradoura e sustentável que dê às mulheres o mesmo poder económico que os homens. Como instituição política global, a UE é suficientemente poderosa para atuar a esse nível e fazer da justiça global uma realidade.

O feminismo é, sem dúvida, uma ferramenta importante no combate à desigualdade a nível mundial, a qual deve ser utilizada para mitigar os efeitos das alterações climáticas.



84. APOIAR OS JOVENS AGRICULTORES E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Ideia sugerida em painel

Para procurar resolver o problema da escassez de alimentos, a UE pode atuar em três frentes.

Em primeiro lugar, as explorações agrícolas deveriam ser dotadas das infraestruturas necessárias para utilizarem as novas tecnologias, de modo a poderem produzir alimentos em quantidade suficiente para a Europa. Sistemas básicos, como a banda larga e o GPS, deveriam ser instalados nas zonas rurais em apoio do plantio, desenvolvimento e colheita das culturas.

Em segundo lugar, a União Europeia poderia fornecer incentivos aos cidadãos para se tornarem agricultores, por exemplo, através de fundos de arranque ou da concessão de uma verba a jovens agricultores que desejem iniciar o seu próprio negócio agrícola. Isto ajudaria a tornar as novas tecnologias mais acessíveis em termos económicos, tanto para as pequenas como para as grandes explorações agrícolas.

Em terceiro lugar, as novas tecnologias deveriam ser incorporadas nos currículos das instituições de ensino agrícola. Isto contribuiria para uma maior sensibilização sobre alternativas eficientes e dotaria os jovens agricultores dos conhecimentos necessários para utilizarem as tecnologias mais adequadas.

No seu conjunto, o modelo agrícola europeu é muito eficiente e diversificado. A Europa é capaz de produzir uma grande quantidade de produtos alimentares numa superfície comparativamente pequena. Por isso, a Europa pode ser um exemplo para outras regiões do mundo. Além disso, os jovens tendem a pensar na exploração agrícola do futuro como sendo altamente tecnológica, mas também muito diversificada, tendo como principais vetores a produção orgânica, a sustentabilidade e o bem-estar animal.

⁴³ World Farmers Organisation, «The Role of Rural Women in Agriculture» (O papel das mulheres das zonas rurais na agricultura), <http://www.wfo-oma.org/women-in-agriculture/articles/the-role-of-rural-women-in-agriculture.html> (Consultado em julho de 2018)

⁴⁴ BBC, «Climate change impacts women more than men» (As alterações climáticas têm mais impacto nas mulheres do que nos homens), <https://www.bbc.com/news/science-environment-43294221> (Consultado em julho de 2018); ONU, «Women, Gender Equality and Climate Change» (As mulheres, a igualdade de género e as alterações climáticas), http://www.un.org/womenwatch/feature/climate_change/downloads/Women_and_Climate_Change_Factsheet.pdf (junho de 2018)

85. MENOS SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO DE CARNE

Noémie e Emily

A Europa deve assumir a dianteira na promoção de dietas à base de vegetais, transferindo os subsídios agrícolas da pecuária intensiva para a produção de frutos e/ou produtos hortícolas. Esta medida pode ser apoiada mediante o reforço do financiamento da UE para a investigação no domínio da produção ecológica de opções ricas em plantas e pela imposição de limites mais rigorosos à poluição do ar, do solo e da água, e em matéria de bem-estar animal e utilização de antibióticos.

Um problema de monta é o consumo excessivo de carne, que se afigura insustentável em muitos aspetos. A agricultura é responsável por 10% das emissões totais de gases com efeito de estufa da UE, e grande parte do nosso esforço é direcionado para a produção de solos para outros fins. Para além dos gases emitidos para a atmosfera pelas explorações agropecuárias industriais, os resíduos animais, mercê da sua grande quantidade, estão a tornar-se excessivos para a terra os conseguir absorver e a causar danos irreversíveis aos solos. Reduzir o consumo de carne é uma solução para minimizar o impacto da agropecuária no nosso ambiente e produzir mais alimentos, garantindo em simultâneo um ecossistema mais diversificado.

Esta tendência não se verifica apenas na Europa, mas também para lá das suas fronteiras. As florestas tropicais e outros ecossistemas ricos em biodiversidade estão a ser minados pelas consequências de dietas que privilegiam a carne, os laticínios e a soja, que alimenta o nosso gado. A maior parte da desflorestação levada a cabo para manter a criação de gado tem lugar nas regiões tropicais. Na Amazônia, por exemplo, 80% da superfície desflorestada foi convertida em pastagens para animais de pasto.⁴⁵ Escusado será dizer que a floresta tropical, um dos ecossistemas mais importantes do planeta, o nosso pulmão verde que tem de ser protegido, está a ser destruído.

86. PROMOVER A BIODIVERSIDADE E PADRÕES MAIS ELEVADOS DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS DE CRIAÇÃO

Marlene

A UE deveria estabelecer regras tendentes a garantir uma maior biodiversidade e, como tal, a desencorajar os agricultores de criarem monoculturas.

A estrutura atual das nossas zonas rurais constitui um problema sério. As extensas superfícies de monocultura proporcionam poucos habitats para a vida selvagem e colocam em risco a biodiversidade. A diversificação nas zonas rurais traz inúmeros benefícios: protege os solos da erosão, restabelece a biodiversidade e assegura a sua sustentabilidade, para referir apenas alguns exemplos.

A UE deve promover uma cooperação mais estreita com os ambientalistas locais e uma agricultura mais biológica, de forma a criar um ambiente e um modo de vida mais sustentáveis. Tais explorações agrícolas devem também pautar-se por padrões mais elevados de bem-estar animal, refletidos, por exemplo, na existência de áreas de exterior para os animais.

Este seria um passo importante rumo à agricultura sustentável, bem como à proteção do bem-estar animal, da biodiversidade e da vida selvagem.

ENTREVISTA

“

Quais os problemas ambientais com que se deparou nas suas missões em visita a projetos da UE?

Avistei-me com muitos agricultores. No Zimbabué, por exemplo, a economia assenta na agricultura e as alterações climáticas estão a destruir as culturas. Os agricultores estão a receber instrução sobre a utilização de novos métodos agrícolas, pois seguem os métodos tradicionais e não sabem como plantar, fazem-no aleatoriamente. As alterações climáticas estão a afetar os agricultores, que nem se podem permitir vender os seus produtos agrícolas, pois a sua colheita mal chega para eles e as suas famílias. Se as culturas forem completamente destruídas devido às condições climáticas, deixam de ter comida. Muitos projetos da UE estão a procurar ensiná-los a prevenir tais situações e a adaptar a sua atividade em função do clima. Nas Ilhas Maurícias, também vi um projeto chamado «Eco-escola», através do qual capacitam as crianças a evitar a utilização dos plásticos e a cuidar do meio ambiente. Se as crianças não começarem a ter esse cuidado agora, vamos todos estar inundados em plástico na próxima década!

Ellie Tomassi,

Participante no blogue Faces2Hearts na África Oriental e Austral

”

⁴⁵ Eurostat, «Agriculture - greenhouse gas emission statistics» (Agricultura - estatísticas sobre emissões de gases com efeito de estufa), http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Agriculture_-_greenhouse_gas_emission_statistics&olidid=367927 (Consultado em julho de 2018)

⁴⁶ Yale, «Cattle Ranching in the Amazon Region» (Criação de gado na Região Amazônica) <https://globalforestatlas.yale.edu/amazon/land-use/cattle-ranching> (Consultado em julho de 2018)

ENERGIAS RENOVÁVEIS, CIDADES INTELIGENTES E EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

A União Europeia deveria tornar-se uma superpotência no domínio da energia verde? Os custos da energia representam uma pesada fatura para a indústria europeia e para os agregados familiares. Como podemos, então, criar uma transição sustentável no setor de energia? Temos de pôr termo ao consumo de combustíveis fósseis poluentes e gases com efeito de estufa, e procurar desenvolver energias limpas e renováveis.

A UE quer que, até 2030, 32% do seu consumo de energia provenha de fontes renováveis: trata-se de uma nova meta prevista na diretiva relativa às energias renováveis, e que faz parte integrante do pacote de energias limpas⁴⁷. Se for bem conduzida, a transição para as energias renováveis deve igualmente criar novos postos de trabalho, a fim de compensar os que se perderam em setores em declínio. O problema é que as energias renováveis ainda são caras e as tecnologias atuais ainda não garantem a cobertura completa das necessidades energéticas mundiais. Contudo, já existem algumas cidades e zonas urbanas inteligentes que usam dados para melhorar a eficiência e a gestão dos recursos e que estão a liderar pelo exemplo, ajudando-nos a imaginar uma vida diferente. Por essa razão, desde 2010 que a Comissão Europeia vem atribuindo a algumas cidades o título de «Capitais Verdes Europeias».

No entanto, no EYE 2018, descobriu-se que a chave do sucesso é tornar as tecnologias «verdes» rentáveis para as indústrias. Temos de evitar um choque entre o ambiente e a indústria. Encontrar soluções ecossustentáveis não significa destruir a indústria, mas antes construir um setor industrial sustentável. Os jovens são aptos e querem liderar esta mudança, mas necessitam de ser capacitados para o fazer.



87. APOIAR AS CASAS SUSTENTÁVEIS PARA QUE POSSAM VENDER ENERGIA DE VOLTA À REDE

Claire e ideia sugerida em painel

A UE deve apoiar as energias limpas, como as fontes eólicas e solares, e a utilização de veículos elétricos. Os painéis solares, por exemplo, deveriam passar a ser mais comuns entre os domicílios europeus. Todos poderiam produzir energia para a sua própria habitação e, havendo um excedente, este poderia ser vendido às empresas de energia. Esta prática já se verifica em alguns Estados-Membros da UE, como a Alemanha, França e Itália.

No próximo quadro financeiro plurianual, a UE poderia atribuir subsídios a práticas semelhantes ou, em alternativa, reduzir a tributação como forma de recompensar a utilização de painéis solares. Poderia haver subsídios para os veículos elétricos, os quais precisam de ser mais difundidos no mercado e mais acessíveis em termos económicos do que são atualmente.

88. DEFINIR UM CALENDÁRIO PARA PÔR TERMO AO USO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E DIMINUIR A PERDA DE EMPREGOS

Ideia sugerida em seminário

A UE deveria elaborar um plano com datas fixas para acabar com a utilização de combustíveis fósseis e com a extração de carvão. Algumas medidas passariam pela supressão progressiva do uso de combustíveis fósseis, como é o caso das seguintes: sanções contra empresas que não respeitam as regras; um imposto sobre o carbono (como já existe em alguns países); e um imposto sobre a compra de veículos a diesel.

Impõe-se uma mudança nos nossos hábitos de consumo de energia: em lugar de consumir combustíveis fósseis, devemos usar energias renováveis. A dependência da UE em relação ao gás e aos combustíveis fósseis não é sustentável a longo prazo. A questão não é saber se a redução das emissões de gases com efeito de estufa é o caminho a seguir, mas sim quando é que isso se tornará realidade. Essa mudança estrutural poderá levar-nos a uma nova revolução industrial.

A UE deve igualmente ajudar na criação de novos postos de trabalho. Na transição do setor do carvão para o das energias renováveis, é frequente os que perdem o seu emprego não serem necessariamente reintegrados nos novos postos de trabalho ecológicos. Existe um dever social por parte da UE e dos Estados-Membros de tornar possível esta transição e, em simultâneo, proteger os trabalhadores; a fixação de um calendário para o efeito contribuiria para uma mudança organizada e estruturada.

89. PROMOVER UMA COMUNIDADE E UM MERCADO EUROPEUS DA ENERGIA

Ideia sugerida em seminário

Quando a energia limpa é produzida em quantidades suficientes, deve poder circular entre os Estados-Membros. A UE deve promover mais ligações entre os Estados-Membros sob a forma de uma rede de energia limpa. Um excesso de energia limpa produzida num Estado-Membro, por exemplo, de energia eólica ou solar, poderia ser exportado para outro Estado-Membro, num verdadeiro mercado europeu da energia.

Isto exigiria uma maior coesão e uma união mais estreita, de modo a incluir o setor energético. As vantagens seriam a criação de um mercado da energia mais eficiente a nível europeu e a redução da fatura da energia paga pelas empresas e pelos agregados familiares da UE. Isto deve passar pelo reforço da capacidade de armazenar energia de forma eficiente.

As redes são uma forma importante de fornecer energia segura às pessoas, e também oferecem uma estrutura que permite prosseguir a busca de fontes de energia mais sustentáveis e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

90. CAPACITAR AS INFRAESTRUTURAS À ESCALA EUROPEIA E CRIAR UMA POLÍTICA COMUM PARA OS TRANSPORTES

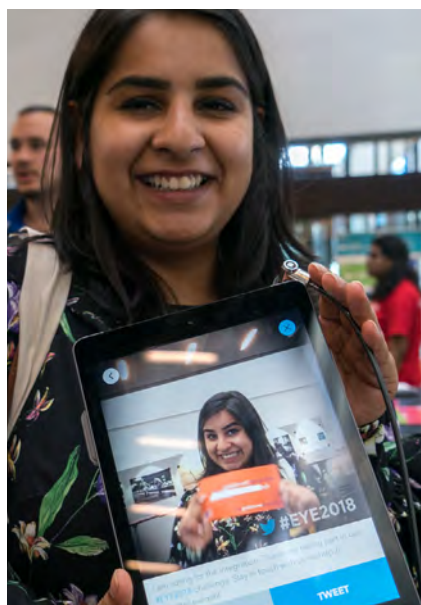
Ideia sugerida em painel

Uma grande fonte de poluição associada ao tráfego é a ampla utilização de meios de transporte privados e de voos de curta distância⁴⁸. Uma forma de minorar o problema seria reforçar as capacidades das infraestruturas europeias, por exemplo, mediante o recurso a comboios de alta velocidade enquanto substitutos economicamente acessíveis, ou coordenar melhor o transporte privado de mercadorias em toda a Europa.

Nesse sentido, é necessário regular e coordenar o tráfego aéreo, ferroviário e rodoviário. Essa harmonização contribuiria para a redução das emissões de dióxido de carbono. Poderia também incentivar, por exemplo, a coordenação entre empresas de transporte com vista a uma utilização otimizada do espaço volumétrico nos camiões, por forma a economizar combustível. E contribuiria ainda para o estabelecimento de normas europeias comuns em matéria de segurança.

Evidentemente que isto exigiria financiamento e coesão política, mas proporcionaria aos cidadãos da UE transportes mais limpos e mais eficientes.

⁴⁸ Compreender as políticas da União Europeia: Transportes, publicação da Comissão Europeia, 2014 «O transporte rodoviário é o meio de transporte mais utilizado e, como tal, é o que mais polui: cerca de 71 % das emissões totais de CO₂ dos transportes, segundo os dados mais recentes (os veículos de passageiros produzem aproximadamente dois terços desse valor). Outros setores são francamente menos poluentes. Os transportes aéreos são responsáveis por 13 % das emissões. O transporte ferroviário é o menos poluente, com emissões inferiores a 1 %.»



91. CIDADES E TRANSPORTES PÚBLICOS INTELIGENTES

Ideia sugerida em seminário

Para criar cidades verdadeiramente sustentáveis, a UE deve apoiar os municípios no desenvolvimento de um novo tipo de abordagem que vá ao encontro das necessidades de todas as gerações, das crianças e adolescentes aos adultos e idosos, com recurso a transportes públicos inteligentes e eficientes, assentes em soluções livres de emissões, bem como à partilha de meios de transporte, nomeadamente, de bicicletas reforçadas e de automóveis particulares.

Além disso, poderiam ser concedidos benefícios ou subsídios para a criação de amplas zonas pedonais e um maior número de ciclovias, incluindo infraestruturas melhores para o estacionamento de bicicletas em segurança, bem como de mais zonas livres de trânsito. Em terceiro lugar, o preço dos transportes públicos deveria ser acessível para todos. A UE poderia, por exemplo, apoiar um sistema unificado de bilhetes para os transportes públicos nas grandes cidades, com aplicações que forneçam horários em tempo real e trajetos flexíveis a pedido.

Segundo a Comissão Europeia, hoje em dia mais de dois terços dos europeus vivem em vilas e cidades⁴⁹. Os problemas dentro dessas cidades têm a ver com a limitação do espaço, o tráfego, a poluição e a falta de zonas verdes. As propostas aqui apresentadas visam tornar os transportes públicos mais atrativos.

ENTREVISTA

“

Que podem os jovens fazer para proteger o ambiente e combater as alterações climáticas?

Em minha opinião, existem três categorias de ações possíveis contra as alterações climáticas: em primeiro lugar, acredito que a resposta às alterações climáticas vem, por um lado, dos grandes centros de decisão política; por outro lado, vem dos comportamentos das pessoas que estão a mudar o seu estilo de vida, de uma forma sustentável e ecologicamente correta. Com vista a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas traçadas no Acordo de Paris, a ONU apoia uma campanha denominada «Little x Little» («Pouco a pouco»)⁵⁰, que ajudará a preservar o nosso mundo e a combater as alterações climáticas. Trata-se de usar menos plástico, tomar banhos mais curtos e ir para o trabalho de bicicleta em vez de levar o carro.

O segundo tipo de ações reside na forma como nós, jovens, podemos unir forças e criar plataformas que aumentem a consciencialização dos nossos pares, dos dirigentes de países, dos municípios, dos presidentes de câmara, e das pessoas nas nossas comunidades. Por último, a terceira ação consiste em responsabilizar os governos e os grandes grupos empresariais. Deveríamos, por exemplo, lançar mais petições sobre a problemática das alterações climáticas. Talvez devêssemos criar um movimento e mobilizar as pessoas em todo o mundo.»

Jayathma Vickramanayake,

Enviada especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Juventude

Oradora no painel «Working towards a better world: Young people and sustainable development» (Trabalhar por um mundo melhor: os jovens e o desenvolvimento sustentável)

”

⁴⁹ Comissão Europeia, «Desenvolvimento urbano», http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/urban-development/ (Consultado em julho de 2018)

⁵⁰ ONU, «Little x Little» - uma campanha impulsorada pela Geração Z em apoio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/03/little-x-little-gen-z-led-campaign-support-sustainable-development-goals/> (Consultado em julho de 2018)

92. APOIAR DE FORMA SUSTENTADA O EMPREENDEDORISMO E PROJETOS ECOLÓGICOS

Henriette

A minha ideia apela veementemente à UE para que atribua um maior financiamento ao empreendedorismo amigo do ambiente. Essas possibilidades de financiamento devem também ser mais claramente divulgadas. Para difundir uma nova cultura ecológica em toda a Europa, seria porventura mais eficaz conceder quantias menores de fundos da UE a muitos, em lugar de enormes quantias a poucos.

É sobejamente sabido que, para uma empresa, a fase de arranque é sempre a que requer mais apoio. No caso de negócios de cariz ecológico, as empresas esforçam-se por singrar fora dos paradigmas tradicionais do empreendedorismo. A UE poderia apoiar as start-ups ecológicas através de subsídios.

Os programas de associações, ONG ou simplesmente de grupos de pessoas dedicadas às questões ambientais também devem ser financiados. A fim de atrair a atenção dos interessados, o processo de pedido de financiamento deve ser claro e de fácil preenchimento, já que versões mais complicadas já existem.

Esta ideia capacitaria as gerações jovens, na sua qualidade tanto de empreendedoras como de ativistas, dotando-as das ferramentas de que necessitam para causar impacto nas suas próprias comunidades.

Por último, estes programas da UE poderiam incluir uma componente de desenvolvimento de competências e de orientação, com vista à partilha de conselhos sobre boas práticas com as empresas em fase de arranque.

93. PROMOVER A RECICLAGEM DE DISPOSITIVOS ELETRÓNICOS

Frauke

A UE poderia ajudar a poupar recursos naturais obrigando as empresas a conceber os dispositivos eletrónicos e aparelhos domésticos de forma modular. Desse modo, se algo se estragar, apenas o módulo específico tem de ser substituído, tornando as coisas mais fáceis de reparar.

Por exemplo, no caso dos telefones, a UE poderia propor um ato jurídico que tornasse obrigatório para as grandes empresas substituir a peça que tivesse deixado de funcionar, em lugar de comprar um telefone completamente novo. Esta abordagem seria uma solução mais sustentável para o problema do «lixo eletrónico».

Estes objetivos poderiam ser alcançados mediante um esforço político concertado de apoio à criação de regulamentação conducente a uma abordagem mais sustentável e ética do problema dos resíduos elétricos e eletrónicos.



DESPERDÍCIO ALIMENTAR, ELIMINAÇÃO DOS PLÁSTICOS, ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO: MUDAR OS HÁBITOS DE CONSUMO

Quase um terço de todos os produtos alimentares se perde ou é desperdiçado todos os anos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁵¹. São desperdiçados anualmente na UE cerca de 88 milhões de toneladas de alimentos, com custos associados estimados em 143 mil milhões de euros⁵². Na UE, os agregados familiares são os principais produtores de resíduos alimentares, e a agricultura é o segundo. Além de ser antiético, o desperdício de alimentos tem um impacto negativo no ambiente e na economia, pois já haviam sido desperdiçadas água e energia para produzir os alimentos que depois são descartados. A maior parte do desperdício alimentar é desnecessária e causada por métodos inadequados de armazenamento, exacerbados pela falta de educação de qualidade sobre o desperdício de alimentos.

Os europeus produzem anualmente 25 milhões de toneladas de resíduos plásticos⁵³. Os plásticos estão a poluir os nossos rios, oceanos e solos. A ONU está a levar a cabo uma campanha em prol de mares limpos e a União Europeia lançou este ano uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular, com o objetivo de mudar a forma como os produtos plásticos são produzidos, usados e reciclados, e eliminar as principais fontes de lixo marinho. Além disso, o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano, e os riscos associados à sua escassez vão desde a expansão dos desertos a doenças mortais e conflitos.

Os jovens estão a pedir uma mudança de mentalidade, começando por uma educação específica sobre sustentabilidade a ministrar nas escolas e por novas regras para moldar o nosso estilo de vida e salvar o ambiente.

94. PROMOVER UMA ABORDAGEM LIVRE DE PLÁSTICOS

Ideia sugerida em painel

A UE deve procurar financiar a investigação sobre materiais alternativos para produzir plástico. Existe, por exemplo, um tipo de plástico feito a partir de cogumelos, e por sua vez o bambu também pode ser usado no fabrico de utensílios reutilizáveis, o que ajudaria a desincentivar a atual utilização generalizada do plástico.

A eliminação da poluição causada pelos plásticos passa, essencialmente, por produzir e utilizar menos materiais plásticos, a ponto de se alcançar um estilo de vida livre de plásticos. Ainda que a eliminação completa e imediata dos plásticos possa parecer impossível, é viável reduzir a utilização que deles fazemos, reciclá-los e encontrar fontes alternativas e ecológicas de os produzir.

A UE pode, ainda, tornar obrigatória a rotulagem dos produtos, com indicação sobre se um produto contém plástico, em que quantidade e que tipo de plástico - por exemplo, se o plástico é reutilizado ou se foi produzido a partir de fontes menos poluentes. Outra maneira de promover produtos sem plástico é fornecer às lojas dispositivos sem plástico, de utilidade quotidiana, para oferecer aos clientes.

⁵¹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, «Key facts on food loss and waste you should know!» (Factos-chave que deve conhecer sobre a perda e o desperdício de alimentos), <http://www.fao.org/save-food/resources/keyfindings/en/> (Consultado em julho de 2018)

⁵² Comissão Europeia, «Food Waste» (Desperdício alimentar), https://ec.europa.eu/food/safety/food_waste_en (Consultado em julho de 2018)

⁵³ Comissão Europeia, «Resíduos de materiais plásticos: uma estratégia europeia para proteger o planeta, defender os nossos cidadãos e capacitar as nossas indústrias», http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-5_pt.htm (Consultado em julho de 2018)

⁵⁴ Pacific Garbage Screening, «Plastic in the oceans» (O plástico nos oceanos), <https://pacific-garbage-screening.de/en/problem/> (Consultado em junho de 2018)

95. FINANCIAR A REMOÇÃO DE PLÁSTICOS DO OCEANO

Ideia sugerida em seminário

A quantidade de plásticos existente nos oceanos em todo o mundo está estimada em 150 milhões de toneladas. Isto é aproximadamente um quinto do peso da totalidade de peixes que povoa os nossos oceanos⁵⁴. Como podemos limpar algo tão vasto como um oceano? Segundo Marcella Hansch, arquiteta e fundadora da Pacific Garbage Screening, a solução passa por desenvolver uma plataforma não poluente que pode ser instalada nos rios e oceanos para filtrar e remover os plásticos.

Nos oceanos, essa plataforma acalma as correntes que passam através de um sistema de canais, e, em consequência, os objetos em plástico, sendo mais leves, sobem lentamente à superfície. Não são utilizadas redes, pelo que os peixes podem passar pela plataforma sem perigo.

A UE deve financiar equipas conjuntas e projetos de engenheiros, arquitetos e cientistas, de modo a desenvolver novas soluções para limpar os nossos mares, buscando inspiração em projetos como este.

96. UMA NOVA CULTURA PARA AS LOJAS DE PRODUTOS ALIMENTARES E SUA TRIBUTAÇÃO

Valeria

A UE deve incentivar as lojas livres de plásticos, onde os artigos vendidos não contêm plástico na sua composição, e ao mesmo tempo deve tomar medidas para apoiar as lojas que praticam políticas de redução do uso de matérias plásticas. A título de exemplo, a UE poderia convidar os supermercados a criar corredores de produtos sem plástico, a proibir os sacos de plástico e a fornecer aos clientes, em alternativa, apenas sacos de pano ou de papel. Poderia, depois, tornar o plástico mais caro. A UE poderia, ainda a título de exemplo, incentivar os supermercados a devolver dinheiro aos clientes que devolvem os plásticos à loja para serem reciclados ou reutilizados. Esta prática já se verifica em partes da Escandinávia, onde uma garrafa é, essencialmente, «alugada», sendo o depósito reembolsado quando da devolução da garrafa plástica vazia.

As lojas de produtos alimentares e os supermercados são vitais na formação dos hábitos dos consumidores. Além disso, muitos dos produtos que compramos no supermercado, incluindo os produtos hortícolas e as frutas, são embalados em plástico. Em alguns casos, ainda há à disposição sacos de plástico para uma utilização única.

Outra ideia-chave diz respeito à tributação: devem ser cobrados mais impostos aos supermercados e empresas que usam mais plástico, e menos aos que reduzem a utilização do plástico. Além disso, as empresas que ainda usam plásticos, ou os consideram uma parte crucial do seu modelo de negócio, poderiam ser incentivadas a apoiar projetos direcionados para a limpeza dos oceanos.

Aos que lideram pelo exemplo poderia ser oferecido outro tipo de recompensa, como um certificado de qualidade ou um sistema de classificação por estrelas para empresas sustentáveis, juntamente com formação gratuita para os empregados sobre como ser ainda mais ecológico. Desta forma, as lojas de produtos alimentares, os supermercados e as empresas tornam-se modelos, assumindo a sua quota-parte da responsabilidade e ajudando a educar as pessoas.



97. LEGALIZAR E TORNAR OBRIGATÓRIA A REDUÇÃO DO DESPÉRDICIO ALIMENTAR

Ideia sugerida em painel

A UE deve legalizar e tornar obrigatório os supermercados estabelecerem formas de reduzir o desperdício de produtos alimentares.

Nos supermercados, os produtos alimentares perto da data-limite de validade são frequentemente deitados fora. Contudo, em muitos casos, a data de fim de validade não corresponde à data em que os produtos alimentares se tornam efetivamente impróprios para consumo. Além disso, a legislação na UE difere de Estado-Membro para Estado-Membro; a UE tem de harmonizar as regras nesta matéria.

A legislação também deve procurar garantir que os produtos alimentares perto do fim do prazo de validade sejam colocados de forma visível nas prateleiras, de modo a serem adquiridos com desconto ou, se ultrapassado o prazo de validade, distribuídos gratuitamente. A título de exemplo, em França já existe uma lei que impõe regras às grandes superfícies no sentido de terem de doar a instituições de caridade e bancos alimentares os produtos alimentares não vendidos próximos da data-limite de validade.⁵⁵ A situação ideal é evitar por completo o desperdício de alimentos e disponibilizar gratuitamente os produtos alimentares em fim de validade a pessoas necessitadas e instituições de caridade. Desta forma, é possível combater não apenas o desperdício alimentar, mas também a fome e a pobreza.

⁵⁵ The Guardian, «French law forbids food waste by supermarkets» (Lei francesa proíbe desperdício alimentar pelos supermercados), <https://www.theguardian.com/world/2016/feb/04/french-law-forbids-food-waste-by-supermarkets> (Consultado em julho de 2018)



98. SIMPLIFICAR O PROCESSO DE DOAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Ideia sugerida em painel

A UE poderia incentivar novas formas de partilhar alimentos. À medida que o conceito de «economia de partilha» se vai difundindo, é cada vez mais evidente que os benefícios financeiros desse fenómeno se cingem geralmente aos que têm propriedades ou viaturas. A fim de criar uma economia verdadeiramente «partilhada», a UE deve procurar tornar «partilháveis» os objetos de utilização quotidiana.

A título de exemplo, existe atualmente uma aplicação chamada «Too Good to Go», ativa em oito países, que resgata as sobras de comida ao proporcionar uma plataforma entre os que têm um excedente de géneros alimentícios e os que procuram alimentos em boas condições por um bom preço.

A UE deve apoiar estas iniciativas a partir de fora e criar um mercado digital para o desperdício alimentar que faça a ligação entre agricultores, restaurantes, lojas de produtos alimentares e consumidores, e onde qualquer um com excedentes de géneros alimentícios se possa inscrever para que o seu «desperdício» beneficie alguém necessitado.

99. EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS

Dina e Giusy

A sustentabilidade é um conceito importante para o futuro, e a educação nesse domínio é fundamental, pois é mais fácil internalizar as boas práticas numa idade ainda jovem. Isto também se aplica à educação sobre como evitar o desperdício de alimentos e o uso de plásticos. A UE pode ajudar a garantir que estas temáticas sejam debatidas na escola. As escolas podem proporcionar aulas em que as crianças cozinhem e se ocupem das tarefas de limpeza juntas, aprendam sobre o valor dos alimentos, sobre as consequências negativas de não se preocuparem com o ambiente, adotem estilos de vida saudáveis e melhorem as competências de gestão dos alimentos.

Poder-se-ia convidar patrocinadores a apoiar tais iniciativas educacionais, fornecendo, por exemplo, garrafas reutilizáveis nas escolas. Como parte integrante desta educação, a UE poderia promover sinergias entre as escolas e os parques nacionais, sob a forma de campos de férias orientados para a descoberta do ambiente.

Tais iniciativas tenderão naturalmente a incutir nas crianças o respeito pela natureza e a proteção dos animais, valores que levarão consigo para a vida adulta.

100. DESENVOLVER UM SISTEMA DE APROVEITAMENTO E CANALIZAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA

Ideia sugerida em painel

A UE poderia apoiar um sistema de captação das águas pluviais para utilização em sanitários ou para rega de plantas de jardim, a nível doméstico. Isto poderia passar por incentivar as pessoas a utilizar reservatórios de água onde seria recolhida a água das chuvas para utilização nas suas casas.

A água deve ser um bem comum prontamente acessível a todos, em condições justas. Com efeito, em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu explicitamente o direito à água e ao saneamento básico como sendo um direito humano, e declarou que o acesso à água potável e ao saneamento são essenciais ao pleno gozo de todos os outros direitos humanos. Atualmente, as fontes de água estão a diminuir e os preços da água podem ser onerosos. A ideia aqui exposta ajudaria a reduzir o desperdício desnecessário de água potável.



ENTREVISTA

“

Como pode a investigação no espaço ajudar-nos a proteger o nosso planeta?

A investigação realizada no espaço pode ajudar-nos a compreender melhor o nosso planeta e a saber como protegê-lo. Além disso, do espaço não se veem fronteiras. Vê-se uma entidade completa, não as nações. Vê-se um planeta em equilíbrio, protegido apenas pela ténue linha da atmosfera. Vê-se a devastação que estamos a causar no nosso planeta, também. Mas a terra não vai morrer, ela sobreviverá. Nós é que vamos desaparecer, se continuarmos a proceder assim.

Paolo Nespoli,

Astronauta, Agência Espacial Europeia (ESA) e NASA

Orador no painel «A spacewalker's life»
(A vida de um viajante do espaço)

”



COMENTÁRIO DO FÓRUM DA JUVENTUDE LOCAL E GLOBAL

Todos sabemos que não existe um planeta B. Mas esta afirmação não pode ter a ver apenas com o que o nosso planeta é capaz de suportar fisicamente: precisamos de olhar para um quadro mais abrangente e reorientar a nossa vida e os nossos atos quotidianos para o desenvolvimento sustentável. Com um desemprego juvenil elevado, desigualdades crescentes e a exclusão dos jovens do processo de tomada de decisões, não há planeta B. A Europa tem de assumir a liderança na mudança das práticas e situações que contribuem para as desigualdades e colocam o nosso planeta em perigo. O Fórum Europeu da Juventude quer transformar o planeta A e reorientar os nossos sistemas para o desenvolvimento sustentável.

«Não há empregos num planeta morto». Foi esta a palavra de ordem da Confederação Sindical Internacional (CSI) para a Cimeira sobre as Alterações Climáticas realizada em Paris em dezembro de 2015. Para a CSI, esta palavra de ordem demonstra a urgência de combater as alterações climáticas e trabalhar em torno das questões de sustentabilidade ambiental. Para o Fórum Europeu da Juventude, esta necessidade de proteger o planeta decorre não apenas de questões relacionadas com o desemprego juvenil, mas também da preocupação com os direitos e o bem-estar da atual e das futuras gerações de jovens. Também não há participação de jovens, nem democracia, nem Europa num planeta morto.

No YO!Fest e no Evento Europeu da Juventude 2018, foi reconhecido que a proteção do nosso planeta é uma necessidade urgente e vital para proteger o nosso futuro e o das gerações vindouras. O desenvolvimento sustentável exige a reavaliação da nossa relação com a natureza. Os debates centraram-se na procura de respostas aos desafios das alterações climáticas, da perda de biodiversidade, da poluição, do consumo insustentável e da sobreutilização dos recursos naturais. Também se reconheceu, nos debates, que a abordagem das questões ambientais não pode ser feita de forma isolada, tendo forçosamente de passar também pela abordagem das políticas económicas e sociais. Por um lado, a transição justa para uma economia não centrada nos combustíveis fósseis exige que as questões socioeconómicas sejam tidas em consideração lado a lado com as preocupações ambientais, de modo a garantir que as oportunidades de trabalho e o bem-estar das pessoas sejam protegidos; por outro lado, a resposta ao impacto ambiental das políticas económicas e sociais não deve ser externalizada nem delegada nas gerações futuras, sob pena de o planeta ser vítima da nossa busca incessante de progresso e oportunidades. Vários eventos e sessões em torno deste tema centraram-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável acordados a nível internacional reconhecendo que a proteção do nosso planeta faz parte integrante de um movimento mais amplo, que visa colocar o mundo num caminho mais sustentável e alcançar a paz, a prosperidade e o bem-estar para todos.

A União Europeia tem de ser ambiciosa no impulsionamento de medidas para proteger o nosso planeta, como parte integrante dos esforços em prol de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Para isso, a UE tem de se concentrar nos aspetos a seguir indicados.

A UE desempenhou um papel de primazia nas negociações da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e na definição

dos respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados em 2015. Desde então, não conseguiu manter essa posição de primazia na execução abrangente e ambiciosa da agenda na própria UE. Fazer avançar a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável a nível europeu daria à UE a oportunidade de responder de uma forma integrada aos desafios que a Europa enfrenta. Impõe-se uma abordagem fundada no raciocínio sistémico, a fim de incentivar os decisores políticos a analisar os padrões subjacentes e a atacar as causas que estão na origem dos problemas. As interligações entre os diferentes domínios de intervenção e as dimensões social, ambiental e económica do desenvolvimento sustentável devem ser tidas em consideração pela UE, de modo a fazer do bem-estar das pessoas e da proteção do planeta o objetivo último dos sistemas económicos e sociais. Para o conseguir, a UE deve pôr em prática uma estratégia de desenvolvimento sustentável abrangente e ambiciosa. Também é necessário reconhecer as interligações existentes, a fim de combater as formas múltiplas e cruzadas de discriminação, reconhecendo, por exemplo, as ligações entre os impactos das alterações climáticas e os direitos das mulheres. O desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado através de uma abordagem baseada em direitos e contanto que todas as metas de desenvolvimento sustentável sejam atingidas para todos os grupos da sociedade.

Abandonar as práticas insustentáveis

As gerações atuais e as anteriores puseram em risco o futuro dos jovens através de práticas económicas e financeiras insustentáveis, que pouco têm em conta as consequências futuras. Padrões insustentáveis de consumo, produção, comércio e investimento estão a colocar em risco o futuro das pessoas e do



planeta. Na nossa atual cultura consumista, não é fácil que todos adotem um estilo de vida sustentável. A UE tem um dever particular de combater esses padrões e de tomar medidas urgentes para se avançar rumo à igualdade no acesso a, e no consumo de, recursos no quadro da capacidade de resiliência do planeta. Os debates no YO!Fest e no EYE centraram-se no combate ao desperdício alimentar, ao consumo insustentável de alimentos e aos resíduos de plástico e na importância de reduzir os subsídios à produção de carne e de fixar um calendário para acabar com a extração de combustíveis fósseis.

Promover e privilegiar práticas mais sustentáveis

Ao estabelecer medidas destinadas a pôr termo a práticas insustentáveis de extração, produção e consumo, a UE deve também dar prioridade à promoção e apoio de práticas mais sustentáveis. Os jovens e as suas organizações têm um papel importante a desempenhar na introdução e no fomento de práticas mais sustentáveis e amigas do ambiente, inclusive através da comunicação sobre o valor intrínseco e os benefícios da natureza. Também se impõe uma ação enérgica por parte da UE e dos governos europeus. A UE deve apoiar a educação para o desenvolvimento sustentável no ensino formal e não formal e reconhecer o trabalho que as organizações juvenis já estão a fazer para promover estilos de vida mais sustentáveis. As instituições e os governos também devem velar por que todos tenham acesso a práticas sustentáveis, como os transportes ecológicos, apoiando e promovendo, por exemplo, sistemas de transporte público sustentáveis e economicamente acessíveis.

Promover respostas locais e globais

O desenvolvimento sustentável exige uma atuação a todos os níveis, do local ao global, bem como o reconhecimento de que as ações a um determinado nível terão impacto nas ações a outros níveis. A nível local, são frequentemente os jovens que assumem um papel de primazia na introdução de mudanças que ajudam a colocar o mundo num caminho mais sustentável. As organizações de juventude estão a amplificar as vozes dos jovens para, coletivamente, impulsionarem o desenvolvimento sustentável aos níveis local, nacional, regional e mundial. Apoiar essas mudanças e criar espaço para que essas vozes sejam ouvidas são requisitos cruciais no caminho rumo ao desenvolvimento sustentável.

É claro que o sistema económico, social e político de hoje não funciona em benefício do nosso planeta nem das pessoas, com destaque para os jovens. Nunca foi tão premente a realização de esforços rumo a uma mudança transformacional e a um sistema que coloque no seu cerne as necessidades do planeta e os direitos das pessoas, em lugar de interesses puramente económicos.

A *European Youth Press* (EYP), uma organização com 60.000 membros que junta jornalistas e produtores de media europeus, organiza numerosos eventos para jovens jornalistas, promove o papel dos media de juventude e a liberdade de imprensa na Europa e participa em discussões sobre standards de educação jornalística e políticas mediáticas por toda a União Europeia. A EYP juntou uma equipa de dez repórteres EYE para elaborar um relatório compreensivo sobre o EYE.

Sob a liderança de dois editores chefe, foi montada uma equipa de oito repórteres generalistas e especialistas de toda a Europa para compilar, descrever e detalhar as principais ideias e correntes de pensamento do EYE. Este relatório contém as 100 ideias mais construtivas. O Fórum Europeu da Juventude contribuiu com um comentário de duas páginas sobre cada um dos cinco temas.

Conheça os autores



Greg Bianchi
Chefe de redação



Julie Mahlerová
Chefe de redação



Irene Dominioni
Especialista (Jovens e idosos)



Eleanor Brooks
Especialista (Ricos e pobres)



Antonis Raphael Stylianou
Especialista (Separados e juntos)



Robert Nesirky
Especialista (Segurança e perigo)



Anna Ferrari
Especialista (Local e global)



Stephanie Stelko
Generalista (Jovens e idosos,
Ricos e pobres)



Claas Verron Martinez
Generalista (Ricos e pobres,
Separados e juntos)



Henrike Freytag
Generalista (Segurança e perigo,
Local e global)

 European Youth Event

 @EP_EYE2018

 @EP_EYE

 www.eyeye2018.eu



Serviço das Publicações